



República da Guiné-Bissau



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

AVALIAÇÃO DA FRAGILIDADE NA GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO FINAL

Bissau, Março de 2017

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	Er
ror! Bookmark not defined.	
LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS.....	6
RESUMO EXECUTIVO.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
0.1. O Contexto da avaliação da fragilidade da Guiné-Bissau.....	10
0.2. Objetivos	11
0.2.1. Objetivo geral	11
0.2.2. Objetivos específicos.....	11
0.3. Abordagem metodológica	12
0.3.1. Fase preparatória	12
0.3.2. Organização da Ação nacional de lançamento da avaliação da fragilidade da Guiné-Bissau.....,	Error! Bookmark not defined.
0.3.3. Organização de Ações regionais de avaliação da fragilidade.....	13
I. PONTO DE SITUAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU.....	14
1.1. O Contexto do país.....	14
1.2. A Guiné-Bissau na <i>New Deal</i>	15
1.3. O Quadro programático da Guiné-Bissau	16
1.3.1. A Visão 2025.....	16
1.3.2. O Plano estratégico nacional 2015 – 2020	18
1.4. Evolução e perspectivas da economia da Guiné-Bissau	19
1.5. Os contributos de parceiros.....	21
II. O DIAGNÓSTICO DA FRAGILIDADE DA GUINÉ-BISSAU.....	23
2.1. O PSG 1 : Política legítima e inclusiva	23
2.1.1. Conceito.....	23
2.1.2. Constatações em matéria de política legítima e inclusiva	24
2.1.3. Fatores de riscos de fragilidade	24
2.1.4. Nível de fragilidade em matéria do PSG Políticas legítimas.....	25
2.1.5. Progressos realizados em materia do PSG de políticas legítimas e inclusivas.....	28
2.1.6. Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 1	29
2.2. O PSG 2 : Segurança.....	32
2.2.1. Conceito.....	32
2.2.2. Constatações em matéria de segurança	32
2.2.3. Fatores de riscos de fragilidade	33
2.2.4. Nível de fragilidade em matéria do PSG Segurança	34

2.2.5.	Progressos realizados em matéria do PSG Segurança.....	37
2.2.6.	Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 2 .	39
2.3.	O PSG 3 : Justiça	42
2.3.1.	Conceito.....	42
2.3.2.	Constatações em matéria de Justiça.....	42
2.3.3.	Fatores de riscos de fragilidade	43
2.3.4.	Nível de fragilidade em matéria do PSG Justiça.....	44
2.3.5.	Progressos realizados em matéria do PSG Justiça.....	47
2.3.6.	Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 3	49
2.4.	O PSG 4 : Fundamentos económicos.....	52
2.4.1.	Conceito.....	52
2.4.2.	Constatações em matéria de fundamentos económicos.....	52
2.4.3.	Fatores de risco da fragilidade.....	53
2.4.4.	Nível da fragilidade em matéria do PSG Fundamentos económicos	54
2.4.5.	Progressos realizados em matéria do PSG Fundamentos económicos.....	60
2.4.6.	Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 4	62
2.5.	O PSG 5: Rendimentos e serviços	66
2.5.1.	Conceito.....	66
2.5.2.	Constatações em matéria de rendimentos e serviços.....	Error! Bookmark not defined.
2.5.3.	Fatores de risco da fragilidade.....	68
2.5.4.	Nível de fragilidade em matéria do PSG Rendimentos e serviços	68
2.5.5.	Progressos realizados e matéria de rendimentos e serviços.....	73
1.1.1.	Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 4	74
III.	O ESPETRO DA FRAGILIDADE DA GUINÉ-BISSAU.....	79
3.1.	Apresentação e análise do espectro de fragilidade por PSG	79
3.2.	A interação entre diversos PSG.....	80
3.3.	Avaliação da fragilidade do Plano estratégico e Operacional 2015 - 2020	Error! Bookmark not defined.
3.3.1.	A Coerência entre o Plano 2015 -2020 e o <i>New Deal</i>	81
3.3.2.	Prise en compte du New Deal dans le Plan 2015 - 2020.....	82
3.4.	Recomendações.....	83
	CONCLUSÕES.....	87
	ANEXOS.....	88
	Anexo 1 : Matrizes de fragilidades.....	88
a)	Matrizes de fragilidade do PSG 1: Política legítima e inclusiva	88

b) Matrizes de fragilidade do PSG 2: Segurança.....	93
c) Matrizes de fragilidade do PSG 3: Justiça.....	98
d) Matrizes de fragilidade do PSG 4: Fundamentos económicos	105
e) Matrizes de fragilidade do PSG 5: Rendimentos e serviços.....	114
Anexo 2: Lista dos documentos consultados.....	123
Anexo 3: Lista dos Peritos.....	124
Anexo 4: Comunicado Final da Ação de validação do relatório sobre a fragilidade na Guiné-Bissau	125

AGRADECIMENTOS

A equipa de redação do presente relatório agradece ao Governo da Guiné-Bissau, ao PNUD/Guiné-Bissau e ao PNUD Nova Iorque, bem como ao Ponto Focal da Sociedade Civil da Guiné-Bissau a confiança, o apoio e a disponibilidade permanente demonstrada durante a realização do presente trabalho.

LISTA DE PRINCIPAIS ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ALPC	: Arma ligeira e de pequeno calibre
AUPC	: Assistência de Urgência Pós-Conflito
BAD	: Banco Africano de Desenvolvimento
UNIOGBIS	: Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
CEDEAO	: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPLP	: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ECOMIB	: Missão de Segurança da CEDEAO na Guiné-Bissau
FAO	: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FED	: Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI	: Fundo Monetário Internacional
IDH	: Índice de Desenvolvimento Humano
IDPS	: Diálogo Internacional sobre Consolidação da Paz e Reforço do Estado
IHPC	: Índice harmonizado dos Preços ao Consumidor (IHPC)
IPPME	: Iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (IPPME)
LGDL	: Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau
MICS	: Inquérito aos Indicadores Múltiplos
ODD	: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ODM	: Objetivo de Desenvolvimento do Milénio
ONU-Mulheres	: Entidade das Nações Unidas para a igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres
OSC	: Organização da Sociedade Civil
PAIGC	: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIB	: Produto Interno Bruto
PNIEG	: Política Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género
PNUD	: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	: Paridade de Poder de Compra
PSG	: <i>Peacebuilding and Statebuilding Goals em Inglês</i> (Objetivos de Consolidação da Paz e de Reforço do Estado)
PPME	: Países Pobres Muito Endividados
UEMOA	: União Económica e Monetária da África Ocidental
UNIOGBIS	: <i>United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea Bissau</i> (Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau)
SNU	: Sistema das Nações Unidas
UNICEF	: Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

No âmbito do cumprimento dos Objetivos de Consolidação da Paz e de Reforço do Estado (*Peacebuilding and Statebuilding Goals*, abreviado *PSG*) sobre o Novo Pacto para a Ação nos Estados Frágeis (*New Deal*), o governo da Guiné-Bissau mobilizou as diversas partes interessadas para efetuarem a avaliação da fragilidade do país. Essa etapa visa necessariamente ajudar esse país a orientar melhor as suas prioridades nacionais rumo ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) através da implementação do Plano Estratégico e Operacional 2015-2020. Também se trata de demonstrar a vontade política do governo guineense em abordar as causas profundas da pobreza que prejudicam a vida nacional.

Tabela 1: Objetivos de Consolidação da Paz e Reforço do Estado¹

<i>PSG</i>	<i>Formulação</i>
1. Política legítima e inclusiva	<i>Incentivar acordos políticos inclusivos, legítimos aos olhos da população e favorecer a resolução de conflitos</i>
2. Segurança	<i>Estabelecer e reforçar a segurança das pessoas</i>
3. Justiça	<i>Remediar as injustiças e aumentar o acesso das pessoas à justiça</i>
4. Fundamentos económicos	<i>Criar empregos e melhorar os meios de subsistência</i>
5. Rendimentos e serviços	<i>Gerir as receitas públicas com eficácia e reforçar as capacidades em prestar serviços de forma responsável, qualitativa e equitativa</i>

Fonte : g7+

O presente documento apresenta um resumo das avaliações de fragilidade mais recentes (As que foram realizadas pelos Peritos do Banco Mundial em 2015, do FMI em 2016, do *International Crisis Group* em 2014 ou pelos Peritos independentes tais como os de Birgit EMBALO), que se focam respetivamente num ou noutro aspeto particular da fragilidade da Guiné-Bissau. Esta recente avaliação, porém, apoiada pelo PNUD é a que, pela primeira vez, abordou de forma holística e sistémica as dimensões e subdimensões da fragilidade com uma atualização metodológica muito importante que tenha incluído as diversas partes interessadas de Bissau (Capital) e de várias regiões do país. Realizou-se essa avaliação no período que vai de meados de novembro de 2016 a meados de fevereiro de 2017,

Alem do que precede, a avaliação da fragilidade da Guiné-Bissau tirou elações de experiências análogas realizadas noutros países do g7+ tais como a República Centro-africana (RCA), a União das Ilhas Comores, a República Democrática do Congo (RDC) e a República da Guiné, etc. De facto, no caso da Guiné-Bissau, teve-se de completar e concluir a matriz de fragilidade a dois níveis: (1) no PSG 1, acrescentando-lhe uma subdimensão específica às questões relativas às **infraestruturas** quando estavam até então ligadas à produção de recursos, (2) no PSG 5, tendo em consideração uma dimensão particular ligada ao **Acesso e à boa distribuição de serviços de base** visando uma análise aprofundada de cada serviço de base tida como sendo uma subdimensão por si só. Partiu-se dos ativos socioeconómicos dos lares para considerar como sendo serviços de base os seguintes aspetos: Saneamento ambiental e melhoria das condições de vida, Comunicação e informação, Água potável, Educação, Energia (Elétrica), Habitação, Saúde, Segurança alimentar e Transportes.

A escolha estratégica de abordar apenas esses ativos (tangíveis e intangíveis) de lar foi orientada pela necessidade de ter em consideração os problemas reais com que a população depara diretamente. Trata-se sobretudo de abordar de uma forma mais aprofundada as

¹ O g7+ é um grupo de Estados considerados como sendo frágeis e que procedem periodicamente a um intercâmbio de suas experiências de saída de crise multiforme de se ajudar uns aos outros a estancar os conflitos, a consolidar a paz e a reforçar o Estado e a eliminar a pobreza por meio de estratégias de estratégias de desenvolvimento inovadoras, que sejam harmonizadas no contexto do país. Esse Grupo compreende os seguintes 20 países : Afeganistão, República Democrática do Congo, Haiti, Libéria, Soudão do Sul, le Serra Leoa et e Timor Leste, que são membros fundadores do g7+, juntamente com o Burundi, a República Centroafricana, o Chade, as Comores, Côte d'Ivoire, a República da Guiné, a Guiné-Bissau, a Papua-NovaGuiné, São Tomé e Príncipe, as Ilhas Salomão, a Somália, o Togo e Iemen.

preocupações fundamentais da população de entre as dimensões e as subdimensões da fragilidade para que sejam tomadas em consideração de forma sistemática na visão e no plano estratégico de desenvolvimento nacional.

Em conformidade com as normas observadas pelos Estados-membros do g7+, dos quais a Guiné-Bissau faz parte, essa avaliação incidiu as dimensões e subdimensões de cada Objetivo do *New Deal*, com base numa abordagem participativa que tenha permitido o recurso a uma matriz de análise de riscos destinada a definir melhor o espectro da fragilidade do país.

Dessa análise, o estudo levanta o nível geral e setorial da fragilidade da Guiné-Bissau. Pelo que se deduz que *o país se encontra em situação de crise* em quatro dos cinco PSG. Apenas o PSG 5 (**Rendimentos e serviços**) mostra que o país tenha começado a emergir, estando na fase de Reconstrução.

De entre os principais determinantes da fragilidade da Guiné-Bissau, a avaliação indica particularmente que:

- De uma maneira geral, a fragilidade da Guiné-Bissau é alimentada pela instabilidade política e institucional;
- Em matéria de Política legítima e inclusiva, o desequilíbrio entre os poderes constitui o principal fator de fragilidade nesse país;
- Em matéria de segurança, as interferências dos atores do setor da defesa e segurança na esfera política, da justiça e da economia estão na base da fragilidade da Guiné-Bissau;
- Em matéria de justiça, a corrupção influi na qualidade dos serviços da Justiça e mergulha o país na fragilidade;
- Em matéria da economia, a não diversificação da economia e a corrupção constituem dois principais fatores do bloqueio à saída da crise multiforme da Guiné-Bissau;
- Em matéria de rendimentos e serviços, a não diversificação dos recursos de rendimentos do Estado, agravada pelas fracas capacidades humanas, financeiras e logísticas entram a resiliência da Guiné-Bissau.

No intuito de orientar o governo e os parceiros rumo à saída da crise, o documento identifica os trunfos de que o país dispõe para realizar ações prioritárias suscetíveis de ajudar a enfrentar às diversas causas da fragilidade. Fornece de igual modo as medidas prioritárias a tomar, bem como os indicadores de resultados para verificar o alcance de marcos de progresso específicos.

Por último, o relatório fornece ao Governo da Guiné-Bissau uma série de recomendações consideradas como sendo primordiais para a operacionalização dos diversos contributos das partes interessadas num compromisso determinante no sentido da resiliência. Dessas recomendações, convém mencionar particularmente o seguinte:

1. Fazer uso dos mecanismos de revisão constitucional em prol do equilíbrio dos poderes e do reforço da estabilidade das instituições do Estado ao nível central bem como nas regiões;

2. Levar as forças de defesa e segurança a se revelarem fieis aos princípios da neutralidade e da defesa intransigente dos valores republicados, rejeitando toda tentativa de manipulação e ou de instrumentalização;
3. Reforçar a independência da Justiça, pondo fim às interferências políticas e militares nesse setor;
4. Proceder à revisão dos contratos de recursos naturais a fim de reforçar a transparência e maximizar as receitas públicas;
5. Reforçar o papel do Parlamento em matéria de aprovação de orçamentos e de controlo das despesas públicas.

INTRODUÇÃO

0.1. Contexto da avaliação da fragilidade da Guiné-Bissau

Não obstante o potencial económico considerável, a Guiné-Bissau faz parte dos países mais pobres e mais frágeis do mundo. Esse país é classificado como sendo o 180º de 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2015 (0,44/1)² e cerca de metade da população (1,6 milhões de habitantes) vive na miséria com 1,25 USD por dia. Não obstante ainda ter uma taxa de crescimento prevista para 5,6% em 2016 e 6,2% em 2017, as perspetivas permanecem frágeis porque o país depende fortemente do clima sociopolítico, do desempenho do setor da castanha de caju (que emprega cerca de 30% da população ativa) e da continuidade das reformas³. Segundo o Centro para a Paz Sistémica, citado por um grupo de Peritos do Banco Mundial⁴, a Guiné-Bissau é classificada como sendo o segundo país do mundo com maior número de golpes de Estado militares e tentativas conseguidas ou não no mundo. O golpe mais recente ocorreu em abril de 2012, no meio da segunda volta da eleição presidencial e teve um impacto nefasto na economia.

A situação da fragilidade levou a República da Guiné-Bissau a fazer parte dos Estados-membros do Diálogo Internacional para a Consolidação da paz e o Reforço do Estado (IDPS) lançado sob a égide das Nações Unidas após Declaração de Busan em dezembro de 2011. Trata-se de um processo que permite aos Estados que reconhecem estar em situação de fragilidade, entabularem um processo de recentragem das suas prioridades para atingirem melhor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, em complemento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), expirados em 2015. Os resultados podem ser úteis para dar prioridade aos ODS e ver quais serão os aceleradores de desenvolvimento no âmbito da implementação do Plano Estratégico Nacional, em conformidade com os compromissos tomados pelo g7+ na Declaração de Estocolmo, em março de 2016.

Lançado em 2011 em Busan (Coreia do Sul), o New Deal tem por objetivo ajudar os países que estiverem em situação de crise e/ou conflito a alcançar os ODM. O *New Deal* definiu cinco (5) PSG (Objetivos de Consolidação da Paz e de Reforço do Estado) que visam políticas legítimas e inclusivas, a segurança, a justiça, os fundamentos económicos e os rendimentos e serviços de base. Esses >PSG são a base de uma governação e de instituições fortes e duradouras.

A recentragem das prioridades nacionais requer que o país aderente se sujeite a uma avaliação da fragilidade, abordagem conducente a uma análise dos riscos corridos e da identificação dos fatores de resiliência, sendo estas assentes nas atividades a realizar para sair da crise, perante indicadores de capacidades, resultados a alcançar e perceção das partes interessadas. Os resultados dessa avaliação destinam-se a informar o diagnóstico de país em prol de uma melhor definição de uma Visão nacional de um plano estratégico tendente à resiliência, antes de servir de base para um diálogo multisetorial chegar a acordos a médio prazo.

Tendo aderido ao compromisso internacional à Consolidação da Paz e Reforço do Estado aquando da assinatura do Acordo de Busan em novembro de 2011, a Guiné-Bissau é, por conseguinte, membro fundador do *New Deal*. Esse país participa no diálogo internacional

2 POPULATION DATA., www.populationdata.net. Mars 2017.

3 ARVANITIS, Y., ANDRIANARISON, F.J., IE, I., *Guinée-Bissau 2016*, BAD, OCDE, PNUD, www.africaneconomicoutlook.org.

4 MARC, A.; WEE, A.; ROSS, S.; REKSTEN, S.; FOUCHER, V., *Guinée-Bissau : Evaluation de la fragilité*, WBG, Washington DC, 2015

sobre a implementação do *New Deal* mediante o seu Ponto Focal governamental, bem como o da Sociedade Civil. Efetuou-se uma missão do g7+ a Bissau em 2014 para lançar oficialmente o processo do *New Deal* a nível nacional. Desejoso de manifestar boa vontade política dessa implicação, o governo criou desde outubro de 2014, sob a coordenação do Ministério do Plano, uma Equipa técnica de peritos multissetoriais inclusivamente da Sociedade Civil encarregada da implementação do *New Deal* no País. Essa equipa tinha por mandato assegurar, sob a responsabilidade dos dois Pontos Focais, o acompanhamento da implementação do *New Deal* no país.

Tal como já o fizeram outros Estados aderentes desse processo denominado “New Deal”, foi em 2014 que a Guiné-Bissau formulou oficialmente junto do PNUD a necessidade de ser apoiada a realizar a avaliação da fragilidade.

Foi nesse contexto que se lançou e executou a presente Missão, pelo Secretariado de Estado do Plano, que solicitou o apoio técnico e financeiro do PNUD a fim de realizar a presente avaliação. Foi a 20 de dezembro de 2016 que a Missão teve início em Bissau e ficou concluída a 10 de fevereiro de 2017.

0.2. Objetivos

0.2.1. Objetivo geral

A avaliação da fragilidade tinha por objetivo principal fornecer respostas aos problemas colocados pela situação de crise, programando-se nomeadamente as medidas apropriadas para conduzir a Guiné-Bissau para a resiliência a médio e longo prazos. Essa análise da fragilidade permitiria de igual modo o trabalho nos indicadores que servissem de métrica para os riscos e que pudessem ser utilizados como base de referência a nível nacional para medir os ODS.

Em conformidade com os acordos internacionais a favor dos Estados frágeis, a avaliação da fragilidade visa:

- Facilitar um diálogo nacional construtivo e orientado para o futuro mediante o intercâmbio periódico entre o governo, a sociedade civil e os Parceiros de desenvolvimento a fim de concordarem em trabalhar nas prioridades nacionais;
- Favorecer a elaboração de planos estratégicos nacionais;
- Definir prioridades realistas de consolidação da paz e reforço do Estado, abordando as causas e as forças motrizes da fragilidade;
- Ajudar o governo a elaborar o seu plano de desenvolvimento ou a atualizar o mesmo, incluindo os fatores da fragilidade e os propulsores do desenvolvimento rumo ao alcance dos ODS das Nações Unidas e da Agenda 2063 da União Africana ao esmo tempo.

0.2.2. Objetivos específicos

De forma específica, a construção da matriz de fragilidade deve orientar a Guiné-Bissau no sentido de concluir um pacto de governação do país, referindo-se aos objetivos do *Peacebuilding and Statebuilding*, bem como deve propor medidas prioritárias para abordar melhor e ultrapassar os desafios. Trata-se desta feita de:

1. Avaliar o nível de risco político do país tendo em conta o nível da relevância e da qualidade do diálogo político tanto a nível da Guiné-Bissau como a nível das suas regiões;
2. Avaliar as condições da segurança atual no país, inclusivamente a possibilidade de surgimento de situações conflituosas ou situações reais de conflitos, de violação baseada no género ou não, ou de criminalidades;
3. Ligar essa avaliação do setor de segurança às exigências de justiça e de boa governação (Qualidades e capacidades dos administradores públicos, da gestão das finanças públicas, de concursos públicos, etc.);
4. Avaliar a conjuntura e as condições económicas atuais no país, o nível/grau das desigualdades sociais, inclusivamente a qualidade das infraestruturas e a vulnerabilidade face aos choques adversos;
5. Avaliar as condições do mercado de emprego, a problemática do desemprego, as condições de desenvolvimento do setor privado, bem como o acesso da população aos serviços sociais de base.

0.3. Abordagem metodológica

A metodologia proposta para a avaliação da fragilidade foi inspirada principalmente pela Nota de Orientações dos países do g7+ de julho de 2012, bem como pelas lições aprendidas nas avaliações de fragilidade de vários países do g7+ (Comores, RD Congo, Serra Leoa, Timor Leste, Sudão do Sul, RCA, República da Guiné, etc.). As fases-chave dessa avaliação da fragilidade e de identificação dos indicadores específicos de um país foram coerentes com toda a tramitação da consolidação da paz e reforço do Estado, seja o *New Deal*. Foram realizadas para servirem de ponto de referência ao diagnóstico de base da elaboração de uma visão, Um Plano na Guiné-Bissau, e sobretudo na implementação dos ODS e da Agenda 2063, conforme as prioridades identificadas por meio dos resultados da avaliação da fragilidade e o objetivo de suscitar o diálogo multissetorial no país.

No intuito de cumprir essa missão, foi precedida de uma abordagem analítica em que se recorreu às diversas técnicas seguintes:

- A pesquisa documental: para recolher os dados secundários contidos em vários relatórios e documentos oficiais ou de origem independente;
- Contactos com as diversas partes interessadas: para levantar opiniões sobre as expectativas da Missão e dos seus resultados, compreender melhor o contexto, tanto quanto mobilizar e envolver as partes interessadas, tendo em vista a sua participação na avaliação da fragilidade;
- Grupos Focais: foram organizados e realizados encontros de grupos durante as ações nacionais e regionais com as diversas partes interessadas;
- Observação direta: a chegada a Bissau até ao percurso de várias cidades da região, conseguiu-se formar uma opinião inspirada diretamente das numerosas realidades socioeconómicas da Guiné-Bissau.

Essa Missão decorreu nas quatro fases seguintes:

0.3.1. Fase preparatória

Essa fase decorreu de 20 de novembro de 2016 a 10 de fevereiro de 2017. Tratava-se de realizar as principais tarefas seguintes:

- Elaborar a nota técnica de todo o processo da avaliação da fragilidade;
- Elaborar as apresentações técnicas, das quais uma incidiria nos desafios do *New Deal* e outra nos conceitos-chave e nas ferramentas da avaliação da fragilidade;
- Proceder à recolha de dados;
- Formar as partes interessadas em como participarem na elaboração da fragilidade: os Pontos Focais do governo, os membros da Equipa técnica e os representantes da Sociedade Civil;
- Lavrar o calendário das digressões na Regiões;
- Produzir os documentos de trabalho da ação nacional e das ações regionais.

0.3.2. Organização da Ação Nacional de lançamento da avaliação da fragilidade da Guiné-Bissau

A fase em epígrafe decorreu de 7 a 9 de dezembro de 2016 e abrangeu o conjunto das partes interessadas, também decorreu nos dias 6 e 8 de fevereiro de 2017 para as Organizações da Sociedade Civil. Consistia na realização dos trabalhos da ação de avaliação da fragilidade e das seguintes tarefas principais:

- Realizar o módulo de avaliação da fragilidade;
- Supervisionar a apresentação sobre os desafios do *New Deal*;
- Subdividir os participantes em cinco Grupos de Trabalho correspondentes respetivamente aos Objetivos do *New Deal*;
- Supervisionar as atividades dos Grupos de Trabalho rumo a uma primeira matriz de fragilidade sobre cada Objetivo do *New Deal* (PSG);
- Reunir os resultados dos trabalhos de Grupos;
- Produzir um primeiro Espetro da fragilidade da Guiné-Bissau.

No todo, contou-se com 90 participantes, de entre os quais 30% eram mulheres, na realização dos trabalhos. Contudo, convém assinalar que os trabalhos de dois (2) dos cinco (5) Grupos foram dirigidos por mulheres.

0.3.3. Organização das ações regionais de avaliação da fragilidade

De 12 a 15 de dezembro de 2016, organizaram-se sucessivamente ações nas várias regiões do país em que se contou com a participação de diversas partes interessadas. Num dia realizou-se cada uma dessas ações nos seguintes setores administrativos:

- Bula, a 12 de dezembro de 2016, para as partes interessadas das Regiões de Cacheu e Oio (Norte);
- Bafatá, a 13 de dezembro de 2016, para as partes interessadas das Regiões de Bafatá e Gabú (Leste);

- Buba, a 14 de dezembro de 2016, para as partes interessadas das Regiões de Quínara e Tombali (Sul);
- Bolama, a 15 de dezembro de 2016, para as partes interessadas das Região de Bolama-Bijagós (Ilhas)
- Bissau, a 19 de dezembro de 2016, para as partes interessadas da Região de Biombo e de Bissau (Setor Autónomo).

Convém assinalar ainda que não se tratava de produzir novas Matrizes de fragilidade nessas regiões, mas sim de complementar a matriz produzida em Bissau com elementos específicos. Em relação a cada ação regional, registou-se uma média de 30 participantes de entre os quais 20% a 25% eram muitas vezes mulheres.

I. PONTO DE SITUAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

1.1. Contexto do País

Desde a guerra civil de 1998 a 1999, a Guiné-Bissau não conseguiu estabelecer uma verdadeira estabilidade política, social e económica. Nenhum dos diversos Presidentes eleitos ao longo desse período chegou de concluir o respetivo mandato e o governo do país tem sido caracterizado por uma instabilidade crónica quer ligada à intervenção das forças armadas na vida política (golpe de Estado em 2012) quer ligada às consequências de conflitos políticos internos entre os partidos políticos e entre as instituições (à semelhança da crise desencadeada desde agosto de 2015). Essa instabilidade política não permitiu a criação de condições objetivas para a implementação de políticas públicas, que poderiam ter facilitado o crescimento económico sustentável e o bem-estar social da população em geral.

Na Guiné-Bissau, a instabilidade política enfraqueceu a capacidade dos governos a prestar serviços e a fornecer infraestruturas de base, bem como comprometeu o ambiente económico para o investimento (nacional e estrangeiro), resultando numa economia quase inteiramente dependente da produção e exportação de um único produto: a castanha de caju. A ausência de uma economia diversificada associada a um crescimento económico errático



(dependente do preço do mercado internacional e das condições climáticas) tem, por sua vez, alimentado a instabilidade política e criado incitações à procura de renda e à predação. Isto afetou ainda mais a capacidade do Estado em cobrar os impostos e limitou uma utilização eficaz da ajuda externa ao desenvolvimento.

Em termos dos ODM, a Guiné-Bissau registou em 2015 progressos enormes em certos objetivos tais como o da taxa de mortalidade infantil e da educação primária. Contudo, o país tem sido classificado 178º dos 188 países mais pobres, com um IDH de 0,420. Quase 70% da população Guineense são pobres e vivem abaixo da PPC de 2 dólares dos Estados Unidos por

dia e mais do que um terço da população permanece em extrema pobreza, vivendo com menos de 1 dólar dos Estados Unidos por dia. Os serviços de saúde permanecem um dos principais problemas desse país tal como indicado pelo fraco nível da esperança de vida prevista para apenas 55, 2 anos. O conflito civil de 1998 prejudicou de forma significativa o capital físico e as infraestruturas ligados à energia, aos portos e às estradas foram de igual modo afetados negativamente por anos de instabilidade política, gestão danosa e corrupção.

Por conseguinte, a resolução dos problemas de fragilidade por um país tal como a Guiné-Bissau continua a ser uma tarefa complexa e difícil embora realizável. A medida que a reforma interna institucional é de extrema importância para lidar com essas questões, certo é que o país não consegue sair da armadilha da fragilidade sem ajuda externa à revitalização e construção de instituições sólidas e sem investimento nas infraestruturas e nos setores produtivos.

O regresso à ordem constitucional em 2014 abriu o caminho ao levantamento das restrições internacionais e à reintrodução dos grandes programas de ajuda internacional. Aquando da conferência internacional dos doadores realizada em março de 2015 em Bruxelas, o Governo da Guiné-Bissau apresentou o seu Plano Estratégico e Operacional 2015-2020, destacando a reconciliação nacional e a estabilidade política como sendo as principais prioridades para o desenvolvimento. Não obstante essas evoluções promissoras, em agosto de 2015 o país recaiu uma vez mais numa crise política de três governos consecutivos. O último governo nomeado entrou em funções em dezembro de 2016.

1.2. Guiné-Bissau no *New Deal*

Em 2011, em Busan (Coreia do Sul), os cinco (5) Objetivos de Consolidação da Paz e Reforço do Estado (OCR) ou *Peacebuilding and Statebuilding Goals* (PSG) denominados *New Deal*, a que a Guiné-Bissau é aderente, foram definidos como sendo os fundamentos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2015. Após a projeção dos ODM em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2030, a começar de setembro de 2015 pelas Nações Unidas, em Nova Iorque, o horizonte do *New Deal* alargou-se desta feita aos quinze anos seguintes. Esses objetivos envolvem os atores nacionais e internacionais de uma nova forma em trabalharem juntos em apoiarem a edificação de Estados pacíficos. Ajudam a identificar as prioridades da consolidação da paz e do reforço do Estado a nível dos países e orientam a visão nacional, o plano e os acordos para a implementação desse plano nacional.

Uma vez definidas a nível nacional através deste plano e em conformidade com o princípio da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, as prioridades nacionais fazem objeto de um diálogo político entre o Estado dito frágil e os parceiros técnicos e financeiros, sem excluir as OSC na obtenção do alinhamento das ofertas de apoio destinadas a atingir a resiliência. De facto, quando um governo manifestar a sua vontade política em promover o desenvolvimento, mas carecer da capacidade necessária, os atores internacionais devem procurar alinhar os seus esforços de apoio com as estratégias que definiram. Quando as capacidades forem limitadas, o recurso a outros tipos de instrumentos de ajuda, tais como os pactos internacionais ou os fundos de afetação especial alimentados por vários parceiros de desenvolvimento, podem facilitar a adoção de prioridades comuns e a partilha de responsabilidades em matéria de execução entre as instituições nacionais e internacionais⁵.

⁵ OCDE, *Les Principes pour les Etats fragiles*, Paris, 2011.

Segundo a OCDE, a fragilidade do Estado define-se como sendo o desequilíbrio entre as expectativas recíprocas dos cidadãos e a capacidade de o Estado prestar os serviços necessários. Esse desequilíbrio pode ser causado por choques, sendo então súbito, ou podem resultar de uma erosão lenta (ou, pelo contrário, de uma melhoria) em termos de capacidades, eficácia e legitimidade. Desta feita, um Estado é dito “frágil” se as instâncias estatais não dispõem de meios e/ou da vontade política de garantir a segurança e a proteção dos cidadãos, de gerir os assuntos políticos com eficácia e de lutar contra a pobreza. Também a fragilidade é a incapacidade de um Estado em satisfazer as expectativas da sua população ou em gerir a evolução dessas expectativas mediante processos políticos⁶.

A resiliência do Estado define-se como sendo a disposição do Estado a resistir aos choques internos e externos graças às capacidades, à eficácia e à legitimidade. A resiliência decorre da combinação de vários elementos: capacidades e recursos, bom desempenho e legitimidade das instituições, apoiados pelos processos políticos e económicos que estabelecem a ligação entre o Estado e a sociedade, e entre as suas expectativas mútuas. Um Estado é “resiliente” quando as suas instituições demonstram capacidade e responsabilidade perante a população e enraizamento num intercâmbio sólido e não violento com a sociedade a propósito do poder político, dos recursos económicos e da adaptação da sociedade e das instituições. Um Estado resiliente é, por conseguinte, aquele que se muna de instrumentos e instituições que lhe permitam enfrentar as crises e gerir as mudanças sociais, mantendo a estabilidade e a prevenção contra as violências⁷.

1.3. Quadro programático da Guiné-Bissau

Desejosa de romper o ciclo de “Má governação -- pobreza”, a Guiné-Bissau dotou-se em 2015 de uma visão 2025 que serve de fio condutor do seu Plano de Desenvolvimento Nacional para o mesmo período. Essa visão define-se como sendo uma vontade de transformação económica e social aprofundada, de preservação da biodiversidade única do país e de um reforço da identidade comum assumida por todos os Bissau-guineenses.

1.3.1. Visão 2025

Os principais eixos da transformação esperada representam-se nas três dinâmicas positivas seguintes⁸:

1. Recursos naturais renováveis valorizados de forma sustentável e fileiras criadoras de novas riquezas e empregos mais bem estruturados;
2. Atividades humanas inscritas numa abordagem sistemática do desenvolvimento sustentável e de respeito da biodiversidade;
3. Uma governação refundada e um pacto social consolidado para garantir uma paz duradoura.

Graças a essas três dinâmicas inserida no decurso dos próximos dez anos, a Guiné-Bissau quer-se um país atrativo, unido e bem governado em 2025. Espera igualmente ter iniciado a sua transição rumo a uma sociedade próspera, solidária e respeitosa da biodiversidade. Para o efeito, o país propõe-se de elaborar um novo mapa económico em torno de nove (9) polos

6 OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA, *Les Etats fragiles en Afrique: un paradigme utile pour l'action ?, Rapport de conférence*. Johannesburgo, abril de 2008.

7 OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA, *Op.Cit.*

8 REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, *Plano Estratégico e Operacional 2015-2020*, Bissau, Fevereiro de 2015

económicos considerados como sendo bacias de dinamização de atividades económicas, de geração de empregos e de vida urbana e repartidos em todo o território nacional. Esse nove (9) polos identificados são: Bissau, arquipélago de Bolama-Bijagós, Biombo, Cacheu, Farim, Bafatá, Gabú, Catio e Buba.

A paz e a boa governação são ambas consideradas juntamente como sendo o primeiro “*fundamento indispensável*”. Trata-se mesmo da “*bem primeira prioridade*”.

As três dinâmicas da Visão da Guiné-Bissau justificam bem a escolha feita pelo país de utilizar o New Deal como instrumento para melhorar a governação e lutar contra a pobreza. A convergência entre os Objetivos do New Deal e as dinâmicas da Visão da Guiné-Bissau ficou desta feita estabelecida.

1.3.2. Plano Estratégico Nacional 2015 – 2020

No intuito de transformar a Visão em ações de transformações económicas e sociais, a Guiné-Bissau dotou-se de um “*Plano Estratégico e Operacional*” de desenvolvimento para o período entre 2015 e 2020.

De um custo total calculada em 500 mil milhões de Francos CFA, o Plano **Sol Na Iardi 2015-2020** da Guiné-Bissau não conseguiu ainda ser implementado efetivamente por razões das crises políticas sucessivas ocorridas no país.

Contudo, convém indicar que esse Plano compreende cinco (5) domínios estratégicos, vinte e seis (26) programas e setenta (70) ações.

Tabela 2: Estratégias e objetivos do Plano nacional 2015 -2020

Estratégias do Plano 2015 - 2020	Objetivos do Plano 2015 - 2020
0. Estabelecimento de uma governação ao serviço do cidadão	0.1.1. Garantir uma boa gestão da defesa e segurança 0.1.2. Reformar o sistema judicial e edificar um Estado de direito 0.1.3. Melhorar a gestão das finanças públicas 0.1.4. Reformar e modernizar a administração pública 0.1.5. Edificar um Sistema de Informação Nacional integrado e coerente 0.1.6. Promover o desenvolvimento local, a descentralização e a participação do cidadão
1. Estabelecimento de uma gestão sustentável de capital natural e preservação da biodiversidade	1.1.1. Instaurar um quadro regulamentar e institucional de desenvolvimento sustentável 1.1.2. Conhecer, garantir a segurança e melhorar os ecossistemas 1.1.3. Regular a exploração de recursos naturais renováveis a fim de garantir a sua renovação biológica 1.1.4. Criar um Plano Clima que aumente a resiliência do território nacional às alterações climáticas
2. Estabelecimento de uma rede nacional de infraestruturas moderna e competitiva	2.1.1. Garantir uma oferta energética acessível e de qualidade 2.1.2. Generalizar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação 2.1.3. Edificar uma rede nacional moderna de transporte multimodal 2.1.4. Melhorar o acesso à água e ao saneamento 2.1.5. Assegurar a renovação urbana e a administração equilibrada e sustentável do território
3. Reforço do capital humano e melhoria da qualidade de vida de cada cidadão	3.1.1. Edificar um sistema educativo de qualidade orientada para o emprego 3.1.2. Desenvolver o emprego e a inserção de jovens 3.1.3. Melhorar a saúde 3.1.4. Promover a renascimento cultural e redinamizar o desporto e a política da juventude 3.1.5. Reforçar a promoção social e reduzir significativamente a pobreza

4. Promoção de um setor privado forte e de uma economia diversificada	<p>4.1.1. Criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do setor privado</p> <p>4.1.2. Valorizar plenamente a potencialidade agrícola do país</p> <p>4.1.3. Edificar um setor pesqueiro sustentável e de alto valor acrescentado</p> <p>4.1.4. Fazer do Arquipélago de Bolama-Bijagós em particular e da Guiné-Bissau em geral um destino de ecoturismo de primeiro grau</p> <p>4.1.5. Valorizar a potencialidade mineira respeitando rigorosamente as normas ambientais</p>
---	---

1.4. Evolução e perspetivas da economia da Guiné-Bissau

O regresso à ordem constitucional em 2014 permitiu que a Guiné-Bissau melhorasse a sua situação socioeconómica e retomasse o regime de crescimento. Após três anos de marasmo resultante do golpe de Estado de 2012, o país voltou a alcançar uma taxa de crescimento importante, 5,6 % em 2016 em relação a 4,8% em 2015⁹. Essa taxa era apenas de 0.8 % em 2013 e estabeleceu-se em 2,7 % em 2014¹⁰. A recuperação económica foi impulsionada por uma boa campanha de comercialização da castanha de caju e por uma colheita agroalimentar em nítido crescimento, bem como pela retoma de confiança do setor privado, pela retoma da reforma do setor público (Saneamento das finanças públicas) e pelo regresso dos doadores, conforme o ilustra o sucesso da mesa redonda dos parceiros realizada em março de 2015 em Bruxelas.

A situação política bem como as variações climáticas que podem afetar o setor primário, constituem os principais riscos perante o crescimento a curto prazo. As reformas conheceram progressos notórios graças a uma melhor consideração das prioridades de desenvolvimento do país. Contudo, a capacidade do Estado em prosseguir com a sua gestão das finanças públicas e em a reforçar será determinante para uma recuperação a médio prazo.



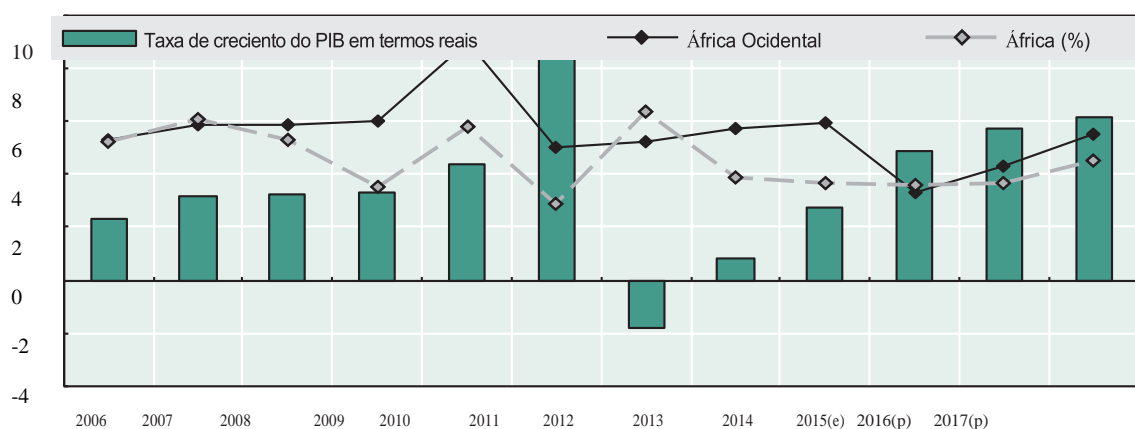
re 4,8% en 2015, in

Durante o período de transição, a gestão das finanças públicas deteriorou-se muito. Posto a criação de comités de tesouraria e o reforço de certos cargos a nível da alfândega, as autoridades conseguiram, ao longo de 2015, melhorar tanto a gestão como a administração do imposto. Mesmo que sejam ainda necessários grandes projetos para perpetuar os progressos realizados desde o final do período de transição, essas melhorias permitiram um melhor funcionamento do Estado (Salários pagos atempadamente, apuramento dos salários em atraso, etc.). Daí a taxa de pressão fiscal passou de 8,7 % em 2014 para 10,5 % em 2015. Quanto ao saldo orçamental geral, estava em -2,2 % do produto interno bruto (PIB) em 2015. O saldo primário estava em -1,6 %. Em 2016, o nível de inflação da Guiné-Bissau manteve-se em 1,5%, com base na retoma da procura¹¹.

A situação social e de desenvolvimento humano melhorou apenas um pouco em relação a 2014. Se a consolidação das finanças públicas e o apoio dos parceiros técnicos e financeiros permitissem uma melhor consideração dos setores de educação e da saúde, a situação geral permanece preocupante. O país tem um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e os dados do novo inquérito de indicadores múltiplos (MICS IV) fazem ressaltar carências importantes em termos de desenvolvimento humano. Essas insuficiências são cada vez mais marcadas por mulheres e pelas populações rurais.

A cidade de Bissau é o polo de atração económica principal do país. Contudo, numa perspetiva de crescimento inclusivo, as políticas públicas devem dinamizar as cidades secundárias e obrarem no sentido do desenvolvimento económico e social das zonas rurais.

Gráfico 1. Taxa de crescimento do PIB em termos reais



Fonte: BAD, Departamento de Estatísticas PEA. Estimativas (e); previsões (p).

Tabela 3. Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento do PIB em termos reais	2.7	4.8	5.7	6.2
Crescimento do PIB em termos reais por habitante	0.2	2.4	3.4	3.8
Inflação	1.9	1.5	2.1	1.8
Saldo orçamental (% PIB)	-2.1	-2.2	-2.7	-3.1
Conta corrente (% PIB)	-1.3	1.5	-2.4	-2.6

Fonte: Dados das administrações nacionais; cálculos dos autores em relação às estimativas (e) e as previsões (p).

Em relação a 2017, as perspetivas são antes tributárias do ambiente sociopolítico. O ano 2016 foi marcado pelas tensões políticas, tensões que tinham impedido no final de 2015 a adoção

11 KAKPO Fiacre, *Op.Cit.*

do programa do governo pela Assembleia Nacional Popular. Essas perspectivas dependem tão fortemente do decorrer da campanha agroalimentar (Dependente por seu lado da pluviometria) e da campanha da castanha de caju. O crescimento poderá alcançar os 6,2% em 2017, tendo-se por hipótese: a consolidação da estabilidade política, um ligeiro aumento da produção de castanha de caju e a continuação dos esforços por uma melhor gestão das finanças públicas. Por último, prosseguir com os projetos de infraestrutura.

A médio prazo, a perspectivas de crescimento dependerão da capacidade do Estado em realizar as reformas estruturais necessárias para a transformação e a diversificação da economia, garantindo ao mesmo tempo o reforço e a continuidade na prestação dos serviços de base. Ao constatar-se o progresso realizado em relação a 2014, eis os principais desafios enumerados no Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 denominado “Terra Ranka”: i) manter a estabilidade política, ii) realizar as reformas da administração pública e melhorar a gestão das finanças públicas, iii) reforçar as capacidades institucionais, iv) estimular a diversificação da economia em geral, da agricultura em particular e iv) continuar a investir nas infraestruturas.¹²

1.5. Relações com parceiros

Após ter acedido à sua independência a 24 de setembro de 1973, a Guiné-Bissau tornou-se membro fundador da CEDEAO em 1975 e aderiu ao Tratado da UEMOA em 1997. Ainda o país se tornou membro fundador da União Africana em 2000. A sua pertença à CEDEAO levou ao incremento do papel desta Organização Regional a favor da transição na Guiné-Bissau, decorrida de 2012 a 2014, bem como favoreceu a criação da ECOMIB. Enquanto membro das Nações Unidas e da Francofonia, a Guiné-Bissau é de igual modo membro da Comunidade dos Estados do Sael e do Sara (CenSad) e da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

A política estrangeira de Bissau é antes de mais orientada para a busca de novas ajudas externas (Ex-URSS, China, Brasil, Portugal, França, países nórdicos, etc.) ao passo que certos parceiros da Guiné-Bissau aumentaram naturalmente, a sua influência, nomeadamente no âmbito da cooperação Sul-Sul. Tal é o caso de Angola, Senegal e mesmo o Timor Leste.

Contam igualmente de entre os parceiros importantes da Guiné-Bissau o Sistema das Nações Unidas (SNU), a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD).

Ainda a Guiné-Bissau mantém relações com as Instituições de Bretton Woods, embora muitas vezes com altas e baixas. De facto, o FMI apoia a Guiné-Bissau desde janeiro de 2008 a título de Assistência Urgente Pós-conflito (AUPC). A implementação desse programa permitiu que o país alcançasse o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (PPME) em 2010 e beneficiasse de um alívio de dívida no valor de 12 mil milhões de dólares dos Estados Unidos. No intuito de contribuir para o restabelecimento da sustentabilidade da dívida da Guiné-Bissau, os credores do Clube de Paris decidiram anular desta dívida 256 milhões de dólares dos Estados Unidos. Segundo o FMI, a dívida da Guiné-Bissau recuou de 22% e estabeleceu-se em 216 mil milhões de Francos CFA (329 milhões de euros) a 31 de maio de 2016. Graças à implementação dos esforços dos credores do Clube de Paris e dos credores multilaterais, a dívida externa passou de 122% do PIB em 2009 para 52,19 % do PIB em 2015.

12 ARVANITIS, Y., ANDRIANARISON, F.J., IE, I., *Op.Cit.*

Mais tarde, o FMI anunciou a sua intenção de conceder à Guiné-Bissau um empréstimo de 21 milhões de euros escalonados em três anos no âmbito da facilidade alargada ao crédito (FAC). A implementação da FAC foi suspensa em junho de 2016 dada à instabilidade política no país.

II. DIAGNÓSTICO DA FRAGILIDADE DA GUINÉ-BISSAU

O diagnóstico da fragilidade avaliou os cinco objetivos da consolidação da paz e o reforço do Estado (*Peacebuilding na Statebuilding Goals, PSG* em inglês) e por meio das suas dimensões e subdimensões. Eis esses PSG: (i) Política legítima e inclusiva, (ii) defesa e segurança, (iii) justiça, (iv) fundamentos económicos e (v) rendimentos e serviços¹³.

Em relação a cada PSG, a análise da situação vigente num país permite que se saiba se está num das cinco fases seguintes: a crise, a reconstrução, a estabilização, a transformação ou a resiliência. Desta feita, o nível de execução de um ou outro objetivo de consolidação da paz e de reforço de um Estado é referido na fase de:

- *Crise* : Uma série de disfuncionamentos que ponham em perigo a reputação e a estabilidade do Estado.
- *Reconstrução* : Uma reposição a um nível aceitável das capacidades mínimas para permitir que um Estado comece a fazer face às necessidades essenciais da população e das instituições.
- *Estabilização* : Período de se acompanha de grandes reformas, a nível legislativa, regulamentar e institucional, a fim de se prevenir contra outras crises.
- *Transformação* : A implementação das reformas a nível político, social e económica a fim de permitir que o país se dote das capacidades de reação apropriadas perante as crises súbitas e projetadas.
- *Resiliência* : Capacidades e recursos, instituições com bom desempenho e legitimidade, apoiadas pelos processos políticos que fazem a ligação entre o Estado e a sociedade e entre as suas expectativas mútuas.

Muitas vezes, apenas saindo de uma situação de conflito, os Estados frágeis são confrontados com crises de diversas naturezas, que reduzem significativamente a sua capacidade de garantir um bem-estar dos seus cidadãos: tensões sociais, crise judiciária, crise política/de legitimidade/institucional, crise económica e crise de segurança. Todas essas crises são tratadas no presente diagnóstico relativo à Guiné-Bissau.

2.1. PSG 1: política legítima e inclusiva

2.1.1. Conceito

A crise de legitimidade e de inclusão tem a ver com a implementação de um acordo político, o sistema eleitoral, a organização do sistema político de transição, etc. Além disso, o Estado está confrontado com um desmoronamento das suas instituições suscetível de conduzir a um colapso total¹⁴.

A condição necessária para a criação de uma democracia política envolve a criação de instituições apropriadas que fixem uma repartição equitativa de poder político entre todos os cidadãos. Todas as decisões políticas (Inclusivamente as decisões relativas à formação e a execução de leis) são tomadas pelo conjunto dos cidadãos coletivamente.

Tal como o realça o G7+, citação: “em situações de fragilidade, a confiança nas instituições políticas e nas pessoas tende a enfraquecer. A resolução e a gestão pacífica dos conflitos e a construção do Estado requerem resoluções políticas inclusivas, vanguardistas e uma orientação hábil. Ainda requer instituições políticas que garantam a responsabilização e que ofereçam possibilidades de participação a todos os grupos principais da sociedade, inclusivamente as mais vulneráveis e marginalizadas. Um público empenhado e uma sociedade civil que velem de forma construtiva que as tomadas de decisões sejam importantes para assegurar a prestação de contas. Os legados de conflitos e o risco de tensões futuras

13 G7+, *Guide pratique pour la mise en œuvre du New Deal*, Dialogue International, Copenhague, Mars 2012.

14 OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE, *Op.cit.*

fazem com que seja essencial reforçar as capacidades dos mecanismos para a reconciliação e a resolução de conflitos a todos os níveis”.

2.1.2. Constatções feitas em matéria de política legítima e inclusiva

Após o regresso à ordem constitucional em 2014, o país iniciou o ano 2015 com uma certa unidade política, tendo em consideração o desafio apresentado pela mesa redonda dos parceiros prevista para março de 2015. Contudo, durante o ano, as divergências políticas entre o Presidente da República José Mário Vaz e o Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira agravaram-se. Embora ambos pertençam ao partido maioritário, seja ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a diferença de abordagem que tinham quanto às suas prerrogativas executivas e à gestão dos recursos da mesa redonda desembocaram numa crise política aberta. Uma nova crise deflagrou em pleno dia de agosto de 2015, quando o Presidente José Mário Vaz demitiu o seu Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira. Entre os dois dignitários existe uma rivalidade na assunção do controlo do PAIGC. Desde então, as nomeações para o cargo de Primeiro-ministro, rejeitadas pelos membros revoltados do PAIGC, sucederam-se. Não obstante a nomeação de um novo governo, persistem tensões.

Antes, o Presidente e o PAIGC não chegaram a um acordo sobre a nomeação de certos ministros, inclusivamente o do Interior e dos Recursos Naturais. De seguida, as diversas facções do PAIGC continuaram a enfrentar-se na ANP. Por conseguinte, a oposição e uma parte do PAIGC abstiveram-se de votar na Assembleia Nacional Popular a favor do programa do governo para 2016, impedindo desta feita a sua aprovação. No início de 2016, a crise agravou-se com a exoneração de alguns deputados da maioria e uma batalha jurídica sobre a evicção da ANP.

Posto o acordo de Conacri, chegado a 14 de outubro de 2016 e assinado sob a égide da CEDEAO e do seu Mediador, Alpha Condé, os protagonistas envolveram-se na escolha de um Primeiro-ministro de consenso. Esse Primeiro-ministro dirigiria o governo até às legislativas de 2018. A 18 de novembro de 2016, Umaro Sissoco Embaló foi nomeado a esse cargo. Três semanas depois, um novo governo foi nomeado a 12 de dezembro de 2016. Mas logo no dia seguinte, o ex-partido único criticava o novo governo, julgando o seu efetivo demasiado pletórico. A persistência dessa crise política poderia ter consequências económicas e sociais negativas.

A situação do país é relativamente estável, graças à presença da ECOMIB (Força de Segurança da CEDEAO) cujo mandato havia sido prolongado até 30 de junho de 2017 (com o apoio financeiro da União Europeia).

2.1.3. Fatores de risco de fragilidade

Os principais fatores de risco de fragilidade da Guiné-Bissau foram identificados pelas partes interessadas aquando da avaliação da fragilidade. Essas partes interessadas tornaram conforme certos estudos anteriores relativos à situação política nesse país. De entre os principais fatores muitas vezes citados, convém mencionar a importância das ameaças à estabilidade política e à democracia¹⁵ :

- No centro da instabilidade da Guiné-Bissau encontra-se um sistema político segundo o qual o vencedor açambarca todas as rédeas de comando do poder¹⁶;

15 EMBALO, B., *Guiné-Bissau : Análises do Conflito*, Relatório, Bissau, 2015.

16 O'REGAN, D., TOMPSON, P., *Progrès en matière de stabilité et de réconciliation en Guinée-Bissau : Enseignements tirés du*

- A dominação da política interna e da economia nacional por pequenos grupos da elite dirigente que controlam as funções-chave do governo por meio de redes complexas de patrocínio;
- A ingerência militar no processo político: pela história do país, as forças armadas desenvolveram estruturas elitistas próprias para garantir os interesses políticos e comerciais com mecanismos semelhantes àqueles utilizados pela elite civil;
- O disfuncionamento do sistema político da Guiné-Bissau que se caracteriza pela ineficácia das instituições estatais;
- O disfuncionamento da justiça, a corrupção e a ausência da cultura de prestação de contas podem constituir a grande frustração da população e os motivos de perturbações políticas;
- Um baixo nível de integração nacional e regional não permite que as diversas zonas do país participem nas sinergias que poderiam ser desenvolvidas¹⁷ ;
- As poucas oportunidades de emprego tornam áspere a luta pelo acesso a cargos na burocracia do Estado por este ser o único maior empregador na Guiné-Bissau¹⁸.

Esses fenómenos podem ser vetores de descontentamentos sociopolíticos e de perturbações em qualquer momento.

2.1.4. Nível da fragilidade em matéria do PSG Políticas legítimas

A avaliação da fragilidade neste PSG articula-se em torno das três dimensões seguintes:

- Dimensão 1: Acordo político;
- Dimensão 2: Processos políticos e institucionais;
- Dimensão 3: Relações sociais.

2.1.4.1. Dimensão 1: Acordo político

A. Características da crise

Várias características levantadas aquando das concertações são consideradas como sendo os marcos da crise na Guiné-Bissau, na Dimensão *Acordo político*. Tratam-se das seguintes:

- A destituição intempestiva do governo pelo Chefe de Estado;
- Ausência crónica do diálogo entre atores políticos;
- Intervenções militares na política;
- Confusão na interdependência de poderes;
- Instabilidade institucional (Queda de governos sucessivos)
- Concentração e abuso de poderes;
- A ausência de partilha de poderes;
- Descentralização ineficaz;
- Fraca presença do Estado nas regiões;
- Ausência da autoridade do Estado;
- A falta de boa vontade política na promoção de um diálogo político profundo e sustentável;
- Dificuldades relacionais entre as instituições de soberania;

premier narco-Etat d'Afrique, Centro de Estudos Estratégicos de África, Washington, D.C., Junho de 2013.

¹⁷ ANÓNIMO, *Governo da República da Guiné-Bissau: Apoiar a implementação do NPDA-PDDAA*, FAO, Bissau, Mai 2006.

¹⁸ VOZ DI PAZ : *Raízes do Conflito na Guiné-Bissau: A Voz do Povo*, Voz di Paz / Interpeace Bissau, 2010

- Não implementação da legislação de desenvolvimento local das municipalidades;
- A insuficiência das infraestruturas, de equipamentos e de recursos humanos
- Fragilidade do Estado em assegurar a vigia das suas fronteiras deixando as desta feita em vulnerabilidade.

B. Nível de fragilidade

No intercâmbio entre as partes interessadas, **75%** dos participantes consideraram que a Dimensão *Acordo político* estivesse em Fase de Crise. Seguem **16,67%** de casos que colocam o país em *Fase de Reconstrução*. Apenas **8,33%** de casos indicam que o país está em *Fase de Transformação*.

2.1.4.2. Dimensão 2: Processos e Instituições políticos

A. Características da crise.

As principais manifestações da crise são entre outras:

- O incumprimento de promessas eleitorais;
- A ausência de democracia no seio de partidos políticos;
- A natureza partidária das instituições do Estado;
- A desigualdade na repartição de cargos;
- A fraca representação feminina nos centros de processos de decisões;
- As restrições de oportunidades de acesso dos jovens aos órgãos de partidos políticos;
- As divergências políticas e partidárias que impediram chegar a um consenso garante da participação inclusiva dos atores nos governos sucessivos desde o início da crise político-institucional;
- Politização das instituições do Estado, que poderiam favorecer a participação das diversas sensibilidades nos centros de decisão;
- Disparidade flagrante da representação entre homens e mulheres nas instituições;
- O nepotismo e a promoção arbitrária da administração pública e do setor privado.

B. Nível de fragilidade

Nesta dimensão «, o país está em **55,56%** na Fase de Crise. Contudo, na subdimensão “*Representação inclusiva nas instituições do Estado*”. O país encontra-se em **44,44%** na Fase de Transformação.

2.1.4.3. Dimensão 3: Relações sociais

A. Características da crise

As manifestações da crise na dimensão *Relações sociais* são as seguintes:

- Fricções constantes entre grupos sociais de caráter político;
- OSC muito pouco ativas nas regiões;
- Impunidade;
- Existência de certas organizações da sociedade civil não profissionais;
- Numerosos casos de violências baseadas no género;
- Iniciativas de terminar com a impunidade sempre existiram sem continuidade.

C. Nível de Fragilidade

A dimensão Relações Sociais coloca o país na Fase de Crise a **100%**, como ilustra a Tabela abaixo:

Tabela nº4: Avaliação do nível de fragilidade em matéria de Políticas legítimas e inclusivas

Dimensões	Subdimensões	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência
1.1. Acordo político	1.1.1. Processos de paz e de diálogo político	1,8				-
	1.1.2. Acordo sobre a partilha do poder/luta pelo poder	1,25				
	1.1.3. Presença territorial do Estado (Relações centro-periferia)	1				
1.2. Processos políticos e institucionais	1.2.1. Ambiente favorável para a participação política	1				
	1.2.2. Representação inclusiva nas instituições do Estado				4	
	1.2.3. Equilíbrio do Executivo		2			
1.3. Relações		1				

sociais	1.3.1. Relações entre grupos					
	1.3.2. Processos de reconciliação e de resolução de litígios locais	1				
	1.3.3. Qualidade e diversidade das organizações da sociedade civil	1				

2.1.5. Progressos realizados em matéria do PSG Políticas legítimas e inclusivas

Convém assinalar certos progressos recentes, suscetíveis de conduzir o país à sua resiliência em matéria de Políticas legítimas e inclusivas. Tratam-se entre outros dos seguintes:

- O estabelecimento de um novo governo, incluindo alguns membros do principal partido da oposição;
- Inauguração da Comissão da Conferência nacional sobre a reconciliação;
- Criação de uma Comissão parlamentar *ad hoc* para a reforma da Constituição (A completar aquando da ação de formação das OSC);
- Acompanhamento dos contactos da CEDEAO na implementação das resoluções emendas do diálogo Entre Bissau-guineenses de Conacri para a saída da crise;
- Continuação da Missão de observação militar e civil da CEDEAO;
- Intervenção dos diversos atores sociais no processo de consolidação da paz e promoção do diálogo político;
- Criação de um governo inclusivo conducente às eleições legislativas e presidenciais de 2014;
- Existência de lei de descentralização e governação local;
- Vulgarização da lei de descentralização e governação local pela Sociedade Civil (*Voz di Paz*)
- Existe uma melhoria ou realizações em termos de infraestruturas (Saúde, educação, defesa e segurança e justiça)
- Boa vontade política de criar condições para garantir uma maior segurança nas fronteiras terrestres e marítimas;
- Grande fluxo de jovens e mulheres na vida política e partidária;
- Existência de um anteprojeto de lei da paridade.

2.1.6. Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 1

A. Em relação à Dimensão 1: Acordo político

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores do nível do país
1.1.1. Processos de paz e diálogo político	Existência de mecanismos de revisão constitucional	Ativar os mecanismos de revisão constitucional	Taxa de participação no referendo constitucional ou percentagem de voto da Constituição revista
	Criação da Comissão Nacional de Reconciliação	Fazer funcionar um espaço de diálogo permanente	Número de resoluções vigentes graças ao mecanismo de diálogo permanente estabelecido
	Existência do Supremo Tribunal de Justiça	Reforçar os poderes das instituições responsáveis pela conformidade das leis	Taxa de redução das intervenções dos militares na esfera política
	Mecanismos de revisão constitucional existentes	Proceder à revisão constitucional e da lei dos partidos políticos	Taxa de aumento da longevidade do governo
	Governança inclusiva	Consolidar um mecanismo de repartição equitativa de poderes	Longevidade das instituições
1.1.2. Acordo sobre a partilha do poder/luta pelo poder	Existe um programa nacional de descentralização	Proceder à responsabilização política e jurídica	Número de competências exercidas exclusivamente pelos revisores
	Constituição	Reduzir as competências e as responsabilidades dos titulares de cargo público	Taxa de redução de conflitos de competências entre instituições
	Consciência política	Iniciar um programa nacional de reforço de capacidades em matéria de governação local	Taxa de redução de conflitos de competências entre instituições e entre estas e os partidos ou no seio destes
	Acordo de Conacri	Proceder á revisão da Constituição e da lei dos partidos políticos	Aumentar a longevidade das instituições
1.1.3. Presença territorial do Estado (Relações centro-periferia)	Lei eleitoral das municipalidades	Organizar eleições municipais e regionais	Taxa de crescimento do número de decisões tomadas a nível local
	Lei eleitoral das municipalidades	Organizar eleições municipais e regionais	Taxa de satisfação da população com a prestação das suas autoridades locais
	Lei de finanças locais	Reforçar a implementação da lei das finanças	Taxa de crescimento das dotações às regiões e às municipalidades

B. Em relação à Dimensão 2: Processos políticos e institucionais

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
1.2.1. Ambiente favorável à participação política	Acordo de Conacri	Elaborar um programa de formação de líderes políticos	Taxa de aumento das adesões aos partidos políticos
	Lei dos partidos políticos	Elaborar um programa de formação dos líderes políticos	Taxa de aumento das adesões aos partidos políticos
	Lei dos partidos políticos	Proceder à reforma de Lei dos partidos políticos	Taxa de redução dos conflitos no seio dos partidos políticos
1.2.2. Representação inclusive nas instituições do Estado	EPAP	Tornar transparentes os processos de nomeação de diretores	Número dos testes de recrutamento por concurso público na Função pública
	EPAP	Proceder à revisão da lei da Função pública	Taxa de acesso aos cargos da Função pública por grupo social
	Recomendações de Canchungo	Fazer votar uma lei de paridade de géneros no centro do processo político de decisão	Taxa de representação de mulheres no centro do processo de decisão
1.2.3. Equilíbrio do Executivo	Inexistentes	Proceder ao controlo parlamentar	Taxa de representação dos diversos grupos sociais no executivo
	Recomendações de Canchungo	Elaborar um programa de reforço de capacidades de liderança feminina	Mais representações femininas
	Inexistentes	Estabelecer critérios transparentes nas nomeações no seio do executivo	Publicação sobre os antecedentes de toda a pessoa promovida

C. Em relação à Dimensão 3: Relações sociais

Subdimensão	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível de país
1.3.1. Relação entre grupos	Lei eleitoral	Promover o acesso equitativo à riqueza por todos os grupos	Taxa de acesso equitativo à riqueza por todos os grupos
	Estatutos	Promover a criação de um quadro de concertações entre diversas OSC em torno de cada eixo do Plano Estratégico e Operacional, bem como da equipa de país sobre o <i>New Deal</i>	Número de ações conjuntas realizadas em matéria de sensibilização da população e de defesa de causa da sociedade civil
	Inexistentes	Criar oportunidades de diálogos multissetoriais	Número de ações iniciadas no âmbito do diálogo de atores múltiplos
1.3.2. Processos de reconciliação e a resolução litígios locais	Existência de um Código penal	Implementar iniciativas de luta contra a impunidade de todos os atores (Inclusivamente as potências tradicionais)	O número de sanções executadas contra todos os atores (inclusivamente as potências tradicionais)
	CNA. Paz e Rec.	Fazer aplicar a Lei de propriedade fundiária	Taxa de redução de conflitos fundiários
	O Código penal	Organizar uma Conferência Nacional sobre a identificação dos culpados	Número de casos de reparação de prejuízos
1.3.3. Qualidade e diversidade das organizações da sociedade civil	Existência de fundos da UE de apoio em muitos setores de atividades das OSC	Avaliar as relações entre o governo e as OSC para efeitos de requalificação	A taxa de crescimento das ações e defesa de causa das OSC junto do governo
	Existência de fundos de apoio da UE em muitos setores de atividades das OSC	Reforçar o serviço de registo e de acompanhamento das OSC, do Ministério do Plano	A taxa de crescimento das receitas do Ministério do Plano proveniente dos seus serviços de registo de OSC
	Existência de fundos de apoio da EU em vários setores de atividades das OSC	Promover a criação de um quadro de concertação nacional e regional das OSC	Número de decisões tomadas pelos poderes tradicionais e pelas outras instituições da República, iniciadas pelas OSC pelos seus diversos quadros de concertações
	Prestação de serviços	Criar um mecanismo nacional de financiamento de projetos iniciados pelas OSC	Taxa de crescimento de iniciativas de cidadãos em matéria de desenvolvimento local

2.2. PSG 2: Segurança

2.2.1. Conceito

Acontece que a segurança pública, a saber a prerrogativa de o Estado usar a força, seja difícil de restabelecer, por várias razões: acesso fácil a armas ligeiras e de pequeno calibre, reintegração laboriosa de combatentes, criminalidade, etc.¹⁹

O conceito de segurança no *New Deal* refere-se às instituições de defesa e segurança: exército, polícia, gendarmaria, alfândega, guardas florestais e serviços de Informação de Estado. A avaliação da fragilidade tem a ver com três dimensões, a saber: (i) as condições de segurança, (ii) a capacidade e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança e (iii) o desempenho das instituições de defesa e segurança. Segundo Monty Marshall citado pelo Davin O'Regan e pelo Peter Tompson no seu relatório já mencionado, “*A centralização da autoridade, a fraqueza das instituições, a mediocridade da governação do sector de defesa e segurança, o desenvolvimento a nível mínimo, uma série de conflitos e de divisões sociais, são aspetos que caracterizam os Estados frágeis*”.²⁰

2.2.2. Constatações feitas em matéria de segurança

Tal como o afirma o governo da Guiné-Bissau no Plano Estratégico e Operacional 2015 - 2020, “*Há muito que a instabilidade política e social tenha sido tributária do peso importante do exército no Estado*”²².

Tabela 5: Demografia das forças Armadas²¹

		Proporção do Total (%)
Classificação	Agentes	42 %
	Cabos e suboficiais	38 %
	Subalterno	20 %
Serviços	Exercito	86 %
	Força aérea	4 %
	Marinha	10 %
Idade	20 ou mais jovem	0,1 %
	20-40	44 %
	40-60	51 %
	Mais de 60	5 %
Duração de Serviço	Menos de 5 anos	33 %
	5-20 anos	23 %
	20-30 anos	20 %
	Mais de 30 anos	25 %

Os 17 golpes de Estado ou tentativas de golpe de Estado que o país conheceu desde a independência deterioraram as relações entre os corpos de defesa e segurança, as instituições e as populações. A reforma do sistema é indispensável dissipar os receios dos cidadãos e das partes interessadas perante o Estado no seu todo, e de os envolver no projeto de sociedade partilhada e viável.

Desde o final da guerra de independência, o Estado da Guiné-Bissau experimentou dificuldades em gerir o peso simbólico e financeiro das forças armadas. A politização do setor de defesa e segurança criou uma série de desequilíbrios graves. A força armada é muito grande em relação ao tamanho da população e para o seu país que não enfrenta ameaças externas importantes. O número de soldados triplicou durante o período da guerra civil.

19 OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE, *Op.cit.*

20 MARSHALL, M., *Fragility, Instability, and the Failure of States: Assessing Sources of Systemic Risk*, document de travail du Center for Preventive Action (New York : Council on Foreign Relations, octobre 2008).

21 O'REGAN, D., TOMPSON, P., *Op.Cit.*

22 REPULIQUE DE GUINEE BISSAU, *Plan stratégique et opérationnel 2015-2020*, Bissau, Février 2015

Apesar da vasta campanha de desmobilização que seguiu a guerra civil, o rácio das tropas co a população é ainda duas vezes a média da África Ocidental.

Por conseguinte, o orçamento do Estado para militares está muito desproporcionado. A massa salarial das forças armadas representa, por si só, 30% da massa salarial do Estado. Existem mais oficiais do que subalternos, e mais de metade do pessoal das forças armadas está acima dos 40 anos de idade, o que é muito superior à idade da reforma (Come vem indicado na Tabela 5).

Os militares são maioritariamente concentrados na capital Bissau, afirmando a sua presença no centro do poder, em vez de servirem todo país ou protegerem as fronteiras. Outro desequilíbrio notório, que resulta da história das forças armadas é a presença massiva da etnia Balanta²³, não somente a nível do pessoal menor, mas também a nível do pessoal maior. Existe desta feita uma concessão de privilégio especial às forças armadas, tendo em consideração a sua benevolência durante a luta de libertação nacional e a sua marginalidade histórica²⁴. Ganharam o controlo da nomeação de um grande número de funcionários civis e utilizaram as suas vantagens ilícitas para entrarem na economia legal, inclusivamente na exploração da madeira (exportada muitas vezes em estado de matéria prima, à revelia da lei), na pesca e no comércio de combustível.

Apoiado nomeadamente pela CEDEAO e pela União Europeia, o Estado da Guiné-Bissau empenhou-se no processo de reforma das forças armadas em particular e de todo o setor de defesa e segurança em geral. Esse projeto visa a reorganização e a modernização das forças armadas através da melhoria do quadro jurídico e do reforço das capacidades humanas e materiais do setor da defesa e segurança, bem como da organização da reconversão dos membros do pessoal mais antigos. O objetivo é criar forças de defesa e segurança republicanas, que respeitem de forma sustentável e incondicional o Estado de direito, a cidadania e a função pública.

2.2.3. Fatores de risco da fragilidade

De entre os fatores de risco da fragilidade identificados aquando das concertações das partes interessadas na Guiné-Bissau bem como na literatura dedicada a essa matéria, convém assinalar principalmente o seguinte:

- As forças motrizes da instabilidade são nomeadamente um sistema político marcado pela concentração de autoridade nas mãos do executivo e um setor de defesa e segurança que alargou progressivamente a sua participação na política²⁵,
- As forças de defesa e segurança autonomizaram-se, tornando-se numa verdadeira força política;
- Os efeitos erosivos do narcotráfico na segurança, no desenvolvimento e na governação do país;
- Tendo em consideração a exclusividade de que goza o corpo dos oficiais e a esclerose institucional de que padecem as forças armadas, essa politização regular das forças armadas manteve as lutas internas e as frações no próprio setor de defesa e segurança;

23 Segundo o perfil do país lavrado pelo grupo de peritos do Banco Mundial já citado, a Guiné-Bissau está composta por mais de vinte grupos étnicos, de entre os quais Balanta (30 %), Fula (20 %), Manjaco (14 %), Mandinga (13 %), Papel (7 %) e Mancanhe.

24 INTERNATIONAL CRISIS GROUP, *La réforme du secteur de la sécurité en Guinée-Bissau : une occasion à saisir*. Briefing Afrique N°109, Dacar/Bruxelas, 19 de março de 2015.

25 *Idem*

- A instabilidade política e a violência ligada às eleições,
- A reticência em aceitar a reforma do setor de defesa e segurança, em particular, por parte da geração antiga dos militares e dos antigos combatentes;
- As fraturas internas no seio das forças armadas;
- Os recursos financeiros insuficientes e o equipamento obsoleto;
- As incitações ao narcotráfico²⁶ ;
- A proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC).

2.2.4. Nível de fragilidade em matéria do PSG Segurança

A avaliação da fragilidade no PSG articula-se em torno das seguintes três dimensões:

- Dimensão 1: condições de segurança;
- Dimensão 2: capacidade e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança;
- Dimensão 3: desempenho e capacidade de resposta das instituições do setor de defesa e segurança.

2.2.4.1. Dimensão 1: condições de segurança

A. Características da crise

Vários factos apurados aquando das concertações foram considerados como sendo os marcos da crise na Guiné-Bissau, no que tange às *Condições de segurança*. Tratam-se principalmente do seguinte:

- Violências e assassinatos de carácter político;
- Práticas de atos de violências orientadas para pessoas específicas;
- Rebelião na Casamança com as forças governamentais senegalesas;
- Conflito entre as forças governamentais da Guiné-Bissau e do Senegal;
- Agravação da situação com o golpe de Estado;
- Desencanto da população;
- Criminalidade acrescida;
- Fraca autoridade da política civil;
- Uma má comunicação entre os civis e as forças de defesa e segurança;
- Conflitos de competências entre as forças armadas e as forças armadas e as forças de segurança (Guarda Nacional);
- Incumprimento dos acordos fronteiriços estabelecidos pela CEDEAO;
- Criminalidade transfronteiriça (Narcotráfico e tráfico de bens, roubo de animais);
- Imigração clandestina;
- A fraca capacidade do governo no acompanhamento do cumprimento das normas.

A. Nível de fragilidade

²⁶ UZOECHINA, O. *Gouvernance et réforme du secteur de la sécurité en Afrique de l'Ouest : du concept à la réalité*, Centro de Controlo democrático das forças armadas, Genebra, fevereiro de 2014.

Em **72,73%** dos casos que foram abordados nos intercâmbios, a Dimensão *Condições de segurança* situa-se na Fase de Crise. As partes interessadas julgam que a **27,27%**, as *Condições de segurança* na Guiné-Bissau estão na Fase de reconstrução.

2.2.4.2. Dimensão 2: capacidade e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança

B. Características da crise

No que diz respeito à *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança*, os factos apurados aquando das concertações são considerados como sendo os marcos da crise na Guiné-Bissau. Tratam-se, nomeadamente do seguinte:

- A ausência de controlo eficaz sobre vigilância civil;
- Fraco nível de intercâmbio de informações sobre os direitos do homem;
- Insuficiência de controlo e de certificação do pessoal existente nas forças de defesa e nas forças de segurança;
- Injustiça na promoção de carreiras as forças de defesa e forças de segurança;
- Assimetria na afetação dos recursos humanos;
- Equipamentos e materiais das forças de defesa e das forças de segurança em estado de obsolescência;
- A qualidade inadequada do regime alimentar das forças de defesa e das forças de segurança;
- Pouca cooperação no aspeto da conformidade com a legislação estabelecida pelo Estado;
- A participação das forças de defesa e forças de segurança em atos ilícitos (Roubo à mão armada, corte ilegal de árvores, a intimidação da parte civil das forças de defesa e segurança);
- Poucas esclarecimentos e informações no âmbito da competência das forças de defesa e das forças de segurança;
- Existência de desconfiança recíproca entre os agentes de defesa e segurança;
- Ingerência na competência do poder judicial e vice-versa.

B. Nível de fragilidade

A *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança* calcula-se em **88,89%** dos casos como estando já na Fase da Crise e em plena Reconstrução. Apurou-se mesmo em **11,1%** dos casos que o país atingiu a Fase de Estabilização.

2.2.4.3. Dimensão 3: desempenho e capacidade de resposta das instituições do setor de defesa e segurança

A. Características da crise

Dos factos apurados aquando das concertações consideraram-se como marcos da crise na Guiné-Bissau, no que tange o *Desempenho e a capacidade de resposta das instituições do setor de defesa e segurança*. Tratam-se entre outros dos seguintes:

- Fraqueza no comando e no funcionamento da Instituição de segurança;
- Inexistência ou falta de condições e de meios para manter a segurança;
- Ausência de serviços especializados se ocupar dos grupos vulneráveis;
- Ausência de quadros qualificados na assistência dos grupos vulneráveis;
- Violação frequente da ordem constitucional pelas forças de defesa e forças de segurança;
- Incumprimento dos critérios de afetação de quadros (Uso abuso do apadrinhamento);
- Conhecimento inadequado e falta de meios financeiros para a informação e a publicação das reforças do setor de defesa e segurança;
- Deterioração dos valores éticos e morais;
- Insuficiência de meios de trabalho para aplicação das leis.

B. Nível de fragilidade

O *Desempenho e a capacidade de resposta das instituições do setor de defesa e segurança* na Guiné-Bissau são considerados como tendo alcançado a Fase de Reconstrução numa taxa de **90%**. Contudo, as partes interessadas julgam que essa Dimensão se encontre ainda em 10% da Fase de Crise.

Tabela n.º6. : Avaliação do nível da fragilidade em matéria de Segurança

Dimensões	Subdimensões	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e Reforma	Fase 3: Estabilidade	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência
2.1. Condições de segurança	2.1.1. Intensidade da violência	1				
	2.1.2. Frequência da destabilização transfronteiriça	1				
	2.1.3. Papel do Estado e dos Intervenientes Não Estatais	1,75				
	2..2.1. Recursos humanos e materiais e gestão		2			

2.2. Capacidade responsabilidade das instituições do setor de segurança						
	2.2.2. Vigilância civil e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança		2			
	2.2.3. Relações com o sistema de defesa e segurança e de Justiça		2,33			
2.3. Desempenho e capacidade de resposta das instituições do setor da segurança	2.3.1. Confiança do pública nas instituições do setor público		2			
	2.3.2. Impunidade das instituições do setor de defesa e segurança	1,75				
	2.3.3. Responsabilidade das instituições de defesa e segurança e tratamento dos grupos vulneráveis		2			

2.2.5. Progressos realizados em matéria do PSG Segurança

Constataram-se os seguintes principais progressos em matéria de implementação do PSG 2 e que poderiam levar o país à resiliência:

- O novo regime iniciou uma recuperação do controlo das forças armadas, renovando em parte a hierarquia;
- A continuação da implementação da Reforma do setor de defesa e segurança;
- As novas autoridades ultrapassaram etapas importantes rumo à reforma do setor de defesa e segurança e ao reforço do primado do direito, tais como as novas nomeações para cargo importantes de liderança no setor de defesa e segurança;
- A criação de condições para a partida efetiva dos reformados;
- Redução do índice de violência;
- Iniciativa franca e um diálogo aberto entre as forças de defesa e de segurança com os civis;

- Dimensão da nervosidade da violência entre as forças da defesa e de segurança;
- Desaparecimento do conflito nas fronteiras com os rebeldes da Casamança;
- Controlo e acompanhamento da conformidade com os acordos da UEMOA;
- Os esforços envidados no sentido de formar o pessoal das forças da defesa e da segurança;
- Criação de um gabinete específico de proteção das mulheres e crianças no seio do Ministério do Interior;
- Sensibilização acrescida dos agentes de segurança à especificidade dos grupos vulneráveis;
- Colaboração na implementação das leis que protejam mulheres e crianças;

A substituição dos vários oficiais militares e de segurança parece confirmar que o setor da defesa e segurança evolui de facto, estando doravante sob o controlo das autoridades civis, e que esta evolução representa uma etapa importante para as transformações importantes.

2.2.6. Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 2

A. Condições de segurança

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
2.1.1. Intensidade da violência	Observação rigorosa das leis	Sancionar os atos de violências e de assassinatos de carácter político	Redução progressiva da violência a 70% caso sejam aplicadas as medidas sugeridas
	Os esforços de diálogo e de sensibilização envidados por certas ONG ativas no país	Intensificar as campanhas de educação ao respeito da vida e das virtudes do diálogo como modo de resolução de litígios	A redução da praticas de atos de violência contra pessoas-alvo a 30%
	As campanhas de sensibilização por certas ONG	Sancionar os autores de atos de violências baseadas no género	Redução de 35% dos casos de violência baseada no género
	As campanhas de sensibilização por certas ONG	Aumentar as campanhas de sensibilização contra os casamentos precoces e forçados	Redução de 80% dos casos de casamento precoce e forçado
2.1.2. Frequência da sensibilização transfronteiriça	Os acordos de paz e de segurança celebrados no âmbito da CEDEAO	Avaliar regularmente as medidas tomadas no âmbito da CEDEAO em matéria de estabilidade transfronteiriça	Diminuição de 60% dos casos de violências transfronteiriças
	O diálogo permanente no seio da CEDEAO	Reforçar o diálogo com os Estados vizinho	Redução dos casos de tráfico ilegal de mercadorias
	Programas de desenvolvimento em curso nos países da Sub-região	Afetar os recursos previstos nos planos de desenvolvimento a melhoria das condições técnicas e dos meios materiais	Redução de 20% da taxa de criminalidade transfronteiriça
2.1.3. Papel do Estado e dos intervenientes não estatais	Reorganização do Estado	Melhorar a governação política, de segurança, judiciária e orçamental	Aumento do orçamento do Estado de 80%
	Avaliação do funcionamento das instituições públicas	Valorizar a administração pública	Taxa de redução da corrupção dos intervenientes estatais de 75%
	Despolitização da administração pública	Admitir quadros técnicos na administração pública por via de concurso público	Mediante uma melhor organização dos intervenientes não estatais, as capacidades poderão ser reforçadas até 60%
	Admitir os quadros técnicos na administração pública por concurso público	Reforçar as capacidades dos agentes dos serviços de segurança do Estado bem como as dos intervenientes não estatais	Número de agentes de segurança de Estado bem como de intervenientes não estatais cujas capacidades foram reforçadas

B. Capacidade e responsabilidade do setor de defesa e segurança

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
2.2.1. Recursos humanos e materiais e gestão	Respeito rigoroso das leis e das normas	Melhorar o sistema de admissão e de administração política	Taxa de melhoria da perceção dos agentes públicos pela população
	Formação periódica dos quadros	Organizar a formação regular dos quadros	A taxa de melhoria dos recursos humanos e materiais até 55%
	Aprovisionamento em materiais	Criar um programa de reforço de capacidades técnicas e logísticas	Aumento da gestão dos recursos humanos e materiais até 45%
2.2.2. Vigilância civil e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança	Reforço do compromisso e da responsabilidade dos Ministros do setor de defesa e segurança	Reforçar o compromisso e a responsabilidade dos Ministros do setor de defesa e segurança	Uma melhoria de 40% do controlo a nível da vigilância civil
	Controlo eficaz na formação	Instaurar o controlo eficaz na formação do pessoal do setor de defesa e segurança	A taxa de perceção da população perante os agentes do setor de defesa e segurança melhorou de 75%
	Reforço da capacidade dos agentes de segurança	Reforçar as capacidades dos agentes de vigilância civil	A taxa de vigilância civil melhorou de 80%
2.2.3. Ralação com o sistema de defesa e segurança e judicial	Evitar a morosidade no tratamento dos assuntos a nível dos tribunais	Organizar os mecanismos de reforço da colaboração entre sistemas de defesa e segurança e a justiça	Uma diminuição da morosidade no tratamento dos processos judiciais e de segurança até 30%
	Relações entre os responsáveis ministeriais competentes	Reforço das capacidades dos agentes do setor de defesa e segurança em direitos do homem	Uma taxa de 55% em termos de melhoria dos direitos do homem
	Melhoria da colaboração e do intercâmbio de experiência	Melhorar a colaboração e o intercâmbio de experiência entre a justiça e o sistema de defesa e segurança	Diminuição de 50% dos casos de violação dos direitos humanos

C. Desempenho e redinamização do setor de defesa e segurança

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
2.3.1. Confiança do público nas instituições do setor público	Boa governação	Melhorar a boa governação das instituições de defesa e segurança	A taxa de satisfação da população para com as instituições de defesa e segurança melhorou-se de 45%
	Melhoria da prestação de serviço	Melhorar a prestação de serviço	A confiança do público nas instituições foi elevada de 55%
		Respeitar os critérios e as normas de admissão nas instituições	Elevar o nível de confiança do público nas instituições públicas
2.3.2. Impunidade das instituições do setor de defesa e segurança	Melhoria das condições de trabalho	Melhorar as condições de trabalho no setor da justiça	Diminuir a taxa de impunidade até 25%
	Aumento dos salários	Aumentar periodicamente os salários dos agentes públicos	Baixar a taxa dos atos de corrupção até 20%
	Reorganização dos serviços de defesa e segurança	Reorganizar os serviços de defesa e segurança	Taxa de diminuição dos casos de indisciplina até 60%
	Reforço da colaboração entre as instituições	Reforçar a colaboração entre as instituições de defesa e segurança	O desempenho do comando alcançou 75%
2.3.3. Responsabilidade das instituições de defesa e segurança e tratamento dos grupos vulneráveis	Criação de condições e de meios necessários	Melhorar as condições de trabalho de manutenção da segurança	Elevação de 20% da taxa de meios logísticos para a manutenção da segurança
	Criação de centros de conhecimentos	Criar centros de formação especializados no atendimento de grupos vulneráveis em matéria de segurança	Aumento de 25% no tratamento de grupos vulneráveis
	Formação de quadros correspondentes	Organizar a formação em apoio aos grupos vulneráveis	Aumento de responsabilidades a 55% pela assistência de grupos vulneráveis

2.3. PSG 3: Justiça

2.3.1. Conceito

Existem tensões entre os apelos à justiça e a necessidade de reconciliação. Os pedidos emanados da comunidade internacional são muitas vezes orientados para uma justiça de transição, onde a situação do país e exigiria que se consagrasse mais esforços de reconciliação²⁷.

A justiça é um princípio filosófico, jurídico e moral fundamental pelo qual as ações humanas devem ser sancionadas ou recompensadas em função do seu mérito perante a lei, a moral, a virtude ou outras fontes normativas de comportamentos. Embora a justiça um princípio de envergadura universal, o justo parece poder variar em função de fatores culturais. A justiça é um ideal muitas vezes tidas como sendo fundamental para a vida social e a civilização. Enquanto instituição, sem vínculo necessário com a noção, é considerada como sendo fundamental para respeitar as leis da autoridade vigente, legítima ou não²⁸.

A justiça é um elemento-chave da paz e de reforço do Estado de direito. A resposta digna às objeções e à injustiça é pressentida profundamente pelas populações. Os mecanismos de justiça formal deem ser acessíveis, abordáveis e consideradas como sendo justiça pelos cidadãos. Quando tal for possível, meios não estatais e informais tradicionais de resolução de litígios e de arbitragem devem ser reforçados e alinhados progressivamente com as normas internacionais dos direitos do homem²⁹.

A remediação à injustiça e o aumento do acesso das pessoas à justiça é o terceiro objetivo da consolidação da paz e do reforço do Estado.

2.3.2. Constatções feitas em matéria de Justiça

Segundo um relatório do Banco Mundial³⁰, o acesso de todos os membros da sociedade à justiça, embora garantida pela instituição, continua longe de ser uma realidade. Tal como é o caso com muitas outras instituições na Guiné-Bissau, o acesso à justiça é muitas vezes determinado pelo estatuto social, a inclusão numa rede de influência e a disponibilidade de recursos financeiros. A dificuldade de obter a boa arbitragem que reforça desta feita o sistema de favoritismo em detrimento de um sistema assente na meritocracia, igualdade e primado do direito.

Perante um tal sistema jurídico disfuncional, formas híbridas de costumes tradicionais e informais de resolução de litígios e de administração da justiça são sempre praticadas, em particular, mas não exclusivamente nas zonas rurais. O setor de justiça tendo sido acusado de ser corrompido e ineficiente, cidadãos preferem que os chefes tradicionais e religiosos resolvam os seus problemas mediante o direito consuetudinário.

As limitações do sistema de justiça informal são evidentes na perceção que prevalece na Guiné-Bissau nomeadamente nos casos de conflitos locais relativos às propriedades fundiárias. Essas insuficiências judiciais podem levar a justiceiros e facilitar a escalada de

27 OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA, *Op.cit.*

28 g7+, *Op.cit.*

29 *Idem*

30 MARC, A.; WEE, A., ROSS, S., REKSTEN, S., FOUCHER, V., *Guinée-Bissau : Évaluation de la fragilité*, WBG, Washington DC, Juin 2015

violência comunitária de grande escala. Por causa dos disfuncionamentos da ordem jurídica, em particular, nas regiões remotas, não é raro ver as forças da política envolverem-se na resolução de arbitragem e de resolução de litígios, ultrapassando o seu mandato legal.

No que diz respeito sobretudo aos direitos da mulher Bissau-guineense, transparece dos intercâmbios que um bom número das leis em vigor na Guiné-Bissau datasse da era colonial portuguesa e não tivesse em consideração as realidades atuais, inclusivamente o objetivo de igualdade entre os homens e as mulheres. Um domínio particularmente importante para as reformas tem a ver com os poderes jurídicos das mulheres em matéria de propriedade e de herança de terras e de outros bens, em seus nomes próprios. Segundo a PNIEG (Política Nacional para a Promoção da Igualdade de Equidade de Género), a Lei fundiária em vigor (Lei da Terra) garante o direito da utilização das terras sem qualquer discriminação, mas, de facto, em relação a todos os grupos étnicos do país, as terras pertencem aos homens e são geridas por eles, enquanto proprietários fundiários, notáveis ou chefes de família³¹.

O governo está a elaborar, com a participação da sociedade civil, uma nova legislação fundiária que compreenda disposições garantidas dos direitos de propriedade das mulheres, a elaboração dessa nova legislação fez-se com o apoio das instituições das Nações Unidas, e principalmente da ONU Mulheres e da FAO, através da Iniciativa das Nações Unidas para promoção da dimensão género na consolidação da paz, vide ONU Mulheres Bissau.

No período 2010-2011, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizou conjuntamente com o Ministério da Justiça da Guiné-Bissau, um estudo sobre o acesso à justiça nas regiões de Cacheu e OIO e no setor autónomo de Bissau, apoiado pela UNICEF, pela ONU Mulheres, pelo UNIOGBIS e pela União Europeia. Segundo esse estudo, no sistema tradicional de justiça “onde a regra geral é não ir contra a autoridade dos homens em relação às mulheres... As autoridades tradicionais reconhecem que as mulheres assumem maiores fardos e deparam com obstáculos mais difíceis, mas consideram que isso seja inerente ao estatuto das mulheres e que se trate de uma responsabilidade que as mulheres devam suportar”. Intitulado «Estudo sobre o Acesso à Justiça em Três Regiões da Guiné-Bissau», esse relatório de estudo tira a seguinte conclusão: “A falta de acesso das mulheres ao sistema judiciário formal e/ou as suas experiências em matéria de discriminação ou indiferença traduzem-se na preeminência dos sistemas tradicionais de justiça”³².

2.3.3. Fatores de riscos de fragilidade

A revista de documentos³³ e de entrevistas com os diversos atores assinalam que os principais problemas ligados ao respeito dos direitos da pessoa em geral e aos direitos jurídicos das mulheres em particular, são os seguintes:

- A nível central, o setor da justiça da Guiné-Bissau depara com obstáculos importantes nos inquéritos e na persecução de crimes cometidos por atores em posição de força;
- As condições materiais e sociais dos magistrados da sede, como do Ministério Público não se melhoraram significativamente;
- Os tribunais não dispõem de meios logísticos mais elementares;
- A maioria dos carcereiros foi transformada em estabelecimento prisional;

31 AFDB, *Profil Genre Pays : Guinée-Bissau*, ONU-Femmes/AFDB, Abidjan, 2015

32 *Idem*

33 33 MARC, A., WEE, A., ROSS, S., REKSTEN, S., FOUCHER, V., *Op.Cit*

- A instrução é muitas vezes longa, sem que se justifique por razões de investigação ou de pesquisa de provas de culpabilidade do arguido;
- No que tange ao regime de detenção preventiva, cujos prazos são violados frequentemente;
- Existem vazios jurídicos que requeiram a adoção de novas leis ou a revisão das leis em vigor;
- Existem claro leis que garantam os direitos e a proteção de mulheres, mas essas leis não são largamente difundidas, nem aplicada com eficácia;
- Existe uma falta de presença jurídica e de serviços judiciais que tenham em consideração a questão do género a nível local, se bem uma essa presença e esses serviços são necessários para permitirem que as mulheres gozem dos seus direitos.

2.3.4. Nível de fragilidade em matéria do PSG Justiça

A avaliação da fragilidade no PSG Justiça articula-se em torno das três dimensões seguintes:

- Dimensão 1: condições de justiça;
- Dimensão 2: capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça;
- Dimensão 3: desempenho e reatividade das instituições do setor da justiça.

2.3.4.1. Dimensão 1: condições de justiça

C. Características da crise

As consultas junto das partes interessadas indicam abaixo os marcos da crise na Guiné-Bissau, no que diz respeito as *Condições da justiça*.

Tratam-se principalmente de:

- Inexistência de gabinete de informação e de concertação jurídica;
- Insuficiência de recursos humanos qualificados;
- Desencantamento dos tribunais;
- Interferência e ingerência nas tomadas de decisões;
- Ausência da livre convicção do juiz;
- Inexistência de uma comissão nacional de preparação para a reconciliação;
- Inexistência de relações entre a justiça forma e justiça tradicional;
- Desinstalação e fecho de certos tribunais setoriais (Centros autónomos e setores) por falta de meios financeiros;
- Deterioração de condições de trabalho nos tribunais (condições financeiras e de equipamento);
- Más condições de detenção;
- Falta de segurança para operadores jurídicos;
- Falta de confiança do público nas autoridades judiciais;
- Muita ingerência externa na decisão do juiz;
- Jurisdicionalização das questões puramente políticos;
- Nenhum recurso à justiça formal com os meios de resolução de conflitos;
- Prevalência de preconceitos no papel das mulheres na mediação, gestão e resolução de conflitos;

- Implicação política e partidárias dos antigos;
- A capacidade técnica dos agentes da justiça é de uma limitação visível.

D. Nível de fragilidade

As *Condições de justiça* são consideradas como estando em 41,67% ainda na fase da Crise. Contudo, com 50%, encontram-se já na fase de Reconstrução. Por último, com apenas 9,33%, alcançaram a fase de Estabilização.

2.3.4.2. Dimensão 2: capacidade e responsabilidade das instituições do setor da segurança

A. Características da crise

No que diz respeito à *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de defesa e segurança*, os fatos registados aquando das consultas são considerados como sendo marcos da crise na crise na Guiné-Bissau. Tratam-se nomeadamente de:

- Insuficiência de recursos humanos qualificados;
- Infraestruturas inadequadas;
- Ausência de critérios objetivos na seleção dos quadros para a admissão no corpo da justiça;
- Insuficiência de autonomia dos tribunais;
- Eleição do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) por número reduzido de juízes;
- Degradação das prisões existentes;
- Fecho dos tribunais por falta de pagamentos de rendimentos;
- Recursos humanos e materiais insuficientes para gerir as prisões;
- Falta de material para o funcionamento dos tribunais (Veículos para prisioneiros de condução, combustíveis para gerador, material didático, impressoras, fotocopiadoras, computadores, etc.);
- Incumprimento dos prazos por parte dos oficiais de justiça (juízes, oficiais de justiça);
- Desprezo da ética e da deontologia profissional.

B. Nível da fragilidade

O nível de fragilidade da Guiné-Bissau no que tange à *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de da justiça* calcula-se com estando em **50%** na fase da Crise e em **50%** na fase de Reconstrução.

2.3.4.3. Dimensão 3: desempenho e reatividade das instituições do setor da defesa e segurança

A. Características da crise

Factos registados aquando das consultas são considerados como sendo marcos da crise na Guiné-Bissau, em matéria de *Desempenho e segurança das instituições do setor da defesa e segurança*. Tratam-se entre outros de:

- Ausência de informação ou de sensibilização das populações;
- Ausências de prisões de alta segurança;
- Alongamento dos processos jurídicos;
- Fraca ação do Ministério Público;
- Fração proteção dos grupos vulneráveis (mulheres, crianças e idosos)
- Violação dos direitos dos grupos vulneráveis.

B. Nível da fragilidade

Na Guiné-Bissau, o *Desempenho e a reatividades das instituições do setor da justiça* é considerada como tendo alcançado a fase de Reconstrução numa taxa de **33,33%** e de igual modo **33,33%** na fase de Estabilização. Ainda é melhor sendo considerado como estando em **11,11%** da fase de Transformação. Mas as partes interessadas julgam que essa Dimensão se encontra ainda em **22,22%** na fase da Crise.

Tabela nº7: avaliação do nível da fragilidade em matéria de justiça

Dimensões	Subdimensões	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência
3.1. Condições de Justiça	3.1.1. Acesso à Justiça	1,67	x			
	3.1.2. Independência do processo judicial	1,33				
	3.1.3. Justiça transicional	1,67				
				2		

	3.1.4. Relação entre os sistemas de justiça tradicional e formal					
3.2. Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça	3.2.1. Gestão de recursos humanos e materiais	1				
	3.2.2. Transparência e responsabilidade		2			
3.3. Desempenho e reatividade do setor da defesa e segurança	3.3.1. Confiança do público nas instituições da justiça		2			
	3.3.2. Eficácia as instituições da justiça			3		
	3.3.3. Tratamentos de grupos vulneráveis		2			

2.3.5. Progressos registados em matéria do PSG Justiça

Os seguintes progressos principais foram constatadas na implementação do PSG 3 e que possam favorecer o alcance da resiliência do país:

- A vontade política real das autoridades atuais do Estado de restaurar o sistema judicial através de uma série de atos e de medidas legislativas e regulamentares, nomeadamente no que se refere o estatuto e ao modo de designação do Procurador Geral e do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
- Os processos judiciais foram abertos contra um determinado número de subalternos militares e de polícias implicados numa variedade de pequenos delitos, assinalando o final da impunidade;
- Além do que precede, a substituição de vários oficiais militares e de segurança parece confirmar que o setor de defesa e segurança evolui doravante sob o controlo das

autoridades civis e que poderá ter resultados favoráveis no setor da justiça, nomeadamente no que diz respeito à independência deste;

- Criação de serviços sociais do tribunal de menores;
- Há cada vez um número menor de juízes sem formação jurídica no domínio de direito;
- O número de advogados aumentou;
- Evolução da consciência coletiva da cultura jurídica;
- Mediação e resolução de conflitos pelos chefes religiosos e tradicionais;
- Inclusão de mulheres nas redes de gestão da mediação e a resolução de conflitos;
- Existência de conselho dos anciões;
- As autoridades tradicionais referem-se aos tribunais sobre alguns casos;
- Reconhecimento pelas autoridades tradicionais da justiça formal;
- Recursos com êxito aos tribunais para a resolução de conflitos de sucessão;
- Construção de tribunais nos Setores de Canchungo e Mansoa (financiados pelo PNUD) e reabilitação de centros de detenção de Mansoa e Bafatá;
- Muitas vagas de educação e de formação em administração da justiça pelo UNIOGBIS.

2.3.6. Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 3

A. Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível de país
3.1. Acesso à Justiça	As leis e os tribunais	Realizar campanhas de sensibilização jurídica junto das comunidades	Número de tribunais em funcionamento no país
	Constituição da República	Proceder à revisão dos custos judiciais	80% de tribunais funcionam
	Leis em execução	Organizar uma campanha de informação e de disseminação de leis	80% de comunidades sensibilizadas ao acesso à justiça e ao funcionamento dos tribunais
3.1.2. Independência do processo judicial	Orçamento geral do Estado	Realizar ações de defesa de causa sobre a importância e o respeito da separação de poderes	80% de pessoas são sensibilizadas
	Constituição da República e outros textos	Criar um programa de reforço de capacidades dos magistrados	80% de magistrados formados
	Leis em vigor	Afetação de meios financeiros	80% de pessoa têm confiança no sistema judicial
3.1.3. Justiça tradicional	Leis em vigor	Organizar campanhas de sensibilização à necessidade de reconciliação	Taxa de redução dos caos de violência motivada pela vingança
	Leis em vigor	Criar um mecanismo de diálogo permanente entre as autoridades locais e os chefes tradicionais	80% de pessoas sensibilizada à necessidade de reconciliação
	Leis em vigor	Criar um mecanismo de diálogo permanente entre as autoridades locais e os chefes tradicionais	Taxa de redução de conflitos sociais de carácter político

B. Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de justiça

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
3.2.1. Gestão dos recursos humanos e materiais	Constituição da República e leis ordinárias	Tornar eficaz o funcionamento e a realização periódica de inspeções	Número de quadros formados e colocados
	Orçamento geral do Estado	Dotar o setor da justiça de um orçamento apropriado	50% dos tribunais dispõem de equipamentos adequados
	Regulamentos sobre a gestão de cofres do Estado	Reforçar o controlo da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiras das instituições	80% do Recursos Humanos são afetados aos tribunais
3.2.2. Transparência e responsabilidade	Lei orgânica	Criar um programa de formações para inspetores	Numero de casos de decisões judiciais sancionando os responsáveis de outros setores
	Legislação	Proceder à revisão da lei relativa à nomeação do Procurador Geral da República	Numero de casos de não interferência política nas decisões da justiça
	CRGB e legislação ordinária	Bloquear a lei sobre o voto do Presidente do STJ	Percentagem de juízes que participaram no voto do Presidente do STJ

C. Desempenho e reatividade das Instituições do setor de defesa e segurança

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
3.3.1. Confiança do público nas Instituições de justiça	Força coerciva das leis, eficácia e obrigação geral	Realizar ações de sensibilização ou informação a nível da população	Número de sessões de sensibilização e informação já realizadas em grande escala
	Política nacional do setor penitenciário	Implementar o Política penitenciária nacional	Taxa de confiança da população no setor de justiça
	Alteração regulamentar	Melhorar condições de trabalho	Redução do tempo de tratamento dos processos judiciais
3.3.2. Eficácia das Instituições do setor de justiça	Importância da lei e da sua eficácia	Ministrar formações contínuas de magistrados e avaliação das suas capacidades	10% dos conflitos resolvidos por tribunais judiciais
	Empenho em obter os meios em falta	Organizar a formação e a reciclagem dos técnicos e sensibilização	Taxa de melhoria do serviço na implementação da política judicial
	Alteração regulamentar	Campanha de sensibilização de políticos à não ingerência nos assuntos do Ministério Público	Alto nível de ação do Ministério Público e da Política Judiciária
3.3.3. Tratamento de grupos vulneráveis	Tratamento adequado e sistemático de grupo vulnerável	Velar pelo aumento quantitativo e qualitativo do tratamento dos casos de grupos vulneráveis	Taxa de aumento do número de pessoas colocadas nas instituições que tiveram boa formação no domínio de tratamento e atendimento de grupos vulneráveis
	Esforços tímidos na aplicação das leis	Organizar as campanhas de sensibilização sobre instituições ligadas aos reclusos	Nível aceitável de noção dos direitos fundamentais de reclusos
	Alteração regulamentar e sensibilização ao direito das pessoas portadoras de deficiências	Aumentar as campanhas de sensibilização	Alto nível de proteção de pessoas portadoras de deficiência

2.4. PSG 4^a: Fundamentos económicos

2.4.1. Conceito

A crise económica traduz-se por um aumento do custo da atividade económica e pela preferência aos investimentos de baixo risco. Essa crise baseia-se na ameaça física e na incerteza, bem como na dificuldade de fazer respeitar o Estado de direito. Esse tipo de investimento, muitas vezes centrado na exploração de recursos naturais, oferece poucas perspectivas de desenvolvimento socioeconómico. O ambiente jurídico em si está afetado. Além disso, assiste-se a uma fuga de quadros qualificados e de forças vivas do país. Os recursos naturais esgotam-se e são desviados pela corrupção e pelo clientelismo.³⁴

A prosperidade económica, os investimentos e as possibilidades económicas existentes num país aumentam a confiança do governo, e podem ajudar a reduzir a violência e os conflitos. O principal desafio de muitos Estados frágeis é gerar oportunidades de rendimentos bastante rápidos, inclusivamente para grupos marginalizados e, em particular, para jovens. A curto prazo, essas possibilidades podem ser criadas por trabalhos de alta intensidade de mão-de-obra (AIMO). A longo prazo, as bases económicas sólidas exigem igualmente a diversificação económica, uma mão-de-obra instruída e quadros regulamentares sólidos, em particular para a gestão de recursos³⁵. Criar empregos e gerir os meios de existência é o objetivo da consolidação da paz e de reforço do Estado preconizado pelo *New Deal*.

2.4.2. Constatação em matéria de fundamentos económicos

A economia da Guiné-Bissau estrutura-se essencialmente em torno da agricultura (56%) do PIB que ocupa entre 75 a 80% da população ativa. O cultivo da castanha de caju, pouco desenvolvido, é a principal fonte de exportação e receitas do país (cerca de 100 M\$ por ano, 95% das exportações do país e 17% das receitas do Estado).

As atividades nos setores secundários (12,8% do PIB) e terciário (31,2% do PIB) prende-se essencialmente com a transformação da castanha de caju e as atividades de serviços conexos (transporte, banco, comércio, etc.). Embora tenha uma fachada marítima, a Guiné-Bissau desenvolveu pouco o setor da pesca, cuja contribuição ao PIB permanece fraca. O potencial mineiro do país é importante, mas supõe investimentos prévios nas infraestruturas portuárias e hidráulicas, já planeados por Angola e pela China.

A atividade económica permanece fortemente penalizada pelo Estado muito degradado das infraestruturas, nomeadamente no setor energético. O país está quase privado de produção de eletricidade menos na capital. A rede rodoviária é pouco desenvolvida e não permite o desencravamento de certas regiões que apresentam uma potencialidade agrícola. Tendo em conta as fraquezas estruturais da economia e num contexto económico instável, o crescimento foi relativamente fraco desde o início dos anos 2000, com uma média de apenas 1%. Todavia, a boa manutenção dos preços e da produção da castanha de caju sustentou a economia da Guiné-Bissau em 2015 e o crescimento poderia atingir 4,7%.

34 OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE, *Op.cit.*

35 G7+, *Op.cit.*

Segundo as *Perspetivas económicas em África 2016*³⁶, o regresso à ordem constitucional em 2014 permitiu que a Guiné-Bissau melhorasse a sua situação macroeconómica e retomasse o caminho do crescimento. Após

Tabela 8: principais indicadores macroeconómicos da Guiné-Bissau em 2016

Nº	Indicadores	Realizados
1.	Orçamento global/2016 (não aprovado)	Não disponível
2.	Orçamentos consagrados ao funcionamento das instituições e ministérios e à remuneração do pessoal	A massa salarial em 2016 representou 42,6% das receitas fiscais
3.	Nível de mobilização das receitas fiscais	18,4% do PIB em 2016 (5% donativos)
4.	Taxa de execução da despesa pública (orçamento não aprovado)	Não disponível
5.	Reservas internacionais (menos importações)	... meses e ... dias

Fonte: AfDB/UNDP AEO Country note 2016 and 2017 (forthcoming).....

três anos de marasmo devido ao golpe de Estado de 2012, o país recuperou uma taxa de crescimento interessante, na ordem dos 4,8% em 2015. O crescimento em 2013 e 2014 tinha-se cifrado apenas nos 0,8% e 2,7% respetivamente. A recuperação económica é sustentada pela boa campanha de comercialização da castanha de caju e pelo aumento da colheita agrícola destinada à alimentação, bem como pela recuperação da confiança do setor privado, pela retoma das reformas do setor público (nomeadamente o saneamento das finanças públicas) e pelo regresso dos doadores, como o ilustra o sucesso da mesa redonda dos parceiros realizada em Bruxelas em março de 2015. Contudo, o ano 2015 conheceu sobressaltos políticos que podiam comprometer o crescimento previsto e a viabilidade das reformas em curso. A situação política, bem como os riscos climáticos, podendo pesar no setor primário, constituem os riscos principais do crescimento a curto prazo. Pressupõe-se que possam ajudar a ultrapassar as tensões políticas atuais, uma pluviometria similar a 2015 e a manutenção dos objetivos das reformas empreendidas, o crescimento calcula-se a 5.7 % em 2016 e a 6.2 % em 2017.

2.4.3. Fatores de riscos de fragilidade

A revisão dos documentos³⁷ e das entrevistas com os diversos atores indicam que os fatores principais de fragilidade da Guiné-Bissau em matéria de Fundamentos Económicos, são as seguintes:

- A não adoção do orçamento do Estado pelo Parlamento não permite que o Governo disponha desse tão importante instrumento de governação;
- A não diversificação da economia mantém as incertezas quanto aos recursos do Estado e à criação da riqueza nacional, nomeadamente empregos e a redução da pobreza;
- A importância do setor primário e a sua composição deixam transparecer a vulnerabilidade do crescimento (dependência das chuvas, fraca pluviosidade, etc.) e a necessidade de investimentos a fim de diversificar a economia;
- As capacidades de intervenção e de desempenho da administração responsável dos recursos naturais são limitados pela insuficiência do pessoal técnico, em quantidade e qualidade, e pela fraqueza dos meios financeiros e materiais, pela gestão inadequada da informação geológica e mineira e do cadastro do setor mineiro³⁸;
- A importância do meio rural e das desigualdades de que padece;

36 ANÓNIMO, *Perspetivas económicas em África 2016*, AFDB/OCDE/UNDP, www.africaneconomicoutlook.org/fr, 2016

37 MARC, A.; WEE, A.; ROSS, S.; REKSTEN, S.; FOUCHER, V., *Op.Cit.*

38 ARVANITIS, Y.; ANDRIANARISON, F.J., IE, I., *Op.Cit.*

- A importância do setor primário e a sua composição deixam transparecer a vulnerabilidade do crescimento (dependência de chuvas, fraca pluviosidade, etc.) e a necessidade de investimento a fim de diversificar a economia;
- Fracas oportunidades económicas para mulheres: segundo o índice de igualdade de género de 2015, produzido pelo Banco Africano de Desenvolvimento (NAD), a Guiné-Bissau é classificada como sendo o 30º país no Continente no tocante às oportunidades económicas para mulheres³⁹;
- O nível elevado de pobreza no país: a Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, onde 69,3% da população são considerados como sendo pobres (vivendo com menos de 2 USD por dia em paridade do poder de compra) e 33,0% extremamente pobres (menos de 1 USD por dia)⁴⁰;
- A diferença entre Bissau e as outras cidades em matéria de infraestruturas e vias de comunicação remete à problemática das desigualdades espaciais do país e da dificuldade de chegar a certas zonas, como as regiões de Quínara e Tombali, sem ter em consideração a qualidade das estradas.

2.4.4. Nível de fragilidade em matéria do PSG Fundamentos económicos

A avaliação da fragilidade no PSG Justiça articular-se em torno das seguintes quatro dimensões:

- Dimensão 1: recursos produtivos e projeções de crescimento;
- Dimensão 2: emprego e meios de subsistência;
- Dimensão 3: desenvolvimento do setor privado;
- Dimensão 4: gestão de recursos naturais.

2.4.4.1. Dimensão 1: recursos produtivos e projeções de crescimento

A. Características da crise.

As características da crise, em relação com os Recursos produtivos e as projeções de crescimento manifestam-se nomeadamente pelo seguinte:

- A fraca produção agrícola;
- A produção de caju em declínio;
- A má exploração dos recursos florestais;
- A má exploração do setor da pecuária;
- Pior condição de infraestruturas portuárias;
- Fraco desenvolvimento de infraestruturas de telecomunicações;
- O mau fornecimento de eletricidade;
- A fraca luta contra a pesca ilegal;
- A desigualdade de oportunidades de emprego entre o meio rural e o centro urbano,
- Fraca produtividade;

³⁹ ARVANITIS, Y., ANDRIANARISON, F.J., IE, I., *Op.Cit.*

⁴⁰ *Idem.*

- Dilapidação do património;
- Os preços dos produtos pouco remuneradores para os produtores locais.

B. Nível de fragilidade

A situação na Guiné-Bissau em matéria de *Recursos produtivos e projeções de crescimento* é considerada como estando em **50%** na fase de Crise, **25%** na fase de Reconstrução e **25%** na fase de Estabilização.

2.4.4.2.Dimensão 2 : emprego e meios de subsistência

A. Características da crise

Em matéria de *Emprego e meios de subsistência*, as manifestações principais da crise na Guiné-Bissau são suscitadas pela:

- Situação política que agravou a do emprego;
- Inexistência de instituto de formação profissional e de emprego;
- Inexistência de parques industriais;
- Inexistência de estruturas agrícolas dotadas de pessoal salariado;
- Inexistência ou quase de indústria;
- A predominância do comércio informal;
- As desigualdades de acesso ao emprego entre o centro urbano e a zona rural;
- As dificuldades de acesso ao emprego para jovens;
- As dificuldades de acesso ao emprego pelas mulheres;
- A participação limitada de mulheres no mercado formal de emprego;
- Instabilidade política e institucional crónica;
- Outorga de licenças de pesca por vias não transparentes;
- Fraqueza do setor privado;
- Não aplicação da lei que protege o trabalhador e a sua banalização;
- Injustiça social (assimetria espacial (entre regiões) e ideológica (política) na repartição das riquezas.

B. Nível de fragilidade

O nível de fragilidade da Guiné-Bissau no que se refere *ao Emprego e aos meios de subsistência* calcula-se como estando em **88,89%** na fase da Crise e apenas em **11,11%** em plena Reconstrução.

2.4.4.3.Dimensão 3: desenvolvimento do setor privado

A. Características da crise

No que tange ao *Desenvolvimento do Setor privado*, as características principais da crise na Guiné-Bissau são as seguintes:

- Ambiente político desfavorável ao desenvolvimento do setor privado;
- Escassez de fundos (Públicos e privados) destinados ao financiamento do setor privado;
- Desconhecimento de mecanismos legais ligadas à criação e à formalização de pequenas e média empresas;
- Fraca formação e capacidade dos operadores económicos;
- Desorganização e inadequação das estruturas ou do setor privado;
- Fraca presença de grandes empresas no mercado nacional;
- Fraca oportunidade de crédito aos novos operadores económicos;
- Fraca oferta de fundos de investimento;
- Limitações económicas e financeiros das mulheres;
- Fraca capacidade de atrair investimento;
- Falta de credibilidade do setor privado;
- Atividades comerciais incontroláveis (informalização acrescida do setor privado);
- A instabilidade política afastou os investidores;
- Subfinanciamento das ONG nacionais.

B. Nível de fragilidade

Na Guiné-Bissau, o *Desenvolvimento do Setor privado* e considerado como tendo alcançado a fase de Reconstrução numa taxa de **55,56%**. O país age melhor considerando-se em **44,44%** como estando na fase da Crise.

2.4.4.4.Dimensão 4: gestão de recursos naturais

C. Características da crise

Na Guiné-Bissau, as partes interessadas consideram a *Gestão de recursos naturais* como sendo caracterizada pelo seguinte:

- A corrupção que mantém a desorganização do setor;
- A lei sobre a pesca inadequada;
- Fraca capacidade e gestão de recursos naturais;
- Fraca capacidade de gestão dos recursos florestais;
- Mau desempenho na gestão de recursos naturais;
- Fracos rendimentos dos recursos haliêuticos;
- Fracos rendimentos dos recursos financeiros;
- Acesso difícil aos recursos minerais;
- Falta de recursos e de pessoas qualificadas;
- Má gestão de recursos naturais (florestas, minas, água e pesca);
- Falta de acesso aos recursos haliêuticos;
- Atribuição incontrolada e desigual de licenças de recursos florestais.

D. Nível da fragilidade

A Gestão dos recursos naturais na Guiné-Bissau é considerada como tendo alcançado a fase de Reconstrução a taxa de **50%**, mas as partes interessadas julgam que essa dimensão se encontra a **50%** na fase da Crise.

Tabela n.º9. : avaliação do nível da fragilidade e em matéria de fundamentos económicos

Dimensões	Subdimensões	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e resiliência	Fase 3: Estabilidade	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência
4.1. Recursos produtivos e projeções de crescimento	4.1.1. Base de recursos	1,67				
	4.1.2. Infraestruturas		2,33			
	4.1.3. Economia informal e ilícita		2,33			
	4.1.4. desigualdade	1				
	4.2.1. Quadro político e ambiental favorável à criação de emprego e dos meios de subsistência	1				
		1				

4.2. Emprego e meios de subsistência	4.2.2. Quantidade e qualidade do emprego (Inclusivamente a produtividade agrícola)					
	4.2.3. Acesso a oportunidades/distribuição	1,33	X			
4.3. Desenvolvimento do setor privado	4.3.1. Criar um ambiente favorável ao setor privado	1,67				
	4.3.2. Qualidade e quantidade do desenvolvimento do setor privado		2			
	4.3.3. Igualdade de acesso às oportunidades de investimento	1				
4.4. Gestão dos recursos naturais	4.4.1. Quadro regulamentar de gestão dos recursos naturais	1,67				
	4.4.2. Capacidade de gestão dos recursos naturais e de realização de contratos	1,67				
		1,67				

	4.4.3. Desempenho em gestão de recursos naturais				
	4.4.4. Distribuição dos recursos naturais	1			

2.4.5. Progressos em matéria do PSG Fundamentos económicos

Os principais progressos em matéria da implementação do PSG 4:

- Os processos judiciais foram abertos contra um determinado número de subalternos militares e polícias implicados em diversos delitos, bem como em matéria de transparência;
- A governação e a situação económica e financeira apontam para a melhoria na resposta às exigências das instituições de Bretton Woods;
- Um ligeiro aumento da produção da castanha de caju, bem como preços internacionais favoráveis;
- A manutenção do ritmo de aumento das receitas fiscais e a continuação dos esforços rumo a uma melhor gestão das finanças públicas;
- Os investimentos previstos em Bissau a curto prazo, tais como a reabilitação da rede e construção de uma nova central elétrica ou as perspectivas de reabilitação do porto, podem dar um novo impulso ao potencial económico da cidade;
- Conscientes das disparidades económicas interurbanas, as autoridades planearam, no âmbito do Plano Estratégico e Operacional 2015-2025, a criação de centros económicos nas cidades secundárias. Ao tornarem-se mais atrativos, essas cidades têm o potencial de ajudar na transformação estrutural da económica;
- A continuação dos projetos de infraestruturas;
- Ligeiro aumento da produção do arroz;
- Aumento da produção no setor das pescas;
- Reabilitação de certas avenidas das grandes cidades, sobretudo em Bissau e construção de infraestruturas públicas e privadas;
- Iniciativas de regulamentação dos preços (a castanha de caju e do peixe)
- Emergência de empresas no setor da agricultura;
- Emergência de novos bancos;
- Iniciativas da sociedade civil pela valorização da produção local;
- Existência de um código de investimento;
- Apoio das ONG e das organizações internacionais às pequenas iniciativas locais (horticultura);
- Existência de um código de minas;

- Existência de um sistema informático para a gestão dos recursos florestais;
- Implementação de um sistema de cadastro de minas moderna para a gestão dos contratos.

2.4.6. Fatores de resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 4

A. Recursos produtivos e projeções de crescimento

Sub-dimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
4.1.1. Base d recursos	Iniciativas locais de diversificação da economia, iniciativa “mon na lama” e projeto do Ministério de agricultura para o aumento da produção de arroz	Realizar um estudo sobre diversificação da economia e financiamento da produção agrícola	Taxa de contribuição do setor agrícola no PIB
	Iniciativas de transformação da castanha de caju (Unidade de transformação de Quinhamel, Bula e Nhacra) em cooperação com a Lbia	Aumentar os investimentos no setor, implementação de políticas	Taxa de crescimento do rendimento nacional por habitante
	Construção do Porto de Bandim, construção do laboratório de verificação da qualidade peixe	Implementar a política da pesca e de incrementação do investimento no setor	Taxa de desemprego reduzida
	Moratória relativa ao corte e abate de árvores por um período de cinco (5) anos	Reforçar as medidas de avaliação e acompanhamento, promover o acompanhamento da educação ambiental a todos os níveis	Taxa de contribuição do setor financeiro no PIB
	Estruturas privadas de patrulha da comunidade	Reforçar as capacidades dos serviços de inspeção no setor da pecuária	Taxa de aumento dos produtos de pecuária
4.1.2. Infraestruturas	Projeto de construção do porto de Buba e estudos de viabilidade a atualizar	Promover investimentos pela implementação do projeto de construção do porto de Buba	Taxa de crescimento das receitas de proveniente da exploração dos portos
	Autoridade reguladora das telecomunicações	Aumentar o orçamento de investimentos em infraestruturas de telecomunicações	Taxa da contribuição do setor das telecomunicações no PIB
	Adesão dos países da Organização para o aproveitamento da bacia do rio Gâmbia (OMVG)	Aumentar os investimentos do setor da produção de eletricidade	Taxa de contribuição do setor da produção de eletricidade no PIB
4.1.3. Economia informal de eletricidade	Criação do Centro de Formalização de Empresas	Reduzir os detalhes das formalidades de constituição de empresas	Taxa de contribuição do setor privado no PIB
	Recenseamento das instituições turísticas pelo Ministério do Turismo em parceria com o Ministério de Comércio	Melhorar o Sistema de registo de estabelecimentos	Taxa de melhoria das receitas fiscais
	Luta do Ministério das Pesca contra os campos de pesca ilegais	Lutar contra a corrupção, reforçar a capacidade em acompanhamento	Nível de redução da prática de pesca ilegal em redução e a contribuição do setor da pesca no PIB em aumento

4.1.4. Desigualdade	Descentralização de serviços públicos (Bilhete de Identidade Nacional, ponto de registo de nascimento, unidade de descasque da castanha de caju)	Implementar o plano nacional de gestão territorial	Taxa de redução da desigualdade de oportunidade de acesso ao emprego na zona rural e no centro urbano

B. Emprego e meios de subsistência

Subdimensões	Fatores de resiliência	Atores prioritários	Indicadores a nível do país
4.2.1. Quadro de política e ambiental favorável ao aumento do emprego e dos meios de subsistência	Criação da base de dados de funcionários públicos	Continuar as reformas na administração pública	Número de empregos criados por ano até 2025
	Criação do gabinete de recenseamento e da orientação dos candidatos ao emprego a nível do Ministério da Função Pública	Proceder à aprovação do orçamento geral do Estado	Taxa de afetação de recursos orçamentais ao setor produtivo em geral e à formação profissional em particular
	Instituto Nacional da Tecnologia Apropriada à Indústria (INITA)	Definir a política nacional de industrialização do país	Número de empregos criados no setor industrial
4.2.2. Quantidade e qualidade do emprego (inclusivamente, a produtividade agrícola)	Iniciativas locais de diversificação da economia, iniciativa “ <i>mon na lama</i> ” (Mão na pasta) e projeto do Ministério da Agricultura para o aumento da produção do arroz	Criar um fundo de crédito agrícola	Taxa de contribuição do setor agrícola no PIB
	Instituto Nacional da Tecnologia Aplicada à Indústria (INITA)	Definir a estratégia de apoio ao setor industrial	Taxa das contribuições do setor secundário no PIB
	Criação do gabinete de recenseamento e de orientação dos candidatos a emprego a nível de Ministério da Função Pública	Adoção de políticas fiscal incitadoras visando promover a formalização e a criação de empresa	Número de empresas formalizadas
4.2.3. Acesso às oportunidades/distribuição	Criar as leis em apoio à realização de eleições municipais, gabinete de coletividades locais (Ministério da Administração Territorial)	Organizar as eleições municipais	Numero de iniciativas de promoção da criação de empregos a nível local
	Existência do Instituto Nacional da Juventude, iniciativa de formação de jovens no empreendedorismo	Implementar a política nacional a favor da promoção de emprego jovem	Taxa de redução do desemprego nos jovens
	Declaração de Canchungo apresentada à Assembleia Nacional Popular >(ANP), criação das diversas redes de mulheres	Definir uma política a favor da inserção das mulheres no mercado formal de emprego	Taxa de redução do desemprego nas mulheres

C. Desenvolvimento do setor privado

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
4.3.1. Criar um ambiente favorável no setor privado	Iniciativas de diálogo internas e sub-regionais	Iniciar reformas das principais leis (Constituição da República, lei eleitoral, lei quadro dos partidos políticos, reforma das instituições públicas)	Número de novos investimentos diretos estrangeiros
	Bissau LINK (Controlo das faturas de exportação e de importação)	Proceder à auditoria da dívida pública interna	Taxa de reembolso da dívida pública interna.
	Projeto de lei sobre a institucionalização da parceria público-privada no âmbito da célula de apoio dos estados-membros da UEMOA	Proceder ao recenseamento de pequenas e médias empresas, identificação dos setores mais atrativos	Número de pequenas e médias empresas registadas
4.3.2. Qualidade e quantidade do desenvolvimento do setor privado	Iniciativa da Câmara de Comércio e Agricultura tendo em vista o intercâmbio de experiência com os empreendedores de outras localidades e disponibilização das formações associadas	Criar parcerias com os centros de formação nos domínios de gestão e administração, sensibilização dos operadores à formação	Número de operadores económicos formados anualmente
	Direção Geral da Promoção do Investimento Privado (DGPIP)	Criar um serviço público de apoio e de acompanhamento das empresas privadas	Número de empresas privadas registadas anualmente
	Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios (OHADA), Tarifa Externa Comum (TEC)	Criar zonas económicas especiais para atrair as grandes empresas	Número de grandes empresas atraídas anualmente
4.3.3. Igualdade de acesso às oportunidades de investimento	Direção da Poupança e Microcrédito do Ministério da Economia e das Finanças	Criar um fundo nacional de promoção industrial	Número de projetos de criação de empresas que beneficiaram desse fundo para iniciativas emergentes
	Iniciativa de emprego jovem do PNUD, Gabinete de Aconselhamento de Jovens da Função Pública	Adotar uma política nacional de financiamento de projetos da juventude	Número de projetos de jovens que beneficiaram de empréstimos
	Iniciativas de emancipação das mulheres (Associação das mulheres)	Adotar uma política nacional de financiamento de projetos de mulheres empresárias	Número de projetos empresariais que beneficiaram de empréstimos

D. Gestão de recursos naturais

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
4.4.1. Quadro regulamentar de gestão de recursos naturais	Está-se a preparar a nível do PNUD para a elaboração do regulamento de todos os recursos naturais	Concluir junto do PNUD para a obtenção de fundos que permitirão a elaboração do regulamento	Taxa de melhoria da posição do país na classificação da Transparency International
	Revisão da lei da floresta, iniciativa comunitária contra o abate de árvores, projetos de ampliação das zonas verdes reservadas.	Estabelecer um programa de reforço de capacidades de recursos humanos e materiais para o controlo das florestas, aplicação rigorosa da política de reflorestação, criação de zonas verdes e parques nas vilas capitais	Taxa de melhoria da contribuição do setor florestal no PIB
	FISCAP (Acompanhamento das atividades de pesca)	Criar o ambiente político favorável, criar os mecanismos incentivadores dos processos de revisão	Taxa de melhoria da contribuição do setor das pescas no PIB
4.4.2. Capacidade de gestão de recursos naturais e de realização de contratos	Cooperação com a União Europeia em apoio à formação de inspetores e observadores da pesca	Criar um programa de reforço de capacidades dos quadros técnicos em gestão de recursos naturais	Taxa de crescimento da contribuição dos recursos naturais na economia
	Protocolo de parceria entre o Ministério da Agricultura, IBAO, Direção do Investimento e a Guarda Nacional	Criar um programa de reforço de capacidade dos quadros técnicos em gestão de recursos florestais	Taxa de crescimento da contribuição dos recursos lenhosos na economia
	Cooperação entre a tutela e o PNUD no reforço de capacidades dos quadros nesse domínio	Concluir com o PNUD o projeto de reforço de capacidades dos quadros nesse domínio	Taxa de melhoria das receitas do Estado
4.4.3. Desempenho em gestão de recursos naturais	Missão conjunta de vigilância entre FIASCAO, Guarda Nacional e Marinha	Garantir a transparência na gestão dos recursos haliêuticos	Taxa de crescimento dos recursos haliêuticos no orçamento do Estado
	Transferência da competência da vigilância da flora e da fauna para o IBAP e a Guarda Nacional	Garantir a transparência na gestão dos recursos florestais	Taxa de crescimento dos recursos florestais no orçamento do Estado
	Criação de brigadas por parte das entidades responsáveis pelo acompanhamento de certos recursos naturais	Suspensão do abate de árvores e da exploração da arveja pesada	Taxa de crescimento dos recursos naturais no orçamento do Estado
4.4.4. Distribuição de recursos naturais	Repartição de competências entre as diversas estruturas estatais	Criar os mecanismos que garantam a justiça social na distribuição de rendimentos	Taxa de crescimento dos recursos haliêuticos no orçamento do Estado
	Nada está a ser feito neste momento para que a distribuição dos recursos naturais seja equitativa tanto assim que os recursos explorados neste momento são pedreiras	Elaboração do regulamento de uma política de distribuição do rendimento, acompanhamento e controlo	Taxa de crescimento dos recursos naturais no orçamento do Estado

2.5. PSG 5: Rendimentos e Serviços

2.5.1. Conceito

Mobilizar os recursos, gerir as receitas públicas e reforçar a capacidade de prestação de serviços responsáveis são os objetivos do PSG 4 “*Rendimentos e Serviços*”.

A função produtiva principal do Estado consiste em prestar aos lares e às empresas serviços não mercantis. Esses serviços são denominados desse modo porque não geram, aquando do seu consumo, uma transação monetária. A reabilitação das estradas, a sinalização urbana, a escola pública, a proteção dos serviços de socorro, a defesa nacional, a segurança, a iluminação das ruas, os espaços públicos oferecidos pelo Estados, são alguns exemplos dos “serviços públicos” colocados à disposição da população.

Os serviços não mercantis podem ser da responsabilidade das administrações públicas centrais (justiça, polícia, forças armadas, etc.) ou ser assegurados pelas administrações públicas locais tais como a região ou a comunidade urbana/rural (remoção de lixo domésticos, transportes públicos, manutenção dos estabelecimentos escolares, sanitários, etc.). O Estado cobra impostos e taxas para financiar esses serviços não mercantis.

A aptidão por mobilizar, priorizar e gerir recursos a fim de reforçar as capacidades dos serviços sociais é um elemento essencial para cada Estado. O Estado deveria orientar a elaboração do quadro adequado e coordenar a prestação de serviços equitativos, inclusivamente pelos prestadores não estatais. A construção de um sistema transparente de gestão das finanças públicas para inspirar a confiança dos cidadãos em pagar os impostos, dos doadores a conceder apoio e das empresas a investir.

Pela primeira vez, numa avaliação da fragilidade, o acesso e a boa distribuição de serviços de base foi alvo de uma análise aprofundada de cada serviço de base considerada como sendo uma subdimensão completa. A partir dos ativos socioeconómicos dos lares, deve-se considerar como sendo serviços de base, os seguintes elementos: Saneamento Ambiental e Quadro de Vida, Comunicação e Informação, Água Potável, Educação, Energia (Eletricidade), Habitação, Saúde, Segurança Alimentar, Transportes.

As escolhas estratégicas de tratar especificamente esses ativos (tangíveis e intangíveis) de lar é orientada pela necessidade de debruçar sobre os verdadeiros problemas com que a população depara diretamente. Bem mais ainda, trata-se de abordar mais ao detalhe as necessidades fundamentais da população de entre as dimensões e as subdimensões da fragilidade a fim de serem consideradas sistematicamente na visão e no plano estratégico de desenvolvimento nacional.

2.5.2. Constatações feitas em matéria de receitas e serviços

A instabilidade política contínua da Guiné-Bissau criou um ambiente hostil ao crescimento económico, deixando os governos sucessivos sem as receitas necessárias para a prestação de serviços públicos e o desenvolvimento de infraestruturas. Já na época colonial, os bissau-guineenses puderam aceder aos serviços públicos e às possibilidades de participarem na administração pública. Essa situação não foi corrigida pela estratégia de desenvolvimento de inspiração socialista do PAIGC que incidia na modernização do centro urbano. O resultado dessa exclusão política, social e económica das populações rurais marginalizadas foi uma importante migração de camponeses para Bissau desde os anos oitenta. A degradação das

instituições públicas nas zonas rurais tornou-se mais evidente após a guerra civil de 1998/99⁴¹.

Hoje, 40 por cento da população vive em Bissau, beneficia de um melhor acesso aos serviços públicos e tem uma taxa de pobreza relativamente inferior a 50 por cento da população que vive debaixo do limiar da pobreza (2 dólares por dia). A média nacional de pessoas que vivem debaixo do limiar da pobreza é de 70%, o que sugere que 80 à 90 % das camadas pobres da população da Guiné-Bissau vivem nas zonas rurais. Nessas zonas, a pobreza é mais elevada

Tabela 10 : Pobreza multidimensional e a miséria⁴²
Resultados por região de residência, região e província

Sub group	Type II: Trial measure						Proportion of MD poor people who are destitutes
	Multidimensional Poverty			Destitution			
	M0	H	A	M0	H	A	
Area of residence							
Urban	0.18	40%	44%	0.06	14%	41%	34%
Rural	0.48	88%	55%	0.37	79%	47%	90%
Province							
SAB	0.14	34%	42%	0.03	7%	39%	20%
Leste	0.43	81%	54%	0.28	62%	46%	76%
Norte	0.44	80%	55%	0.34	72%	47%	90%
Sul	0.40	77%	52%	0.30	67%	45%	87%
Region							
Tombali	0.42	81%	52%	0.31	69%	45%	86%
Quinara	0.39	76%	51%	0.28	64%	44%	85%
Oio	0.52	89%	58%	0.40	81%	49%	91%
Biombo	0.44	77%	57%	0.34	70%	48%	91%
Bijagos/Bubaque	0.37	70%	52%	0.30	65%	46%	93%
Bafata	0.45	82%	54%	0.31	66%	47%	81%
Gabú	0.42	80%	53%	0.27	58%	46%	73%
Cacheu	0.37	74%	50%	0.29	65%	45%	87%
SAB	0.14	34%	42%	0.03	7%	39%	20%

no Norte do país, onde a maioria da população rural aglomera.

O pouco de serviço fornecido a nível local (Água, educação e cuidados de saúde) é sempre prestado por intervenientes não estatais. Uma série de indicadores de desenvolvimento apontam para a disparidade na prestação de serviços públicos entre as regiões urbanas e rurais do país. Por exemplo, entre 2008 e 2012, o rácio da taxa líquida de frequência escolar primária na capital era de 83,5 e de apenas 56,5 nas zonas rurais. De igual modo, em 2010, 33 por cento da população urbana utilizavam instalações de saneamento melhoradas, ao passo que apenas 8,1 % da população rural podiam aceder às condições de saneamento melhoradas⁴³.

A situação social e de desenvolvimento humano melhorou apenas um pouco em relação a 2014. Mesmo que a consolidação das finanças

públicas e o apoio dos parceiros técnicos e financeiros tenham permitido um melhor atendimento nos setores da educação e da saúde, a situação geral permanece preocupante. O país tem um dos mais fracos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e os dados do novo Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS IV) salientam carências importantes em termos de desenvolvimento humano. Essas insuficiências ressaltam ainda mais na camada feminina e nas populações rurais⁴⁴. Além do que precede e segundo o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, a Guiné-Bissau faz parte dos países africanos (Libéria, Mali, Níger, Serra Leoa, Somália e Chade), onde pelo menos uma mulher sobre 25 morre de

41 MARC, A.; WEE, A., ROSS, S., REKSTEN, S., FOUCHER, V., *Op.Cit.*

42 ANDRIANARISON, F., BALLON, P., *Multidimensional poverty in Guinea - Bissau*, PNUD, BISSAU, dezembro de 2015.

43 MARC, A.; WEE, A., ROSS, S., REKSTEN, S., FOUCHER, V., *Op.Cit.*

44 *Idem.*

complicações de parto ou gravidez, e uma proporção bem mais importante de mães sofrem de sequelas a longo prazo, após terem dado à luz⁴⁵.

2.5.3. Fatores de riscos da fragilidade

A revista de documentos⁴⁶ e as trocas de impressões como diversos atores levam em crer que os principais fatores de fragilidade da Guiné-Bissau em matéria de rendimentos e serviços, são as seguintes:

- Os rendimentos provenientes de atividades ilícitas alimentaram ainda mais tensões e a instabilidade política;
- A má gestão da *res publica*;
- A corrupção generalizada e um alto grau de impunidade de atos criminosos;
- A incursão de certos atores dos setores de defesa e segurança na cobrança de impostos e taxas;
- Uma expansão das atividades ilegais para outros domínios, nomeadamente de contrabando da castanha de caju, da pesca e da exploração florestal priva o Estado de recursos substanciais;
- As disparidades de espaço e de género permanecem um grande desafio para o país. As taxas líquidas de escolarização no ensino primário é de 83% na capital Bissau e de 55,4% nas outras regiões⁴⁷.

2.5.4. Nível de fragilidade em matéria do PSG Rendimentos e Serviços

A avaliação da fragilidade no PSG *Rendimentos e Serviços* articula-se em torno das seguintes quatro dimensões:

- Dimensão 1: Produção de receitas;
- Dimensão 2: Administração pública;
- Dimensão 3: Prestação de serviços;
- Dimensão 4: Acesso e distribuição de serviços.

2.5.4.1. Dimensão 1: Produção de receitas

A. Características da crise

Em relação à *Produção de receitas*, as características da crise são as seguintes:

- Instabilidade política, social e económica;
- Insuficiência de recursos humanos;
- Concentração da cobrança dos direitos fiscais;
- Uma política fiscal falhada;
- Ausência de sensibilização das contribuições;
- Recursos humanos pouco qualificados;

45 PNUD, *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano em África 2016*, Gabinete Regional para África, Nova Iorque, 2016.

46 MARC, A., WEE, A., ROSS, S., REKSTEN, S., FOUCHER, V., *Op.Cit*

47 ARVANITIS, Y., ANDRIANARISON, F.J., IE, I., *Op.Cit.*

- Insuficiência de meios logísticos (materiais e financeiros);
- As fontes de receitas do Estado permanecem pouco diversificadas;
- A instabilidade política constante no país;
- A falta de recursos humanos qualificados e por especialidade;
- Mecanismo fraco para controlo de receitas;
- Nepotismo.

A. Nível de fragilidade

A situação da Guiné-Bissau em matéria de Produção de receitas considera-se como estando em **50%** na fase da Crise e em **50%** na fase da Reconstrução.

2.5.4.2.Dimensão 2 : Administração pública

B. Características da crise

No setor da *Administração pública*, as principais manifestações da crise na Guiné-Bissau são as seguintes:

- A politização das nomeações;
- A falta de aplicação do Regulamento interno;
- A fraca cobertura social dos recursos humanos;
- A insuficiência do reforço das capacidades dos recursos humanos;
- Governação sem dois instrumentos primordiais: Programa de ações prioritárias e o orçamento do Estado;
- Inexistência de faturas nas instituições públicas;
- Execução irregular de despesas públicas;
- Formação insuficiente dos agentes públicos.

A. Nível de fragilidade

O nível de fragilidade da Guiné-Bissau no que se refere à *Administração pública* calcula-se como estando apenas em **20%** da fase da Crise e em mais de **70%** da fase de Reconstrução.

2.5.4.3.Dimensão 3 : Prestação de serviços

C. Características da crise

No que se refere à *Prestação de serviços*, as principais características da crise na Guiné-Bissau são as seguintes:

- Não aplicabilidade da parceria ministerial;
- Fraca aplicação da lei nos concursos públicos;
- Falta de infraestruturas e equipamentos adequados;
- Insuficiente formação dos funcionários.

A. Nível de fragilidade

Na Guiné-Bissau, a *Prestação de serviços* considera-se como estando em **75%** da fase de Reconstrução, O país tem desta feita um melhor desempenho estando apenas em **25%** da fase da Crise.

2.5.4.4. Dimensão 4: Acesso à distribuição de serviços

D. Características da crise

Na Guiné-Bissau, as partes interessadas consideram o *Acesso e a distribuição de serviços* como sendo caracterizados pelo seguinte:

- Saneamento precário;
- Monopólio do Estado;
- Insuficiência de meios logísticos e financeiros;
- Insuficiência de formação de recursos humanos;
- Não desinfeção dos poços de água;
- Carências em infraestruturas escolares;
- Insuficiência da reforma no setor da educação;
- Construção de alojamentos em terrenos inadequados;
- Retirada ou falta de contentores de lixo em locais estratégicos dos bairros ou das comunidades;
- Politização da agência de comunicação do Estado;
- Má manutenção da rede de distribuição de água;
- Politização do sistema educativo;
- Roubo frequente de cabos elétricos (nas ruas de Bissau) e combustível (na central elétrica de Bissau),
- Roubo frequente de ramais (nas ruas de Bissau) e de combustível (na Central elétrica de Bissau);
- Insuficiência de unidades de saúde;
- Insuficiência de pessoal qualificado;
- Falta de diversificação da produção agrícola, garante de uma melhor alimentação da população;
- Insuficiência de unidade locais de transformação de produtos agrícolas.

E. Nível de fragilidade

O *Acesso e a distribuição de serviços* na Guiné-Bissau são considerados como estando em **68,75%** da fase de Reconstrução, embora as partes interessadas julgam que essa Dimensão está em **15,625%** da fase de Crise igual a uma estimativa análoga de **15,625%** da fase de Estabilização.

Tabela nº11. : Avaliação do nível da fragilidade em matéria de Rendimentos e serviços

Dimensões	Subdimensões	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência
5.1. Produção de receitas	5.1.1. Condições para cobrança de imposto e dos direitos aduaneiros	1,33				
	5.1.2. Política fiscal	1,33				
	5.1.3. Capacidade da administração aduaneira e fiscal	1,67				
	5.1.4. Desempenho da administração fiscal	1,67				
5.2. Administração pública	5.2.1. Gestão financeira pública e aprovisionamento	1,33				
	5.2.2. Gestão de recursos humanos		2			
			2			

	5.2.3. Responsabilidade, transparência e integridade na função pública					
5.3. Prestação de serviços	5.3.1. Quadro regulamentar (Papel do Estado na prestação de serviços)	1,5				
	5.3.2. Capacidades para a prestação de serviços		2			
5.4. Acesso e distribuição de serviços	5.4.1. Saneamento ambiental		2			
	5.4.2. Comunicação e Informação		2			
	5.4.3. Água potável		2			
	5.4.4. Educação	1,8				
	5.4.5. Energia (Eletricidade)		2,33			
				2		

	5.4.6. Alojamento				
	5.4.7. Saúde	1,75			
	5.4.8. Segurança alimentar	1,67			
	5.4.9. Transportes		2,67		

2.5.5. Progressos em matéria de Rendimentos e Serviços

Eis os principais progressos em matéria da implementação do PSG 5:

- As trocas de impressão facilitadas pelas viagens de estudo dos funcionários do Ministério da Função Pública e dos parlamentares da Guiné-Bissau a Cabo Verde, ao Mali, a Moçambique e ao Togo contribuíram para a intensificação dos seus esforços pela implementação de reforma e de modernização da administração pública nos seus países, em conformidade com o plano de ação piloto vigente⁴⁸,
- Criação de uma brigada participativa interministerial para controlar a castanha-de-caju;
- Uniformização de tarifa a nível da CEDEAO;
- Pagamento de salários pelo banco;
- Existência da lei sobre aquisições públicas no país;
- Adoção da lei de base do sistema educativo;
- Aumento da produção da energia e da capacidade de distribuição;
- Assinatura de novos acordos para a construção de alojamentos sociais;
- Lançamento do projeto *Mon na Lama* de iniciativa do Presidente da República para reforçar a produção agrícola;
- Abertura do investimento privado no setor dos transportes.

48 PNUD, *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano em África 2016*, Op.Cit..

1.1.1. Fatores da resiliência, ações prioritárias e indicadores de acompanhamento do PSG 4

A. Produção de receitas

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
5.1.1. Condições para a cobrança de impostos e dos direitos aduaneiros	Reconciliação e reforma da classe política	Rever a constituição a fim de promover a segurança do país	A longevidade das instituições em conformidade com a Constituição
	Descentralização do poder regional, recrutamento via concurso e colocação do pessoal experiente	Lançar um programa de reforço de capacidades a fim de dota a administração de recursos humanos qualificados	Percentagem de quadros qualificados na administração pública
	As leis vigentes	Lançar a reforma da descentralização para descentralizar os serviços de cobrança mesmo a nível das coletividades locais	70% dos direitos aduaneiros cobrados até 2025
5.1.2. Política fiscal	Determinadas medidas e reformas introduzidas pelo governo	Uniformização da aplicação das leis em matéria de finanças públicas da UEMOA	Taxa de crescimento anual das receitas fiscais de 25%
	Transparência administrativa	Realizar campanhas de sensibilização sobre o civismo fiscal	Taxa de crescimento anual das receitas fiscais de 25%
	Determinados esforços em curso como por exemplo e determinadas traduções e enquadramentos no quadro jurídico do país	Aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC)	Taxa de crescimento anual das receitas fiscais de 25%
5.1.3. Capacidade da administração aduaneira e fiscal	Retenção do pessoal administrativo	Tomar medidas de despolitização da administração pública em geral e dos serviços aduaneiros em particular	60% dos recursos humanos da administração em geral e dos serviços aduaneiros em particular são estabilizados até 2025
	A reforma da administração	Criação de um programa de reforço de capacidades dos recursos humanos	80% dos recursos humanos são formados até 2025
	Programa de reforço de capacidades dos recursos humanos	Criação de um programa de reforço de capacidade logística da administração fiscal	A eficácia da administração fiscal acrescida de 80% até 2025
	Regularidade do ciclo eleitoral	Revisão da Constituição para a promoção da estabilidade do país	A longevidade dos agentes da administração fiscal

5.1.4. Desempenho da administração fiscal	Funcionamento das entidades responsáveis pela administração dos direitos aduaneiros e dos direitos fiscais	Aplicação da lei fiscal	50% de suscetibilidade de disfuncionamento invertidos até 2025
	Sensibilização e aplicação de determinadas leis	Coerência das leis das finanças com a UEMOA	Nível de desempenho elevado em matéria de administração dos direitos aduaneiros e fiscais

B. Administração pública

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
5.2.1. Gestão financeira pública e aprovisionamento	A lei da administração pública	Saneamento das virtudes em matéria de recrutamentos no seio da administração pública	Fraco nível de politização da administração pública até 2025
	O regulamento interno da Administração	Tomada de medidas de aplicação do Regulamento interno da Administração pública	Nível de implementação do Regulamento interno da Administração pública
	Existência de uma instituição pública em matéria de segurança social dos funcionários do setor público	Implementação das disposições jurídicas em matéria de segurança	90% dos agentes públicos têm cobertura social até 2025
5.2.2. Gestão dos recursos humanos	Eficiência na prestação de serviço	Elaboração de um programa de reforço de capacidade dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
	Reforma da administração pública	Tomada de medidas de aplicação da Lei em matéria de carreira do pessoal	Percentagem de renovação do pessoal baseada na lei
	Reforma da administração pública	Instauração de um sistema de aumento da motivação do pessoal	Aumento da taxa de produtividade de 40 % até 2025
	Prestação de serviço eficiente	Criar um programa de reforço das capacidades de recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
5.2.3. Responsabilidade, transparência e integridade na função pública	Ética e deontologia profissional	Instaurar um sistema de avaliação do pessoal no seio da Administração	A taxa de satisfação da população para com a Administração
	A lei e Regulamento interno da Administração	Elaboração de um programa de reforço de capacidades dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
	Credibilidade da Função Pública	Elaboração de um programa de reforço de capacidades dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025

C. Prestação de serviços

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
5.3.1. Quadro regulamentar (Papel do Estado na prestação de serviço)	As leis do país	Criação de uma política de rentabilização de determinados serviços públicos	Taxa de crescimento das receitas públicas
	As leis do país	Operação de reformas em matéria de prestação de serviços públicos	Taxa de crescimento das receitas públicas
	Existência de Instituições do Estado	Operação de reformas da fiscalidade para que seja mais atrativa	Taxa de crescimento das receitas públicas
	Admissão na função pública por via de concurso publico	Estabelecimento de medidas de reforço do sistema nacional de integridade	Redução da taxa de corrupção de 40% até 2025
5.3.2. Capacidade de prestação de serviço	Existência de serviços públicos	Criação de fundos especiais para os serviços públicos	Nível de financiamento dos serviços públicos
	Conhecimento dos resultados	Nova implementação	60% suscetíveis de serem resolvidos até 2030
	Lei dos serviços públicos	Retoma da prática dos concursos públicos	Taxa de apreciação da eficácia dos serviços públicos pela população
	Controlo parlamentar	Operacionalização do controlo parlamentar no funcionamento de serviços públicos	Taxa de crescimento de 45% da eficácia dos serviços públicos até 2025

D. Acesso e distribuição de serviços

Subdimensões	Fatores de resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível do país
5.4.1. Saneamento ambiental	Existência de uma política de saneamento	Execução da política nacional de saneamento	Redução da taxa de mortalidade devido ao paludismo
	Existência de serviços públicos	Disponibilização dos recursos para o saneamento ambiental	Melhorar de 75% o funcionamento das infraestruturas
	Controlos parlamentares	Organização dos controlos parlamentares dos serviços de saneamento	Taxa de satisfação da população quanto aos serviços de saneamento
5.4.2. Comunicação e Informação	Existência de um código de etiqueta	Criação de um organismo responsável pelo respeito da ontologia	Redução da taxa de ações contra os órgãos de comunicação social

	Capacidade do pessoal ligado aos órgãos de comunicação social	Criar um programa de reforço de capacidade técnicas para jornalistas	Taxa de satisfação da população para com os jornalistas
	Maior produção	Criação de um programa de reforço de capacidades logísticas para órgãos de comunicação social	Taxa de satisfação da população para com os órgãos de comunicação social do país
	Capacidade do pessoal ligado aos órgãos de comunicação social	Criação de um programa de reforço de capacidades logísticas para jornalistas	Taxa de satisfação da população para com os órgãos de comunicação social do país
	Programa da alfabetização	Conceder facilidades de investimentos nos órgãos de comunicação social	Aumento da taxa de acesso à informação pela população
5.4.3. Água potável	Medidas preventivas	Melhorar as infraestruturas de distribuição	Taxa de acesso a 50 % de água potável até 2025
	Distribuição equitativa de água potável	Melhorar os serviços de distribuição de água potável tanto nas zonas urbanas quanto nas zonas rurais	Taxa de acesso a 50 % de água potável até 2025
	Mais meios logísticos, financeiros e administrativos	Criar um programa de reforço de capacidade na distribuição de água potável	Taxa de redução de doenças de origem hídrica
5.4.4. Educação	Restituição social, cultural e ética	Reforçar o programa de alfabetização no país	Redução da taxa de analfabetismo
	Descentralização	Criar um programa de reabilitação e/ou de construção de infraestruturas escolares	Taxa de acesso à educação para rapazes e raparigas
	Alfabetização	Continuação das reformas no setor da educação	Taxa de acesso à educação para rapazes e raparigas
	Implementação da política da educação	Criação de um programa de reforço de capacidade dos quadros do setor da educação	Taxa de melhoria do nível do ensino
	Reforma da do ensino	Continuação da reforma do setor da educação	Taxa de melhoria do nível do ensino
5.4.5. Energia (Elétrica)	Potencial hidrológico	Aumento da capacidade produção de eletricidade	Taxa de acesso à eletricidade pela população
	Distribuição frequente de eletricidade	Implementação da reforma do setor da energia	Taxa de acesso à eletricidade pela população
	Existência de serviço público de distribuição de eletricidade	Criação do programa de reforço de capacidades do serviço público de distribuição de eletricidade	Taxa de satisfação da população
5.4.6. Alojamento	Plano de urbanização	Implementação da política de alojamento	40% de redução de conflitos fundiárias até 2025
	A política de alojamento existe	Dotar o país de um plano nacional de administração territorial	Taxa de investimentos novos nas infraestruturas
	Implementação da política de infraestruturas	Implementação do plano de urbanização	Taxa de investimentos novos nas infraestruturas

5.4.7. Saúde	Reforço da capacidade e reforma	Estabelecer uma estratégia de mobilização de recursos para o reforço do setor da Saúde	Taxa de cobertura sanitária do país
	Criação de meios logísticos e financeiros	Criação de um programa de reforço das capacidades logísticas e das infraestruturas de Saúde	Taxa de melhoria das infraestruturas da Saúde 30% até 2025
	Programa de reforma do setor	Criação de um programa de reforço de capacidade técnicas no setor da Saúde	As condições de acesso aos cuidados da saúde melhoraram de pelo menos 30%.
	Reforço de capacidade e Reforma	Criação do programa de reforço de capacidades das infraestruturas da Saúde	Taxa de melhoria das infraestruturas da Saúde 30% até 2025
5.4.8. Segurança alimentar	Política de inspeção	Criação de uma política de inspeção sistemático da qualidade dos alimentos	Garantia de 100% da qualidade dos alimentos
	O governo faz alguns esforços no sentido de controlar os produtos importados expirados e aumentar o nível da produção local	Aumento do orçamento do setor Agrícola	Redução das importações de alimentos d 30%
5.4.9. Transportes	Criação de empresas de transportes públicos	Promoção de investimentos privados no setor dos Transportes	Número de empregos criados no setor dos Transportes
	Reformas	Criação de serviços de inspeção de transportes públicos	Taxa de redução de casos de acidentes
	Política de sensibilização à nacionalização dos transportes	Política de sensibilização à nacionalização dos transportes	50% das suscetibilidades de acidentes resolvidos até 2025

III. ESPETRO DA FRAGILIDADE DA GUINÉ-BISSAU

3.1. Apresentação e análise da fragilidade por PSG

O espectro da fragilidade da República da Guiné-Bissau realizado no mês de dezembro de 2016 apresenta-se do seguinte modo:

Figura 2 : Espectro da fragilidade da Guiné-Bissau em dezembro de 2016

PSG	Fase 1 : Crise	Transição			Fase 5. : Resiliência
		Fase 2. : Reconstrução	Fase 3. : Estabilização	Fase 4. : Trnasformação	
1. Políticas legítimas e inclusivas	1,55				
2. Segurança	1,76				
3. Justiça	1,7				
4. Fundamentos Económicos	1,52				
5. Rendimento e serviços		2			

A avaliação da fragilidade da Guiné-Bissau permitiu identificar este espectro que mostra que o PSG **Políticas legítimas e inclusivas**, o PSG **Segurança**, o PSG **Justiça** e o PSG **Fundamentos económicos** encontram-se na fase da Crise ao passo que o PSG **Rendimentos e serviços** se encontra na fase de Reconstrução. De constatar, por conseguinte, que o país está longe de alcançar a fase de Resiliência.

Mediante uma média aritmética de **1,52**, o PSG 4 Fundamentos económicos aparenta ser claramente aquele que se encontra mais em crise. Segue-se-lhe o PSG 1 Políticas legítimas e inclusivas (**1,55**) que afeta todos os outros PSG como sendo o principal fator de fragilidade na Guiné-Bissau. Também o PSG Justiça vem em terceiro lugar com uma média de **1,71**. Menciona-se sempre na análise que três agravantes influem no PSG 3: a instabilidade, a corrupção e as interferências dos atores políticos e os do setor de defesa e segurança na justiça, na segurança e na económica. Por último, igualmente sito na fase de Crise, o PSG Segurança mantém a Guiné-Bissau, com uma média **de 1,77**, na fragilidade apesar das reformas de que é alvo por parte do Estado com o apoio dos seus parceiros.

O único PSG fora da crise, Rendimentos e serviços (com uma média de 2) mantém-se principalmente graças à eficácia relativa da Administração pública na prestação de serviços

à população. Eis um fator de resiliência sobre o qual o Estado da Guiné-Bissau pode apoiar-se para assentar as reformas conducentes à saída da fragilidade.

3.2. Interação entre diversos PSG

A análise da fragilidade revela que a Guiné-Bissau não conseguiu atingir a resiliência em nenhuma dimensão, nem em subdimensão. A favor da recente remodelação governamental, o país conseguiu entrar na fase de Transformação na subdimensão “*Representação inclusiva nas instituições do Estado*”, do PSG 1 Política legítima e inclusiva.

Quando se passar em revista cada PSG, convém estabelecer uma classificação das Dimensões que influem fortemente na fragilidade da Guiné-Bissau. Deve-se notar por ordem crescente nessa classificação, o seguinte:

- **88,89 %**: na Dimensão *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de segurança*, PSG Segurança;
- **88,89 %**: na Dimensão *Emprego e meios de subsistência*, do PSG 4 Fundamentos económicos;
- **75%**: na Dimensão *Acordo política*, do PSG 1 Política legítima e inclusiva;
- **72,73%**: na Dimensão *Condições de segurança*, do PSG 2 Segurança;
- **50%**: na Dimensão *Produção de receitas*, do PSG 5 Rendimentos e serviços,
- **50%**: na Dimensão *Recursos produtivos e projeções do crescimento*, do PSG 4 Rendimento económicos;
- **50%**: na Dimensão *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça* do PSG Justiça.

Deve-se ter porém em consideração as Dimensões em que o país efetuou esforços para sair da Fase da Crise e colocar-se na da Reconstrução. Trata-se nomeadamente do seguinte:

- O *Desempenho e capacidade de resposta das instituições do setor de segurança* com **90%**, no PSG 2 Segurança;
- A *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de segurança* com 88,89%, no PSG 2 Segurança;
- A *Prestação de serviços* com **75%**, no PSG 5 Rendimentos e serviços;
- O *Acesso e a distribuição de serviços* com **68,75%**, no PSG 5 Rendimentos e serviços;
- O *Desenvolvimento do setor privado* com **55,56%**, no PSG 4 Fundamentos económicos;
- As *Condições de justiça* com **50%**, no PSG 3 Justiça;
- A *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça* com **50%**, no PSG 3 Justiça;
- A *Gestão dos recursos naturais* com **50%**, no PSG 4 Fundamentos económicos;
- A *Produção de receitas* com **50%**, no PSG 5 Rendimentos e serviços.

3.3. Avaliação da fragilidade e Plano Estratégico e Operacional 2015-2020

3.3.1. A coerência entre o Plano 2015 -2020 e o *New Deal*

Desejosa de sair da fragilidade, por conseguinte, de se dirigir decisivamente à resiliência, a Guiné-Bissau já se dotou de um Plano Estratégico e Operacional Nacional para o período de 2015 a 2020. Esse plano inscreve-se nas agendas internacionais de desenvolvimento e, nomeadamente, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2063 das aspirações da União africana e do *New Deal*. A título de confirmação, eis um diagrama que converge o Plano com os PSG.

Tabela 11 : Matriz de coerência entre os objetivos da *New Deal* edo Plano Nacional 2015 -2020

Objetivos da <i>New Deal</i>	Objetivos do PLANO 2015 - 2020
<p>1. <u>Política legítima e inclusiva:</u></p> <p>Encorajar acordos políticos inclusivos, legítimos no olhar da população e favorecer a resolução de conflitos</p>	<p>1.1. Promover o desenvolvimento local, a descentralização e a participação cidadã</p> <p>1.2. Edificar um ambiente de negócios favoráveis ao desenvolvimento do setor privado</p>
<p>2. <u>Segurança</u></p> <p>Estabelecer reforçar a segurança de pessoas</p>	<p>2.1. Assegurar a boa gestão da defesa e segurança</p> <p>2.2. Edificar um ambiente de negócios favoráveis ao desenvolvimento do setor privado</p>
<p>3. <u>Justiça</u></p> <p>Remediar às injustiças e aumentar o acesso das pessoas à justiça</p>	<p>3.1. Reforçar o sistema judicial e edificar um Estado de direito</p> <p>3.2. Edificar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do setor privado</p>
<p>4. <u>Fundamentos económicos</u></p> <p>Criar empregos e melhorar os meios de subsistência</p>	<p>4.1. Desenvolver o emprego a inserção de jovens</p> <p>4.2. Edificar uma rede nacional moderna de transporte multimodal</p> <p>4.3. Edificar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do setor privado</p> <p>4.4. Valorizar plenamente o potencial agrícola do país</p> <p>4.5. Edificar um setor das pescas sustentável e de forte valor acrescentado</p> <p>4.6. Fazer das ilhas Bijagós e eventualmente da Guiné-Bissau um destino económico de primeira classe</p> <p>4.7. Valorizar o potencial mineiro no respeito rigoroso das normas ambientais</p> <p>4.8. Instaurar um quadro regulamentar e institucional de desenvolvimento sustentável e de proteção da biodiversidade</p> <p>4.9. Conhecer, garantir a segurança e administrar o ecossistema</p> <p>4.10. Regular a exploração de recursos naturais renováveis a fim de assegurar a sua renovação biológica</p> <p>4.11. Criar um Plano de Clima aumentando a resiliência do território nacional às alterações climáticas</p>
<p>5. <u>Rendimentos e serviços</u></p> <p>Gerir as receitas públicas de uma forma eficaz e reforçar as capacidades em prestação de serviços responsável, de qualidade e equitativa</p>	<p>5.1. Melhorar a gestão das finanças públicas</p> <p>Reforçar e modernizar a administração pública</p> <p>5.2. Edificar um Sistema de Informação nacional integrado e coerente</p> <p>5.3. Garantir uma oferta energética acessível e de qualidade</p> <p>5.4. Generalizar o uso das tecnologias de informação e comunicação</p> <p>5.5. Melhorar o acesso à água e ao saneamento</p>

- | | |
|--|---|
| | 5.6. Assegurar a renovação urbana e a administração equilibrada e sustentável do território |
| | 5.7. Edificar um sistema educativo de qualidade orientado para o emprego |
| | 5.8. Melhorar a Saúde |
| | 5.9. Promover o renascimento cultural e redinamizar o desporto e a política da juventude |
| | 5.10. Reforçar a proteção social e reduzir consideravelmente a pobreza |

A Tabela supra indica bem convergências entre os objetivos de Consolidação da paz, de Reforço do Estado (*New Deal*) e os do Plano Estratégico e Operacional Nacional da Guiné-Bissau. A maioria dos objetivos do Plano (12) é orientada para Fundamentos económicos (PSG 4). Vêm em segundo lugar os objetivos do Plano (11) relativos a Rendimentos e serviços (PSG 5). Os PSG 1, 2 e 3 do *New Deal* convergem cada qual com um objetivo do Plano 2015-2025 da Guiné-Bissau. De igual modo, esses 3 PSG partilham um Objetivo comum no mesmo Plano: trata-se do Objetivo relativo à promoção de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do setor privado.

3.3.2. Tomada em consideração do New Deal no Plano 2015 - 2020

Tendo em conta que a Guiné-Bissau está empenhada na agenda internacional do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e da Agenda 2063 a media que a avaliação da fragilidade serve de instrumento técnico para ali levar o grupo dos Estados frágeis de que faz parte, parece judicioso ter em consideração os fatores de riscos identificados nas Dimensões seguintes, integrando-os no Plano 2015-2025.

Essa integração tem tanto a ver com as ações prioritárias como com os indicadores de todas as subdimensões contidas nas seguintes Dimensões:

- *Acordo político*, do PSG 1 Política legítima e inclusiva;
- *Condições de segurança*, do PSG 2 Segurança;
- *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor de segurança*, do PSG 2 Segurança;
- *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça*, do PSG 3 Justiça;
- *Emprego e meios de subsistência*, do PSG 4 Fundamentos económicos;
- *Produção de receitas*, do PSG 5 Rendimentos e serviços;
- *Recursos produtivos e projeções de crescimento*, do PSG 4 Fundamentos económicos.

Também, para consolidar os esforços de saída da crise que se manifestam por certas Dimensões situando o país na fase de Reconstrução, convém ter esta em consideração aquando da junção necessária entre o *New Deal* e o Plano 2015-2025:

- *Desempenho e capacidade de reação das instituições do setor da segurança*, no PSG 2 Segurança;

- *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da segurança*, no PSG 2 Segurança;
- *Condições de justiça*, no PSG 3 Justiça;
- *Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça*, no PSG 3 Justiça;
- *Desenvolvimento do Setor privado*, no PSG 4 Fundamentos económicos;
- *Gestão dos recursos naturais*, no PSG 4 Fundamentos económicos;
- *Produção de receitas*, no PSG 5 Rendimentos e serviços;
- *Prestação de serviços*, no PSG 5 Rendimentos e serviços;
- *Acesso e distribuição de serviços*, no PSG 5 Rendimentos e serviços.

3.4. Recomendações

Após ter consultados as diversas partes interessadas mediante diversas ações e reuniões, passado em revista um documento e observado tanto em Bissau como nas Regiões as diversas facetas e realidades da Guiné-Bissau, parece necessário propor algumas pistas de trabalho futuro para atacar profundamente as causas da fragilidade e para consolidar o que foi realizado. Desta feita, recomendou-se ao Governo da Guiné-Bissau, na sua qualidade de ator principal na implementação do *New Deal*.

A. Em relação ao contexto geral

- Revisitar o Plano Estratégico Operacional Nacional da Guiné-Bissau subdividindo-o em dois documentos distintos: por um lado, um plano estratégico que se estende num período de cinco (5) anos com uma projeção de um Quadro de Despesas a Curto e Médio Prazo (CMP) e não se estender num período dez (10) anos como é o caso no presente documento. Por outro lado, um plano anual dito operacional ou ainda Plano de ações prioritária devendo definir as prioridades do exercício orçamental;
- Integrar os resultados e as recomendações da avaliação da fragilidade no Plano Estratégico e no Plano Operacional revistos;
- Tornar efetivo o Comité Técnico de acompanhamento da implementação do *New Deal* facilitando o seu funcionamento pela realização periódica de trabalhos de acompanhamento dos indicadores de resultados da avaliação da fragilidade;
- Criar **um quadro de concertação permanente Estados-OSC-Parceiros** em prol de um diálogo-país estrutural sobre o acompanhamento da implementação de cada estratégia setorial de desenvolvimento, em ligação com cada PSG tal como indicado na Tabela 11 (Matriz de coerência entre os objetivos do *New Deal* e do Plano Nacional 2015-2025);
- Tratar com determinação as diversas desigualdades históricas nos diversos setores da vida nacional.

B. Em relação ao PSG 1: Política legítima e inclusiva

- Acionar os mecanismos de **revisão constitucional** conducentes ao equilíbrio de poderes e ao reforço da estabilidade das instituições do Estado tanto a nível central como a nível regional;
- Prosseguir com o **processo de descentralização** a fim de não só reforçar a autoridade do Estado mas também permitir que as regiões e as municipalidades sejam verdadeiros centros de impulso do desenvolvimento local e da luta contra a pobreza;
- Prosseguir com o **processo eleitoral organizando eleições locais e municipais**;
- Reforçar os **mecanismos de diálogo político permanente e duradouro** fazendo funcionar quer os laços de colaboração entre as instituições do Estado, quer dando o contributo da Comissão nacional de reconciliação;
- Criar um espaço de concertação e de diálogo permanente entre todas os políticos e os atores sociais a fim de permitir consequentemente a identificação precoce, a prevenção e a resolução de conflitos;
- Criar um pacto de estabilidade política e social capaz de permitir a o cumprimento dos compromissos tomados pelas diversas partes interessadas a para garantir a estabilidade governamental;
- Implementar a lei das autoridades locais;
- Reabilitar ou garantir a construção de novas infraestruturas a nível regional;
- Dotar as regiões fronteiriças de recursos humanos e logísticos para assegurar a maior segurança;
- Promover maior abertura por parte dos partidos políticos no que diz respeito à criação de condições para garantir uma maior democracia interna;
- Concluir o processo legislativo da lei sobre a paridade que permita uma participação equilibrada entre mulheres e homens na condução dos assuntos do Estado.

C. Em relação ao PSG 2: Segurança

- Prosseguir com a **reforma do setor da defesa e segurança**;
- Definir claramente o **papel e as responsabilidades das forças armadas** com base numa estratégia lúcida de segurança nacional e de uma avaliação igualmente quanto clara;
- Levar as forças da defesa e segurança a **permanecer fieis aos princípios da neutralidade e da defesa intransigente dos valores republicanos** rejeitando toda tentativa de manipulação ou instrumentalização;
- Reforçar a **parceira com a CEDEAO** não só para a continuação da missão da ECOMIB mas também para consolidar a paz no país;
- Reforçar os **recursos humanos, financeiros e logísticos** no setor da segurança;
- Devolver o **poder da definição da política de segurança nacional** aos dirigentes civis legítimos e criar um controlo legislativo ativo;

- **Por fim** as interferências dos atores do setor da defesa e segurança nos campos político, judicial e económico e fiscal;
- **Lutar contra a corrupção** no setor da justiça;
- Promover o intercâmbio de experiência entre as forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau e as do Senegal;
- Criação de guichet único para o pagamento de mercadorias/produtos em termos de zonas fronteiriços;
- Reforçar o dialogo e a comunicação entre as instituições.

D. Em relação ao PSG 3: Justiça

- Reforçar a **independência da Justiça** submetendo a escolha dos membros do Supremo Tribunal de Justiça à eleição de todos os altos magistrados do país antes da sua investidura pelo Chefe de Estado;
- Implementar **um programa de reforço de capacidades** do pessoal do setor da justiça;
- **Pôr fim às interferências** políticas e militares no setor da justiça;
- **Lutar contra a corrupção** no setor da justiça;
- Difundir e vulgarizar as leis existentes;
- Assegura a formação continua dos membros da rede no domínio técnico da mediação, gestão e resolução de conflitos;
- Realizar a campanha de sensibilização para a importância das mulheres na resolução de conflitos;
- Sensibilizar as autoridades tradicionais sobre a importância da justiça formal;
- Assegurar a inclusão das mulheres no direito à propriedade e à sucessão (poder tradicional);
- Criar serviços médicos e de assistência medicamentosa nos centros de detenção;
- Retomar a cooperação entre a Guiné-Bissau e Portugal, no domínio da forma jurídica;
- Construir prisões de alta segurança em quatro províncias (Norte, Sul, Este e Centro)
- Construir um centro de acolhimento e de readaptação de jovens infratores.

E. Em relação ao PSG 4: Fundamentos económicos

- Realizar um estudo sobre **diversificação da economia** e promover a implementação das recomendações;
- Proceder à **revisão de contratos de recursos naturais** a fim de reforçar a transparência e maximizar as receitas públicas;
- Adotar **uma política nacional de financiamento de projetos de jovens e mulheres empresários**;
- Definir a **política nacional de industrialização** do país;
- Promover investimentos para a **implementação do Projeto de construção do Porto de Buba**;

- Promover o **aumento de investimentos nos setores de infraestruturas, agricultura, recursos naturais, pesca e floresta;**
- Lutar contra a corrupção para **reforçar a confiança da população e dos investidores;**
- Elaborar **um plano nacional de administração territorial** a fim de facilitar uma repartição apropriada de oportunidade de desenvolvimento de diversas regiões;
- Desenvolver **uma estratégia de desenvolvimento em torno da castanha de caju** criando uma fileira indo da produção agrícola à transformação industrial do suco de caju em sumo, da utilização da polpa de fruta à produção de sabão, etc.
- Melhorar as condições de trabalho e fornecimento de equipamentos de pesca adequados;
- Encorajar a utilização de faturas nas praticas de vendas de bens e serviços;
- Realizar a capitalização do setor privado (criação de fabrica de produtos e de sociedades afins);
- Preparar uma política de equidade (Salários equitativas, uma melhor repartição de riquezas e de oportunidades);
- Iniciar a adoção de um código das minas na UEMOA;
- Criar condições favoráveis a atrair investimentos diretos estrangeiros;
- Encorajar a formalização do setor informal.

F. Em relação ao PSG 5: Rendimentos e serviços

- Reforço do **papel do Parlamento em matéria de aprovação de orçamentos e controlo das despesas públicas;**
- Realizar um estudo sobre a **mobilização de recursos** para a realização de objetivos de desenvolvimento do país no âmbito da Visão 2025;
- Prosseguir com as **reformas na administração pública;**
- Criar **um mecanismo transparente e perene em matéria** de recrutamentos na administração pública;
- Melhorar a **gestão das finanças públicas;**
- **Lutar contra a corrupção na prestação de serviços públicos** para reforçar a confiança da população;
- Confirmar o recrutamento de quadros através de um concurso público e em conformidade com as áreas de especialidade;
- Elaborar e implementar um programa de reforço de competências de funcionários;
- Elaborar e implementar mecanismos de reforço de e do controlo das receitas públicas;
- Instaurar um sistema de pagamento de todos os impostos e taxas por via bancária;
- Reforçar a sensibilização contínua à reforma dos procedimentos;
- Reforçar as ações de formação dos funcionários e estabelecer parcerias para bolsas e formação de funcionários;
- Instaurar a transparência na seleção e execução da adjudicação de contratos de serviço público;
- Melhorar a prestação de serviços graças à função empresarial.

CONCLUSÕES

Mediante o apoio dos parceiros, a Guiné-Bissau acabou de proceder, pela primeira vez, à avaliação de um nível de fragilidade. Houve um momento de diálogo profundo e geral entre as diversas partes interessadas da Guiné-Bissau sobre os diversos fatores da fragilidade do país, bem como as vias e os meios de saída. Esse exercício permitiu aproveitar dos progressos registados graças nomeadamente á reforças, medidas e ações empresariais para alcançar a resiliência. Por último, permitiu de igual modo medir as falhas ou os estrangulamentos que persistem na implementação do *New Deal* de forma a encontrar medidas corretas e realizar os ajustamentos necessários no futuro.

À luz do espetro de fragilidade decorrente dessa avaliação, as análises revelaram que em geral a Guiné-Bissau encontra-se na fase de crise excetuando-se dos PSG 5 Rendimentos e serviços. Por exemplo, a instabilidade política e as interferências de atores de segurança nas esferas política, judicial, económica e de administração pública constituem os principais determinantes da fragilidade desse país. A título de prova e por divergências políticas entre atores institucionais, o Estado da Guiné-Bissau não se dotou de um orçamento para o exercício, nem de orçamento de 2017.

Além do que precede, a não diversificação do setor produtivo, a corrupção e as limitadas oportunidades de investimento não favorecem tão pouco o crescimento económico, a criação de empregos e a prestação de serviços de qualidade à população.

Daí a necessidade de ter em consideração os fatores de resiliência de que dispõe o país em cada PSG analisado, a fim de entabular inexoravelmente a marcha rumo a uma saída durável da crise. Para o efeito, as propostas de junção entre as prioridades identificadas pela avaliação e o Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 apelam que sejam tidas em consideração.

XXXXX
XXX
X

ANEXOS

Anexo 1 : Matrizes de fragilidades

a) Matrizes de fragilidade do PSG 1 : Política legítima e inclusiva

Dimensões	Subdimensões	Fatores de riscos	Fatores de resiliência	Fase 1: Crise	Situação atual	Fatores 5: Resiliência	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível de país	
1.1. Acordo	1.1.1. Processo de paz e de diálogo político	Nenhuma revisão, nem promulgação da Constituição	Existência de mecanismos de revisão constitucional	A revogação intempestiva do governo pelo Chefe de Estado	O governo não é investido pela Assembleia	Revisão da Constituição	X					Desencadear os mecanismos de revisão constitucional	Taxa de redução da interferência do Executivo nos outros poderes	
		Lutar para o controlo dos poderes do Estado	Criação da Comissão nacional de Reconciliação	Ausência crónica de diálogo entre atores políticos	Ausência de diálogo político sério no seio e entre os partidos	Um mecanismo de diálogo político permanente entre atores políticos e no seio dos partidos	X					Pôr em funcionamento um espaço de diálogo permanente	Número de resoluções que entraram em vigor graças ao mecanismo de diálogo criado	
		A não conformidade com as leis	Existência do Supremo Tribunal de Justiça	As intervenções militares na política	Bloqueio política e um funcionamento anormal das instituições	Funcionamento normal das instituições	X						Reforçar os poderes das instituições responsáveis pela observância das leis	Taxa de redução de intervenções militares na esfera política
		Desequilíbrio dos poderes entre as instituições do Estado e os partidos políticos	Mecanismos de revisão constitucional existentes	Instabilidade institucional (Derrubes sucessivos do governo)	Instabilidade institucional (Derrubes sucessivos do governo)	Estabilidade do governo	X						Proceder à revisão constitucional e da lei sobre os partidos políticos	Taxa de aumento da longevidade do governo
		Partilha do poder entre os órgãos de soberania	Governo inclusivo	A paz era muito frágil	A paz continua frágil	Todas as instituições funcionam normalmente					X		Consolidar um mecanismo de distribuição equitativa do poder	Longevidade das instituições
	Fraca capacidade de liderança	Existente uma lei sobre políticas	Ausência de mecanismo prático de	Ausência de mecanismo prático de	Menos ou nenhum conflito no			X				Criar um mecanismo de aplicação da lei	Taxa de redução do número de conflitos no seio	

político	1.1.2. Acordo sobre a partilha do poder/luta pelo poder			aplicação das leis sobre os partidos políticos	aplicação das leis sobre os partidos políticos	seio dos partidos políticos					sobe os partidos políticos	dos partidos políticos	
		Desequilíbrio excessivo na partilha de poderes entre as instituições	Constituição	Concentração e abuso de poder	Concentração e abuso de poder	Limitação do poder	X					Reduzir as competências e as responsabilidades de encargo público	Taxa de redução de conflitos de competências entre instituições
		Não respeito das regras de ética	Tomada de consciência política	Humanidade política	Humanidade política	Maturidade política	X					Iniciar um programa nacional de reforço de capacidades em governação política	Taxa de redução de conflitos de competências entre as instituições e entre estas e os partidos e no seio destes
		Guerras internas pelo controlo do poder	Acordo de Conacri	Ausência de partilha de poderes	Ausência de partilha de poderes	Uma partilha equitativa de poderes	X					Proceder à revisão da Constituição e da lei dos partidos políticos	Aumento da duração da longevidade das instituições
	1.1.3. Presença territorial do Estado (Relações centro periferia)	Demissão dos responsáveis locais	Lei eleitoral de municipalidade	Fraca presença do Estado nas regiões	Fraca presença do Estado nas regiões	Forte presença do Estado nas regiões	X					Organizar as eleições municipais e regionais	Taxa de aumento das decisões tomadas a nível local
		Concentração de poderes em Bissau em detrimento das regiões	Lei eleitoral de municipalidade	Descentralização não efetiva	Descentralização não efetiva	Partilha efetiva de competências entre a Capital e as regiões/Municípios	X					Organizar as eleições municipais e regionais	Taxa de satisfação da população com a prestação das autoridades locais
		Fracos recursos afetados à regiões	Lei de finanças locais	A ausência de autoridade do Estado	A ausência de autoridade do Estado	Forte presença de autoridade do Estado	X					Reforçar a aplicação da lei das finanças	Taxa de aumento das dotações das regiões e municípios
	1.2.1. Ambiente propício á participação política	Os maus comportamentos dos atores políticos	Acordo de Conacri	Lacunas na aplicação prática da lei sobre os partidos políticos	Lacunas na aplicação prática da lei sobre os partidos políticos	A confiança nos atores políticos	X					Criação do programa de formação dos líderes políticos	Taxa de aumento das adesões aos partidos políticos
		Pressão interna dos partidos	Leis sobre aos partidos políticos	Incumprimento das promessas eleitorais	Incumprimento das promessas eleitorais	Realização das promessas eleitorais	X					Criação de um programa de formação dos líderes políticos	Taxa de aumento das adesões aos partidos

													políticos		
		Autoritarismo e divisões internas no seio dos partidos políticos	Leis sobre os partidos políticos	Ausência de democracia no seio dos partidos políticos	Ausência de democracia no seio dos partidos políticos	Democracia partidária completa	X						Proceder à reforma da lei sobre os partidos políticos	Taxa de redução dos conflitos no seio dos partidos políticos	
1.2. Processos políticos e instituições	1.2.2. Representação inclusiva nas instituições do Estado	Afetação da função pública numa base partidária	EPAP	Natureza partidária das instituições do Estado	Natureza partidária das instituições do Estado	Uma função pública não partidária				X			Tornar transparentes os processos de nomeação dos Diretores	Número de testes de recrutamento por concurso público na Função Pública	
		Ineficiência da Lei da função pública	EPAP	Desigualdade na repartição de postos de trabalho	Desigualdade na repartição de postos de trabalho	Repartição de postos de trabalho nas instituições do Estado com base no mérito				X			Proceder à revisão da lei sobre a Função Pública	Taxa de acesso aos postos de trabalho na Função Pública	
		Desrespeito da capacidade das mulheres	As recomendações de Canchungo	Fraca representação das mulheres na esfera do processo de decisão	Fraca representação das mulheres na esfera do processo de decisão	Representação efetiva das mulheres na esfera do processo de decisão					X		Fazer votar uma lei sobre a paridade de género na esfera do processo de decisão	Taxa de representação feminina na esfera de processo de decisão	
	1.2.3. Equilíbrio do Executivo	Concentração de principais alavancas do executivo por m grupo social	Inexistentes	Desequilíbrio do Executivo	Desequilíbrio do Executivo	Equilíbrio partidário	X							Proceder ao controlo parlamentar	Taxa de representação dos diversos grupos sociais nas esferas de decisão
		Discriminação entre os sexos	Recomendação de Canchungo	Maior desequilíbrio na representação de género	Maior desequilíbrio na representação de género	Maior participação das mulheres na esfera da decisão					X			Criação do programa de reforço das capacidades de liderança feminina	Mais representações femininas
		Tráfico e influência partidária nas nomeações	Inexistentes	Fraca taxa de observação com competência	Fraca taxa de observação com competência	Nomeações baseadas na competência	X							Estabelecer critérios transparentes nas nomeações no seio do executivo	Publicação relativas aos precedentes de cada funcionário promovido

		Luta pelo acesso à riqueza	Lei eleitoral	Fricções constantes entre os grupos	Fricções constantes entre os grupos	Harmonia entre os grupos	X					Promover o acesso equitativo à riqueza pelos grupos	Taxa de acesso equitativo à riqueza por todos os grupos	
	1.3.1. Relações entre grupos	A falta de recursos próprios	Estatutos	Não houve nenhuma divisão	Divisão sociedade civil	Coesão no seio da Sociedade Civil	X					Promover a criação de um quadro de concertação entre diversas OSC em torno de cada eixo do plano estratégico operacional bem como uma equipa de país sobre o <i>New Deal</i>	Número de ações conjuntas realizadas em matéria de sensibilização da população e de defesa de causa da sociedade civil	
		Ausência de oportunidade de colaboração	Inexistentes	Desconhecimento mútuo	Desconfiança no diálogo entre atores	Confiança no diálogo entre atores	X					Instaurar oportunidades de diálogos com vários atores	Número de ações em matéria do diálogo multissetoriais	
		1.3.2. Processos para a reconciliação e a resolução de litígios locais	Impunidade de certas pessoas	Existência de um Código Penal	As iniciativas de pôr fim à impunidade sempre existiram	Existe uma iniciativa parlamentar de pôr fim à impunidade	Os atos de luta contra a impunidade tornam-se reais	X					Criação de iniciativas de luta contra a impunidade de todos os atores (inclusive os poderes tradicionais)	O número de sanções executadas contra todos os atores (inclusive os poderes tradicionais)
1.3. Relações sociais	A não sensibilização da população para a cultura de paz em matéria de propriedade fundiária		CNA. Paz de Rec.	Desconfiança da população em matéria de propriedade fundiária	Desconfiança da população em matéria de propriedade fundiária	Apropriação pela população das iniciativas de paz em matéria de propriedade fundiária		X					Fazer apoiar a Lei sobre a propriedade fundiária	Taxa de redução de contitos fundiários
	Frustração devido a não repartição dos prejuízos em período de guerra		O Código Penal	Impunidade	Persistência dos litígios	Reconciliação e resolução de litígios		X					Organizar uma conferência nacional de identificação dos culpados	Número de casos de reparação de prejuízos
	A ausência de acordo quadro de parceria entre o governo e um		Existência de um quadro de concertação entre o	• Existência de certas organizações da sociedade civil não	• As OSC pouco associadas no diálogo sobre as políticas	As OSC são envolvidas no diálogo sobre as políticas nacionais e			X				Avaliar as relações entre o governo e as OSC para efeito de requalificação	Aumento das ações de defesa de casos junto do governo

1.3.3. Qualidade e diversidade das organizações da sociedade civil	quadro de concertação das OSC	governo e os parceiros	profissional	do governo no âmbito do <i>New Deal</i>	regionais							
	Fraca concertação das OSC	Possibilidades de trabalho em sinergia no âmbito da implementação do <i>New Deal</i>	Dificuldades de realização das reuniões de concertação entre as OSC	Dificuldades de realização das reuniões de concertação entre as OSC	As OSC dispõem de um quadro de concertação incisivo	X					Organizar a concertação entre as OSC para que se dotem de um quadro concertação	Taxa de aumento das ações comuns entre as OSC
	Fracas capacidades técnicas, organizativas e financeiras	Existência de fundos de apoio da UE a vários setores de atividades das OSC	• As OSC são ativas em todos os setores, inclusivamente no contexto político e socioeconómico difícil	• As OSC são ativas em todos os setores, inclusivamente no contexto político e socioeconómico difícil	As OSC e as suas redes são operacionais	X					Promover a criação de um quadro de concertação nacional e regional das OSC	Número de decisões tomadas pelos poderes tradicionais e outras instituições da república, iniciadas pelas OSC e os diversos quadros de concertação
	A fraca capacidade financeira das organizações não governamentais	Prestação de serviços	As OSC são fracas nas regiões	As OSC são fracas no interior das províncias	As OSC são capazes financeira e tecnicamente de financiar as suas atividades			X			Criar um mecanismo nacional de financiamento dos projetos iniciados pelas OSC	Taxa de aumento das iniciativas dos cidadãos para o desenvolvimento local

b) Matrizes da fragilidade do PSG 2 : Segurança

Dimensões	Subdimensões	Fatores de riscos	Fatores de resiliência	Fase 1: Crise	Situação atual	Fatores 5: Resiliência	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência	Ações prioritárias	Indicadores a nível de país
2.1.1. Intensidade da violência		Instabilidade política	Observação rigorosa das leis	Violências e assassinatos de caráter político	Assassinatos	Um país seguro para todos	x					Sancionar os atos de violência e de assassinato de caráter político	Redução progressiva da violência nos 70% no caso de serem aplicadas as medidas sugeridas
		Impunidade dos autores de atos de criminalidade	Os esforços de diálogo e de sensibilização por certas ONG ativas no país	Práticas de atos de violência	Práticas de atos de violência	O país está livre de práticas de atos de violência	x					Intensificar as campanhas de educação ao respeito da vida e das virtudes do diálogo como modo de resolução de conflitos	A redução de 30% das práticas de atos de violências visadas prejudicadoras
		O nível da pobreza elevada da população	As campanhas de sensibilização por certas ONG	Numerosos casos de violência baseada no género	Persistência das situações de violência entre homens e mulheres	Escassez de casos de violências baseadas no género a nível da população	x					Sancionar os atores de atos de violência baseada no género	Redução de 35% dos casos de violência baseada no género
		Costumes retrógrados	As campanhas de sensibilização por certas ONG	Casamentos precoces e forçados	Casamentos precoces e forçados	Inexistência de casos de casamentos precoces	x					Aumentar as campanhas de sensibilização contra casamentos precoces e forçados	Redução de 80% e caso de casamentos precoces e forçados
2.1. Condições de segurança	2.1.2. Frequência da destabilização transfronteiriça	Fraco ou ausência do diálogo entre as partes em conflito	Os compromissos de paz e segurança assumidos no âmbito da CEDEAO	Rebelião contra as forças governamentais senegalesas	Rebelião em Casamança	Paz e estabilidade transfronteiriça	x					Avaliar periodicamente as medidas tomadas no âmbito da CEDEAO em matéria de estabilidade transfronteiriça	Diminuir de 60% os casos de violências transfronteiriças
		Violação das regras da CEDEAO	Dialogo permanente a nível da CEDEAO	Rebelião contra o governo da Guiné-Bissau,	O tráfico ilegal de mercadorias	Relações de boa vizinhança	x					Reforçar o diálogo com os Estados vizinhos	Redução da percentagem de casos de tráfico ilegal de mercadorias

		Ausência de boas condições de trabalho (recursos materiais e humanos)	Programas de desenvolvimento em curso nos países da sub-região	Conflitos entre as forças governamentais bissau-guineenses e senegalesas	A criminalidade transfronteiriça	A livre circulação de pessoas e bens	x					Disponibilizar os recursos previstos nos planos de desenvolvimento para melhoria das condições técnicas e materiais	Redução de 20% da taxa de criminalidade transfronteiriça
2.1.3. Papel do Estado e dos intervenientes não estatais		A Ausência de diálogo	Reorganização do Estado	Agravação com golpe de Estado	Desorganização internacional do Estado	Estabilidade política		x				Melhorar a governação política, a segurança judiciária e orçamental	Aumento de 80% do orçamento do Estado
		Lutas por interesses pessoais em detrimento do interesse geral	Avaliação do funcionamento das instituições políticas	Perturbações políticas e sociais	A ausência de condições técnica e materiais dos agentes públicos	Boa governação		x				Valorizar a administração pública	Taxa de redução da corrupção dos intervenientes estatais de 75%
		Corrupção	Despolitização da administração pública	Descontentamento da população	Fragilidade do Estado	Boa relação do Estado com os intervenientes não estatais		x				Admitir os quadros técnicos na administração pública por via de concurso público	Mediante um melhor nível de organização dos intervenientes não estatais, as capacidades poderão ser reforçadas até 60%
		Alguns esforços estão em curso, nomeadamente de segurança no interior do país e a abertura de nova agência de segurança	Admitir os quadros técnicos na administração pública por via do concurso público	Os intervenientes não estatais estariam em número limitado, dotados contudo de um mais alto nível de organização	Fraca capacidade dos intervenientes não estatais	Melhor capacidade dos intervenientes não estatais		x				Reforçar as capacidades dos agentes de segurança do Estado bem como dos atores não estatais Reforçar as capacidades dos agentes de segurança do Estado bem como	Número de agentes de segurança do Estado bem como dos atores não estatais cujas capacidades foram reforçadas.

		Má governação	Respeito exclusivo das leis e das normas	Respeito dos critérios de admissão	Incumprimento dos critérios de admissão	Respeito dos critérios de admissão		x				Melhorar o sistema de admissão na administração pública	Taxa de melhoria da percepção pública relativamente aos agentes públicos
	2.2.1. Gestão de recursos humanos e materiais.	Instabilidades,	Formação regular de quadros	Promoção e subida regular de escalão	Promoções e subidas de escalão arbitrárias	Necessidade de apoio dos parceiros para o desenvolvimento		x				Organizar a formação regular de quadros	Aumento de 55% dos recursos humanos e materiais
		Desrespeito pelas leis	Suprimentos de materiais	Formação e reforço das capacidades dos quadros	Ausência de formação dos quadros	Valorização dos quadros técnicos existentes no país		x				Implementar um programa de reforço das capacidades técnicas e logísticas	Aumento de 45% na gestão de recursos humanos e materiais
		Inexistência e não aplicação das normas	Reforço do compromisso e da responsabilidade dos ministérios do setor da segurança.	Ausência de controlo efetivo da vigilância civil	Ausência de controlo efetivo da vigilância civil	Regulamentação que fixa as normas ao nível da vigilância civil		x				Reforçar o compromisso e a responsabilidade dos ministérios do setor da segurança	Melhoria de 50% do controlo ao nível da vigilância civil
2.2. Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da segurança.	2.2.2. Fiscalização e responsabilidades das instituições do setor da segurança.	Falta de controlo efetivo da vigilância civil	Controlo efetivo na formação	Colaboração com as instituições do setor da segurança	Colaboração com as instituições do setor da segurança	Controlo efetivo na formação		x				Instituir um controlo efetivo na formação do pessoal do setor da segurança	Uma melhoria de 75% na percepção pública relativa aos agentes do setor da segurança
		Falta de compromisso do ministério ao nível da formação e reforço das capacidades dos agentes de vigilância civil	Reforço das capacidades dos agentes, criação	Existência da Polícia de Ordem Pública (POP)	Existência da Polícia de Ordem Pública (POP)	A Polícia de Ordem Pública dispõe de agentes de vigilância civil bem formados		x				Reforçar a capacidade dos agentes de vigilância civil	Melhoria de 80% na taxa de vigilância civil
	2.2.3. Relação com o sistema de segurança e justiça	Falta de formação e reforço das capacidades no domínio	Evitar a lentidão dos processos nos tribunais	Existência de colaboração entre o sistema de segurança e da justiça	Existência de colaboração entre o sistema de segurança e da justiça	Reforço da colaboração entre o sistema de segurança e da justiça			x			Organizar os mecanismos de reforço da colaboração entre o sistema de segurança	Reduzir em 30% a lentidão dos processos judiciais e de segurança

		dos direitos humanos										e da justiça	
		Falta de colaboração entre o sistema de segurança e da justiça	As relações entre os responsáveis dos ministérios relevantes	Baixo nível de intercâmbio de informações em matéria de direitos humanos	Baixo nível de intercâmbio de informações em matéria de direitos humanos	Menos casos de violação dos direitos humanos		x				Reforço das capacidades dos agentes do setor de segurança em matéria de direitos humanos	Aumento de 55% do desempenho em matéria de direitos humanos
		Violação frequente das competências por parte da polícia na resolução de determinados conflitos (usurpação de poderes)	Reforço da colaboração e da partilha de experiências	Assistência do sistema de segurança e da justiça	Assistência do sistema de segurança e da justiça	Formação e reforço das capacidades nesta matéria		x				Reforço da colaboração e da partilha de experiências entre a Justiça e o sistema de segurança	Diminuição em 50% nos casos de violação dos direitos humanos
2.3. Desempenho e capacidade de resposta das instituições do setor da segurança.	2.3.1. Confiança do público nas instituições do setor público	Desorganização do serviço de segurança	Boa governação	Mais confiança do público nas instituições de segurança	Desilusão total da população face às instituições de segurança	Melhor qualidade da prestação de serviços		x				Melhorar a boa governação das instituições de segurança	A taxa de satisfação do público com as instituições de segurança subiu 45%
		Fraco nível de qualificação dos agentes	Melhor prestação de serviços	Melhor qualidade da prestação de serviços	Corrupção generalizada	Eliminação da corrupção		x				Melhor prestação de serviços	A confiança do público nas instituições aumentou 55%
		Existência de corrupção		Baixo nível de corrupção	Existência de funcionários não qualificados	Nível mais elevado de qualificação dos agentes		x				Respeito dos critérios e normas de admissão nas instituições	Aumentar o nível de confiança do público nas instituições públicas
	2.3.2. Impunidade das instituições do setor da segurança	Desrespeito pelas leis	Melhoria das condições de trabalho	Queda durante os primeiros anos da independência	Incumprimento das leis em vigor	O setor da justiça dispõe de capacidade suficiente		x				Melhorar as condições de trabalho no setor da justiça	Diminuir os casos de impunidade para 25%
		Fragilidade do Estado,	Aumento dos salários	Maior respeito pelas leis	Injustiça	Menos impunidade,		x				Aumentar regularmente os salários dos funcionários públicos	Diminuir os atos de corrupção para 20%
		Baixo nível das condições de vida (salariais)	Reorganização dos serviços de segurança	Menos casos de corrupção	Numerosos casos de indisciplina	Verificação sistemática das contas e auditorias regulares		x				Reorganizar os serviços de segurança	Diminuir os casos de indisciplina para 60%

	A instabilidade, a política, a falta de recursos financeiros, a incapacidade dos recursos humanos	Reforço da colaboração entre as instituições	Debilidade nas chefias e no funcionamento das instituições de segurança	Debilidade nas chefias e no funcionamento das instituições de segurança	Implicação ativa dos agentes nos serviços de segurança	x					Reforçar a colaboração entre as instituições de segurança	O desempenho das chefias atingiu 75%
2.3.3. Responsabilidade das instituições do setor da segurança e tratamento dos grupos vulneráveis	Falta de serviços especializados	Criação das condições e meios necessários	Inexistência ou falta de condições e meios para a manutenção da segurança	Inexistência ou falta de condições e meios para a manutenção da segurança	Criação de serviços especializados		x				Melhorar as condições de trabalho com vista à manutenção da segurança	Aumentar em 20% os meios logísticos com vista à manutenção da segurança
	Inexistência de quadros especializados na área	Criação de centros de conhecimento	Ausência de serviços especializados para cuidar dos grupos vulneráveis,	Ausência de serviços especializados para cuidar dos grupos vulneráveis,	Capacidade para cuidar dos grupos vulneráveis em questões relativas à segurança		x				Criar centros de formação especializados para cuidar dos grupos vulneráveis em questões relativas à segurança	Aumento de 25% no tratamento dos grupos vulneráveis
	Inexistência de colaboração institucional	Formação dos quadros relevantes	Ausência de quadros qualificados para prestar assistência aos grupos vulneráveis	Ausência de quadros qualificados para prestar assistência aos grupos vulneráveis	Grande colaboração institucional na assistência aos grupos vulneráveis		x				Organizar a formação em matéria de assistência a grupos vulneráveis	Aumento de 55% nas responsabilidades de assistência a grupos vulneráveis

c) Matrizes de fragilidade do PSG 3: Justiça

Dimensões	Subdimensões	Causas dos riscos	Fatores de resiliência	Fase 1: Crise	Situação atual	Fase 5: Resiliência	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência	Ações prioritárias	Indicadores nacionais
	3.1.1. Acesso à justiça	Prática de justiça privada	As leis e os tribunais	Falta de escritórios de informação e aconselhamento jurídico	Falta de tribunais	Redefinição do mapa jurídico e criação de novos tribunais		x				Realizar campanhas de sensibilização jurídica junto das comunidades	Número de tribunais no país
		Instabilidade política	Constituição da República	Falta de recursos humanos qualificados	Negação de justiça devido a insuficiências económicas	Criação de novos tribunais e representação jurídica	x					Proceder à revisão das custas judiciais	80% dos tribunais funcionam
		Não cumprimento das decisões judiciais	Legislação de aplicação	Desilusão dos tribunais	Morosidade dos processos	Rapidez da justiça		x				Organizar uma campanha de informação e disseminação das leis	80% de comunidades sensibilizadas sobre o acesso à justiça e funcionamento dos tribunais
	3.1.2. Independência do processo judiciário	Falta de meios financeiros	Orçamento Geral do Estado	Tribunais independentes, submetidos ao poder do Estado (interferência e ingerência nas tomadas de decisões)	Tribunais independentes cuja decisão tem carácter vinculativo geral	Eleição do Procurador-Geral da República de entre os Procuradores-Gerais Adjuntos	x					Realizar ações para defender a importância e o respeito da separação de poderes	80% das pessoas são sensibilizadas
		Instabilidade política e institucional	Constituição da República e outros textos	Falta de liberdade do juiz	Separação de poderes	Comportamento dos magistrados em conformidade com a lei	x					Implementar um programa de reforço das capacidades dos magistrados	80% dos magistrados formados

		Falta de confiança da população na justiça formal	Leis em vigor	Nomeação do Presidente do Tribunal feita pelo Presidente da República	Fragilidade do cargo de PGR devido ao facto de ser nomeado pelo Presidente da República	Remuneração adequada dos operadores da justiça		x				Afetação de meios financeiros	80% das pessoas confiam no sistema judiciário
3.1. Condições de justiça	3.1.3. Justiça transitória	Sentimentos de ódio. Injustiça e espírito de vingança	Leis em vigor	Inexistência de uma comissão nacional de preparação para a reconciliação	Existência de uma comissão nacional de preparação para a reconciliação	Realização efetiva de uma verdadeira reconciliação nacional	x					Organizar campanhas de sensibilização para sublinhar a necessidade de reconciliação	Redução do número de casos de violência devido a vinganças
		Resolução dos crimes públicos	Leis em vigor	"Djecorendam" comissão ad hoc para a resolução de casos específicos predominantes no Este do país	"Djecorendam" comissão ad hoc para a resolução de casos específicos predominantes no Este do país	Mediação de determinados conflitos comunitários		x				Implementar um mecanismo de diálogo permanente entre as autoridades locais e os chefes tradicionais	80% das pessoas sensibilizadas quanto à necessidade de reconciliação
		Promoção da impunidade	Leis em vigor	Conselho de Anciões no seio de determinados grupos étnicos	Conselho de Anciões no seio de determinados grupos étnicos	Homologação pelos tribunais dos acordos obtidos pelos anciões			x				Implementar um mecanismo de diálogo permanente entre as autoridades locais e os chefes tradicionais

3.1.4. Relação entre os sistemas de justiça tradicional e formal.	Usurpação de competências por parte da justiça tradicional	Constituição da República	Inexistência de relações entre os dois sistemas	Inexistência de relações entre os dois sistemas	Responsabilidade total dos tribunais	X					Organizar campanhas de sensibilização orientadas para a comunidade	Número de casos da justiça tradicional transferidos para a justiça formal
	Orientação de uma determinada cultura	Constituição da República	Inexistência de uma relação formal entre os dois sistemas	Inexistência de uma complementaridade formal entre as práticas dos dois sistemas	Complementaridade pacífica			X			Implementar um mecanismo de coordenação dos sistemas	80% de adesão ao sistema de justiça do Estado
	Descrédibilização dos tribunais do Estado	Constituição da República e leis	Várias formas de resolver os mesmos casos	Várias formas de resolver os mesmos casos	Cooperação profícua entre os dois sistemas			X			Realizar ações de promoção de uma complementaridade eficiente	80% dos conflitos resolvidos através da mediação pelo sistema tradicional
3.2.1. Gestão dos recursos humanos e materiais	Corrupção no seio da administração judicial	Constituição da República e leis gerais	Falta de recursos humanos qualificados	Melhoria das capacidades dos quadros técnicos na administração da justiça	Respeito das regras de admissão e promoção	X					Tornar efetivo o funcionamento e a realização periódica de inspeções	Número de quadros formados e afetados
	Falta de meios financeiros	Orçamento Geral do Estado	Infraestruturas inadequadas	Falta de equipamentos adequados	Inspeções periódicas para a avaliação das capacidades	X					Dotar o setor da justiça de um orçamento apropriado	50% dos tribunais têm equipamentos adequados
	Má gestão de tesouraria dos tribunais	Regulamentos sobre a gestão de tesouraria	Falta de critérios objetivos para a seleção dos quadros para	Existência do CENJOF	Renovação do quadro de efetivos	X					Reforçar o controlo da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros das instituições	80% dos recursos humanos afetados nos tribunais

3.2. Capacidade e responsabilidade das instituições do setor da justiça.			admissão									
		Tráfego de influências	Lei orgânica	Falta de autonomia dos tribunais	Independência e dignidade do juiz	Independência efetiva dos tribunais		x			Implementar um programa de formação de inspetores	Número de casos de decisões judiciais que sancionam responsáveis de outros setores
		Interferência política	Legislação	Nomeação do Procurador-Geral da República	Nomeação do Procurador-Geral da República	Eleição do Procurador-Geral da República		x			Proceder à revisão da lei relativa à nomeação do Procurador-Geral da República	Número de casos sem interferência da política nas decisões da justiça
		Legitimidade limitada	Constituição da República e leis gerais	Eleição do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) por um número restrito de juizes	Eleição do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) por um número restrito de juizes	Eleição do Presidente do STJ por todos os juizes		x			Proceder à revisão da lei sobre a nomeação do Presidente do STJ	Porcentagem de juizes que participaram na votação do Presidente do STJ

3.3.1. Confiança do público nas instituições do setor da justiça	Justiça privada, ou seja, a justiça feita pela própria pessoa	Força coerciva das leis, eficácia e caráter vinculativo geral	Ausência de informação ou sensibilização das populações	Nenhuma suspeita ou quase nenhuma suspeita por parte do público relativa às decisões dos tribunais	Maior transparência, autonomia e imparcialidade na administração da justiça		x			Realizar ações de sensibilização ou informação das populações	Número de sessões de sensibilização e informação já realizadas em grande escala
	Incumprimento das sentenças e fuga dos criminosos	Política nacional para as prisões	Falta de prisões de alta segurança	Ineficácia das decisões judiciais	Disponibilidade de prisões de alta segurança	x				Implementar a Política Nacional para o Setor das Prisões	Confiança da população no setor da justiça
	Vingança privada	Alteração regulamentar	Morosidade dos processos	Morosidade dos processos	Rapidez dos processos			x		Melhorar as condições de trabalho	Redução do tempo de tratamento dos processos judiciais
	Anarquia total, desrespeito pela lei	Aplicação da lei e respetiva eficácia	As decisões não eram verificadas antigamente	Melhoria substancial das tomadas de decisões nos tribunais	Fazer respeitar a decisão dos tribunais através de meios de execução das sentenças				x	Organizar formações contínuas para os magistrados e avaliar as suas competências	10% dos conflitos resolvidos através dos tribunais judiciais
3.3. Desempenho e capacidade de resposta das instituições do setor da segurança.	3.3.2. Eficácia das instituições do setor da justiça										

	Falta de meios materiais e financeiros	Compromisso com vista à obtenção dos meios em falta	Melhoria substancial da aplicação da	Melhoria substancial da aplicação da Polícia Judiciária	Apresentar um melhor desempenho		x				Organizar sessões de formação e reciclagem dos técnicos	Taxa de melhoria dos serviços na implementação da política judicial
	Processos judiciais muito morosos e aumento do número de crimes	Alteração regulamentar	Pouca ação do Ministério Público	Falta de condições de trabalho e melhoria da intervenção da polícia judiciária	Promoção da legalidade pública			x			Campanha de sensibilização dos políticos sobre a ingerência nos assuntos do Ministério Público	Ação de alto nível por parte do Ministério Público e da Polícia Judiciária
3.3.3. Tratamento dos grupos vulneráveis	Perda de vidas humanas	Tratamento adequado e sistemático dos grupos vulneráveis	Não há proteção para os grupos vulneráveis (mulheres, crianças e idosos)	Há uma maior proteção dos grupos vulneráveis (mulheres, crianças e idosos)	Prestar assistência e proteger de forma mais eficaz estes grupos			X			Providenciar o aumento quantitativo e qualitativo do tratamento dos casos de grupos vulneráveis	Taxa de aumento do número de pessoas colocadas nas instituições que tenham uma boa formação na área do tratamento e prestação de cuidados a grupos vulneráveis

	Desrespeito das leis sobre o tratamento dos grupos vulneráveis	Existência de uma lei que pune a violência doméstica	Aumento da violência contra mulheres e crianças	Aumento da violência contra mulheres e crianças	Medidas de aplicação da lei que protege as mulheres e crianças	x					Organizar campanhas de sensibilização sobre os direitos dos grupos vulneráveis	Nível aceitável relativamente aos direitos fundamentais dos reclusos
	Ausência de política neste domínio	Alteração regulamentar e sensibilização das pessoas para os direitos das pessoas com deficiência	Não há proteção para estes grupos de pessoas	Proteção das pessoas com deficiência	Respeito dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência		x				Aumento das campanhas de sensibilização	Elevado nível de proteção das pessoas com deficiência

d) Matrizes de fragilidade do PSG 4: Fundamentos económicos

Dimensões	Subdimensões	Causas dos riscos	Fatores de resiliência	Fase 1: Crise	Situação atual	Fase 5: Resiliência	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstrução e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência	Ações prioritárias	Indicadores nacionais	
	4.1.1. Base dos recursos	Monocultura, agricultura manual, falta de incentivos à produção	Iniciativas locais de diversificação da economia, iniciativa “Mon na lama” e projeto do Ministério da Agricultura para aumentar a produção de arroz	Produção agrícola fraca	Produção agrícola fraca	Produção agrícola forte	X					Realizar um estudo sobre a diversificação e o financiamento da produção agrícola	Taxa de contribuição do setor agrícola para o PIB	
		Fraco investimento no setor do caju, deficiente aplicação da política agrícola	Iniciativa de transformação da castanha-de-caju (unidade de transformação de Quinhamel, Bula e Nhacra) em cooperação com a Líbia	Produção do caju em baixa	Produção do caju em alta	Aumento da produção e transformação do caju, melhorar a técnica de cultivo do caju (espaçamento)	X					Aumentar os investimentos no setor, implementar as políticas	Taxa de crescimento do rendimento nacional por habitante	
		Deficiente aplicação da política do setor da pesca, baixo investimento	Construção do Porto de Bandim, construção do laboratório de certificação da qualidade do peixe	Produção fraca	Produção muito fraca ao nível das pescas	Industrialização do setor da pesca, criação da frota de pesca nacional e abastecimento do mercado nacional	X						Implementar a política da pesca e realizar mais investimentos no setor	Redução da taxa de desemprego
		Pouco acompanhamento da aplicação da política agrícola (reflorestação), pouca educação ambiental dos atores do setor florestal	Moratória relativa ao corte e abate de árvores por um período de cinco (5) anos	Má exploração dos recursos florestais	Má exploração dos recursos florestais	Implementação da política agrícola (com base numa estratégia definida que vise explorar os recursos florestais)			X				Reforçar as medidas de avaliação e acompanhamento, promover a educação ambiental a todos os níveis	Taxa de contribuição do setor florestal para o PIB

4.1. Recursos produtivos e projeções de crescimento		Insegurança dos bens (roubos), assistência veterinária insuficiente, não definição de zonas de pastagem	Estruturas privadas de patrulhamento da comunidade	Má exploração do setor da pecuária	Má exploração do setor da pecuária	Melhoria da exploração do setor da pecuária, com vista a abastecer o mercado nacional	X					Reforçar as capacidades dos serviços de inspeção no setor da pecuária	Taxa de crescimento dos produtos da pecuária
	4.1.2. Infraestruturas	Instabilidade política (Porto de Buba, Cacheu), não afetação dos fundos de investimentos públicos	Projeto de construção do Porto de Buba e necessidade de atualizar os estudos de viabilidade	Piores condições das infraestruturas portuárias	Más condições das infraestruturas portuárias	Melhoria das condições dos portos e construção de novos portos	X					Promover os investimentos para a execução do projeto de construção do Porto de Buba	Taxa de crescimento das receitas resultantes da exploração dos portos
		Fraco investimento em infraestruturas de telecomunicações, falta de ligações ao cabo submarino	Entidade reguladora das telecomunicações	Fraco desenvolvimento das infraestruturas de telecomunicações	Fraco desenvolvimento das infraestruturas de telecomunicações	Telecomunicações digitais			X			Aumentar o orçamento para investimentos em infraestruturas de telecomunicações	Taxa de contribuição do setor das telecomunicações para o PIB
		Má gestão, investimentos insuficientes no setor da eletricidade, falta de pagamentos dos consumos por parte das entidades estatais	Adesão do país à Organização para o Aproveitamento da Bacia do Rio Gâmbia (OMVG)	Mau fornecimento de eletricidade	Melhoria da produção e fornecimento de eletricidade	Eletricidade disponível tanto no centro urbano como nas zonas rurais				X		Aumentar os investimentos no setor da produção de eletricidade	Taxa de contribuição do setor da produção de eletricidade para o PIB
	4.1.3. Economia informal e ilegal	Falta de incentivos fiscais à formalização das empresas, evasão fiscal	Criação do Centro de Formalização de Empresas	Vendedores ambulantes concentrados nos centros urbanos	Proliferação de vendedores ambulantes em todo o território nacional	Vendedores ambulantes organizados e formalizados		X				Reduzir os prazos e as formalidades relativas à formalização de empresas	Taxa de contribuição do setor privado para o PIB
		Mau funcionamento das estruturas estatais, evasão fiscal	Recenseamento das entidades turísticas realizado pelo Ministério do Turismo em parceria com o Ministério do Comércio	Poucos estabelecimentos informais	Estabelecimentos informais em alta (bares e apartamentos)	Abertura de estabelecimentos organizada, formalizada e fiscalizada		X				Melhorar o sistema de registo de estabelecimentos	Taxa de crescimento das receitas fiscais

		Corrupção, fraca capacidade de fiscalização das atividades piscatórias	Luta do Ministério das Pescas contra os campos de pesca ilegais	Fraco combate à pesca ilegal	Fraco combate à pesca ilegal	Redução da pesca ilegal				X			Lutar contra a corrupção, reforçar a capacidade de fiscalização	Nível de redução das práticas de pesca ilegais face à redução e ao aumento da contribuição do setor para o PIB
4.1.4. Desigualdade e		As poucas infraestruturas geradoras de emprego estão concentradas nos centros urbanos	Descentralização dos serviços públicos (documento de identificação nacional, ponto de registo de nascimentos, unidade de descasque das castanhas-de-caju)	Desigualdade de oportunidades de acesso ao emprego entre o meio rural e o centro urbano	Desigualdade de oportunidades de acesso ao emprego entre o meio rural e o centro urbano	Garantia de igualdade de oportunidades de acesso ao emprego entre o meio rural e o centro urbano	X						Implementar o plano nacional de ordenamento do território	Taxa de redução da desigualdade de oportunidades de acesso ao emprego entre o meio rural e o centro urbano
		Desigualdade no acesso ao financiamento	Forte compromisso do Governo com vista à aplicação da política de emprego	A instabilidade política gera crises que afetam o acesso às possibilidades de financiamento dos microprojetos	Fundos insuficientes para a promoção de investimentos	Existência de organismos de promoção e microcrédito.		X					Garantir condições equitativas de acesso ao microcrédito e formação para todos, incluindo os pequenos empresários	Taxa de acesso a financiamentos nas zonas urbanas e rurais, entre os sexos
		Concorrência desleal	Existência de uma legislação corretiva	Fraca capacidade das instituições para controlarem a aplicação das normas	Ingerência dos atores políticos na aplicação das normas de controlo	Existência de controlo das atividades económicas			X					Criação de mecanismos adequados e de uma instituição autónoma para controlar as atividades económicas
4.2.1. Quadro político e ambiental favorável à		Instabilidade política constante, não realização das reformas da administração pública	Criação da base de dados de funcionários públicos	Situação da política de emprego piorou	A situação atual da política de emprego é desfavorável	Criação de um ambiente político propício à criação de emprego	X						Prosseguir as reformas na administração pública	Número de empregos criados anualmente até 2025.
		Instabilidade política e governamental (Orçamento-Geral do Estado	Criação do centro de recenseamento e orientação dos candidatos a emprego sob a	Inexistência do instituto de emprego e formação profissional	Funcionamento deficitário do instituto de emprego e formação	Funcionamento eficaz do instituto de emprego e formação	X						Proceder à aprovação do Orçamento de Estado	Taxa de afetação de recursos orçamentais ao setor produtivo em geral e à formação

4.2. Emprego e meios de subsistência	criação de emprego e meios de subsistência	não foi aprovado)	tutela do Ministério da Função Pública		profissional	profissional							profissional em particular	
		Má governação, falta de uma definição clara da política nacional de industrialização, dificuldades ao nível da manutenção e conservação dos bens públicos	Instituto Nacional da Tecnologia Aplicada à Indústria (INITA)	Inexistência de um parque industrial	Inexistência de um parque industrial	O país dispõe de parques industriais							Definir a política nacional de industrialização do país	Número de empregos criados no setor industrial
		Fraca aplicação da política agrícola definida, predominância da agricultura de subsistência	Iniciativas locais de diversificação da economia, iniciativa “Mon na lama” e projeto do Ministério da Agricultura para o aumento da produção de arroz	Inexistência de estruturas agrícolas dotadas de pessoal assalariado	Limitação das estruturas capazes de gerar emprego no setor primário	Estruturar o setor primário (garantir o emprego)							Criar um fundo de crédito agrícola	Taxa de contribuição do setor agrícola para o PIB
	4.2.2. Quantidade e qualidade do emprego (incluindo a produtividade de agrícola)	Falta de definição de estratégias para a industrialização do país	Instituto Nacional da Tecnologia Aplicada à Indústria (INITA)	Inexistência ou quase inexistência do setor industrial	Inexistência ou quase inexistência do setor industrial	Criar unidades de transformação de vários produtos locais							Definir a estratégia de apoio ao setor industrial.	Taxa de contribuição do setor secundário para o PIB
		Instabilidade política e económica, falta de dados reais sobre a situação do emprego no país	Criação do centro de recenseamento e orientação dos candidatos a emprego sob a tutela do Ministério da Função Pública	Predominância do comércio informal	Predominância do comércio informal	Estruturar e formalizar as atividades comerciais							Adotar uma política fiscal de incentivo à formalização e criação de empresas	Número de empresas formalizadas
		Não realização de eleições municipais	Criação de leis de apoio à realização de eleições municipais, gabinete de coletividades locais (Ministério da Administração Interna)	Desigualdade no acesso ao emprego entre o meio rural e o centro urbano	Desigualdade no acesso ao emprego entre o meio rural e o centro urbano	Descentralizar a administração pública							Organizar as eleições municipais	Número de iniciativas de promoção e criação de emprego a nível local

	4.2.3. Acesso a oportunidades/distribuição	Aplicação da reforma da administração pública, não aprovação de políticas nacionais em matéria de juventude, inexistência de um ambiente propício à criação de emprego	Existência do Instituto Nacional da Juventude, iniciativa de formação de jovens em matéria de empreendedorismo	Dificuldade de os jovens entrarem no mercado de trabalho	Dificuldade de os jovens entrarem no mercado de trabalho	Integração dos jovens no mercado de trabalho	X					Implementar a política nacional de promoção do emprego jovem	Taxa de redução do desemprego jovem
		Falta de uma política bem definida que favoreça a integração das mulheres no mercado formal de emprego	Declaração de Canchungo apresentada na Assembleia Nacional Popular (SNP), criação de diferentes redes de mulheres	Participação limitada das mulheres no mercado formal de emprego	Fraca participação das mulheres no mercado formal de emprego	Participação das mulheres no mercado de emprego	X					Definir uma política que favoreça a integração das mulheres no mercado formal de emprego	Taxa de redução do desemprego entre as mulheres
	4.3.1. Criar um ambiente propício ao setor privado	Instabilidade política	Iniciativas de diálogo interno e sub-regionais	Ambiente político desfavorável	Ambiente político desfavorável	Estabilidade política		X				Introduzir reformas em leis importantes (Constituição da República, lei eleitoral, lei-quadro dos partidos políticos), reformar as instituições públicas	Número de novos investimentos diretos estrangeiros
		Corrupção, não cumprimento das obrigações fiscais e bancárias por parte dos operadores económicos	Bissau LINK (controlo das faturas de exportação e importação)	Escassez de fundos (públicos e privados) destinados ao financiamento do setor privado	Escassez de fundos (públicos e privados) destinados ao financiamento do setor privado	O setor privado tem fácil acesso ao financiamento		X				Proceder à auditoria da dívida pública interna	Taxa de reembolso da dívida pública interna

4.3. Desenvolvimento do setor privado		Falta de estruturas de apoio ao setor privado	Projeto-lei sobre a institucionalização de uma parceria público-privada no quadro da célula de apoio aos Estados-Membros da UEMOA	Desconhecimento dos mecanismos legais relativos à criação e formalização de pequenas e médias empresas	Fraca divulgação dos instrumentos existentes que facilitam a criação de pequenas e médias empresas	Bom conhecimento dos instrumentos legais que facilitam o exercício da atividade económica	X					Proceder ao recenseamento das pequenas e médias empresas, identificação dos setores mais atrativos	Número de pequenas e médias empresas registadas	
	4.3.2. Qualidade e quantidade do desenvolvimento do setor privado		Inexistência de centros para a formação especializada, fraca participação dos operadores económicos nas formações e ações de capacitação	Iniciativas da Câmara do Comércio e Agricultura com vista a promover o intercâmbio de experiências com empresários de outras localidades e realizar sessões de formação conjuntas	Pouca formação e capacidade dos operadores económicos	Poucas qualificações e capacidades dos operadores económicos em matéria de gestão	Operadores económicos muito profissionais		X				Criar parcerias com os centros de formação no domínio da gestão e administração, sensibilização dos operadores económicos para as necessidades de formação	Número de operadores económicos formados todos os anos.
			Inexistência de uma direção pública para apoiar e acompanhar as empresas privadas	Direção-Geral da Promoção do Investimento Privado (DGPIP)	Desorganização e desadequação das estruturas do setor privado	Desadequação e desorganização das estruturas do setor privado	Apoio e acompanhamento às diferentes estruturas do setor privado em termos de organização		X				Implementar um serviço público de apoio e acompanhamento das empresas privadas	Número de empresas privadas registadas todos os anos.
			Instabilidade política, peso fiscal (direitos portuários, taxas)	Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA), Tarifa Externa Comum	Exiguidade das grandes empresas no mercado nacional	Exiguidade das grandes empresas no mercado nacional	Existência de parques industriais		X				Implementar zonas económicas especiais para atrair grandes empresas	Número de grandes empresas atraídas todos os anos.
		Monopólio do setor por parte dos grandes empresários (anciões)	A Agência para a Promoção da Poupança e Microcrédito, do Ministério da Economia e Finanças	Os novos operadores económicos têm poucas oportunidades de aceder ao crédito	Os novos operadores económicos têm poucas oportunidades de aceder ao crédito	Existência de oportunidades para os novos operadores económicos		x				Criar um fundo nacional de promoção industrial	Número de projetos de criação de empresas que beneficiaram deste fundo para iniciativas emergentes	

4.3.3. Igualdade de acesso às oportunidades de investimento	Incapacidade de os jovens satisfazerem as exigências das garantias dos empréstimos	Iniciativa de Emprego Jovem do PNUD, Centro de Aconselhamento aos Jovens da Função Pública	Baixa procura dos fundos de investimento	Dificuldades encontradas pelos jovens para aceder aos fundos de investimento	Emergência de projetos de jovens	X					Adotar uma política nacional de financiamento dos projetos da juventude	Número de projetos dos jovens que beneficiaram de empréstimos
	Dificuldade de acesso aos bens materiais (tradição, sistemas bancários)	Iniciativas de emancipação feminina (associações de mulheres)	Limitação económica e financeira das mulheres	Limitação económica e financeira das mulheres	Independência económica e financeira das mulheres	X					Adotar uma política nacional de financiamento dos projetos das mulheres empreendedoras	Número de projetos de mulheres empreendedoras que beneficiaram de empréstimos
4.4.1. Quadro regulamentar para a gestão dos recursos naturais	Ausência de fundos para o financiamento e a elaboração do regulamento do setor	Apoio do PNUD para a elaboração do regulamento relativo a todos os recursos naturais	Corrupção que afeta a organização do setor	Corrupção que afeta a organização do setor	Bom quadro regulamentar para a gestão dos recursos naturais		X				Chegar a acordo com o PNUD para a obtenção do fundo que tornará possível a elaboração do regulamento	Taxa de progressão do país na classificação da Transparency International
	Fragilidade do Estado, poucos recursos disponíveis para controlar a aplicação da lei florestal	Revisão da lei florestal, iniciativa comunitária contra o abate de árvores, projetos de ampliação das zonas verdes reservadas	Existência da lei florestal	Deficitário quadro regulamentar para a gestão dos recursos naturais	Aplicação rigorosa da lei florestal		x				Implementar um programa de reforço das capacidades dos recursos humanos e materiais para a vigilância florestal, a aplicação rigorosa da política de reflorestação, criação de zonas verdes e parques nas principais cidades	Aumento da contribuição do setor florestal para o PIB
	Influência política favorável, falta de incentivo ao processo de revisão	FISCAP (Fiscalização das Atividades de Pesca)	Lei da pesca inadequada	Existência da lei florestal	Atualização da lei da pesca		x				Criar o ambiente político favorável, criar mecanismos de incentivo ao processo de revisão	Aumento da contribuição do setor das pescas para o PIB

4.4. Gestão dos recursos naturais	4.4.2. Capacidade de gestão dos recursos naturais e realização de contratos	Falta de formação e reforço da capacidade dos quadros em termos de gestão de recursos humanos	Cooperação com a União Europeia para apoiar a formação de inspetores e observadores da pesca	Fraca capacidade de gestão dos recursos naturais	Fraca capacidade de gestão dos recursos naturais	Disponibilidade da capacidade de gestão dos recursos naturais		X			Implementar um programa de reforço das capacidades dos quadros técnicos em termos de gestão de recursos naturais	Aumento da contribuição dos recursos naturais para a economia
		Falta de formação e reforço da capacidade dos quadros em termos de gestão de recursos florestais	Protocolo de parceria entre o Ministério da Agricultura, o IBAO, a Direção-Geral do Ambiente e a Guarda Nacional	Gestão dos recursos florestais ou praticamente inexistente	Gestão dos recursos florestais ou praticamente inexistente	Disponibilidade da capacidade de gestão dos recursos florestais		X			Implementar um programa de reforço das capacidades dos quadros técnicos em termos de gestão de recursos florestais	Aumento da contribuição dos recursos lenhosos para a economia
		Formação insuficiente dos quadros em termos de gestão de recursos minerais, falta de fundos para apoiar o setor	Cooperação entre a tutela e o PNUD em matéria de reforço das capacidades dos quadros neste domínio	Capacidades inadequadas em termos de gestão dos recursos naturais	Capacidades inadequadas em termos de gestão dos recursos minerais	Disponibilidade de competências em matéria de gestão de recursos minerais e aplicação de contratos		X			Concluir com o PNUD o projeto de reforço das capacidades dos quadros neste domínio	Taxa de crescimento das receitas do Estado
	4.4.3. Desempenho em termos de gestão dos recursos naturais	Pouca transparência na gestão dos recursos haliêuticos	Missão conjunta de fiscalização entre o FIASCAP, a Guarda Nacional e a Marinha	Fraca capacidade de gestão dos recursos naturais	Fraca contribuição das receitas do setor haliêutico para o PIB	Aumento da participação do setor na recuperação das receitas públicas		X			Garantir a transparência na gestão dos recursos haliêuticos	Aumento dos recursos haliêuticos no Orçamento do Estado
		Pouca transparência na gestão dos recursos florestais	Transferência da responsabilidade de fiscalização da flora e fauna para o IBAP e a Guarda Nacional	Fraca capacidade de gestão dos recursos florestais	Fraca contribuição das receitas do setor florestal para o PIB	Aumento da participação do setor na recuperação das receitas públicas		X			Garantir a transparência na gestão dos recursos florestais	Aumento dos recursos florestais no Orçamento do Estado
		Pouca transparência na gestão dos recursos minerais/pedreiras	Criação de brigadas no seio das entidades responsáveis pela fiscalização de determinados recursos minerais	Mau desempenho em termos de gestão dos recursos minerais	Pior desempenho em termos de gestão dos recursos minerais	Bom desempenho em termos de gestão dos recursos minerais		X			Suspensão do abate de árvores e exploração de areias pesadas	Aumento dos recursos naturais no Orçamento do Estado

4.4.4. Distribuição dos recursos naturais	Concentração dos rendimentos da exploração dos recursos haliêuticos na elite	Repartição da competência entre as várias estruturas estatais	Má distribuição do rendimento dos recursos haliêuticos	Má distribuição do rendimento dos recursos haliêuticos	Rendimentos da exploração dos recursos, reflexões sobre como melhorar as condições de vida das populações	X					Criar os mecanismos para garantir a justiça social na distribuição dos rendimentos	Aumento dos recursos haliêuticos no Orçamento do Estado
	Concentração dos rendimentos da exploração dos recursos haliêuticos na elite	Repartição da competência entre as várias estruturas estatais	Má distribuição do rendimento dos recursos florestais	Má distribuição do rendimento dos recursos florestais	Rendimentos da exploração dos recursos, reflexões sobre como melhorar as condições de vida das populações	X					Criar os mecanismos para garantir a justiça social na distribuição dos rendimentos	Aumento dos recursos florestais no Orçamento do Estado
	Concentração dos rendimentos no governo central	Neste momento, nada está a ser feito para que a distribuição dos recursos naturais seja equitativa e, por conseguinte, os recursos explorados neste momento são sobretudo pedreiras	Idêntica à situação atual	A distribuição dos recursos minerais encontra-se numa situação deplorável	Ter um regulamento que possibilite um funcionamento inclusivo da distribuição proporcional de recursos, tendo em conta o local de exploração (regulamento adequado)	X					Elaboração do regulamento relativo a uma política de distribuição dos rendimentos, fiscalização e controlo	Aumento dos recursos naturais no Orçamento do Estado

e) Matrizes de fragilidade do PSG 5: Receitas e serviços

Dimensões	Subdimensões	Causas dos riscos	Fatores de resiliência	Fase 1: Crise	Situação atual	Fase 5: Resiliência	Fase 1: Crise	Fase 2: Reconstituição e reforma	Fase 3: Estabilização	Fase 4: Transformação	Fase 5: Resiliência	Ações prioritárias	Indicadores nacionais	
5.1. Geração de receitas	5.1.1. Condições para a cobrança de impostos e os direitos aduaneiros	Instabilidade política	Reconciliação e reforma da classe política	Instabilidade política, social e económica	Instabilidade política, social e económica	Estabilidade política e governamental	X					Proceder à revisão da Constituição com vista à promoção da estabilidade no país	A longevidade das instituições nos termos da Constituição.	
		Má política de recrutamento do pessoal formado	Descentralização do poder regional, recrutamento por concurso e afetação do pessoal experiente	Falta de recursos humanos	Falta de recursos humanos qualificados	Disponibilidade de recursos humanos qualificados		X					Lançar um programa de capacitação, para que a administração pública possua recursos humanos qualificados	Percentagem de quadros qualificados na administração pública
		Interferência política na gestão da cobrança	As leis em vigor	Centralização da cobrança dos impostos	Descentralização da cobrança dos impostos	Aumentar o nível de descentralização da cobrança dos impostos		X					Lançar a reforma da descentralização para descentralizar os serviços de cobrança, mesmo ao nível das coletividades locais	Cobrança de 70% dos impostos até 2025
	5.1.2. Política fiscal	Falta uma visão clara para o setor fiscal, bem como recursos humanos, financeiros e materiais	Algumas medidas e reformas introduzidas pelo governo	Uma política fiscal deficiente	Uma política fiscal deficiente	Uma política fiscal adequada		X					Uniformizar a aplicação das leis em matéria de finanças públicas com a UEMOA	Taxa de crescimento das receitas fiscais na ordem dos 25% ao ano
		Desconhecimento das obrigações fiscais	Transparência administrativa	Falta de sensibilização	Falta de sensibilização	Maior civismo fiscal por parte dos sujeitos passivos			X				Realizar campanhas de sensibilização do público sobre o civismo fiscal	Taxa de crescimento das receitas fiscais na ordem dos 25% ao ano

	Não enquadramento das leis em matéria de finanças públicas na nossa ordem jurídica e não aplicação das mesmas na governação	Estão em curso alguns esforços, como por exemplo ao nível das alfândegas e algumas traduções e enquadramento na nossa ordem jurídica	Legislação fiscal melhorada	Legislação fiscal melhorada	Uma legislação adequada	X					Aplicar a Tarifa Externa Comum	Taxa de crescimento das receitas fiscais na ordem dos 25% ao ano
5.1.3. Capacidade da administração o fiscal e aduaneira	Mudança intempestiva do pessoal administrativo	Retenção do pessoal administrativo	Capacidade aceitável de administração dos impostos e dos direitos aduaneiros	Capacidade aceitável de administração dos impostos e dos direitos aduaneiros	Eficiência dos serviços competentes						Tomar medidas de despolitização da administração em geral e dos serviços aduaneiros em particular	60% dos recursos humanos da administração em geral e dos serviços aduaneiros em particular estão estabilizados até 2025
	Má política em matéria de gestão de recursos humanos	A reforma da administração	Recursos humanos pouco qualificados	Recursos humanos pouco qualificados	A administração dispõe de recursos humanos qualificados.		X				Implementar um programa capacitação dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
	Recursos humanos pouco qualificados	Programa de capacitação dos recursos humanos	Falta de meios logísticos (materiais e financeiros)	Falta de meios logísticos (materiais e financeiros)	Mais meios logísticos		X				Implementar um programa de reforço da capacidade logística da administração fiscal	A eficácia da administração fiscal aumenta 80% até 2025
5.1.4. Desempenho da administração o fiscal	Instabilidade política	Regularidade do ciclo eleitoral	Desempenho suficiente da administração dos impostos fiscais e dos direitos aduaneiros	Desempenho suficiente da administração dos impostos e dos direitos aduaneiros	Aumento do nível de desempenho (progresso do desempenho)	X					Proceder à revisão da Constituição com vista à promoção da estabilidade no país	A longevidade dos agentes da administração fiscal.
	Mau funcionamento das entidades responsáveis pela administração dos impostos e dos direitos	Funcionamento das entidades responsáveis pela administração dos impostos e dos direitos aduaneiros	Fontes de receitas do Estado pouco diversificadas	Fontes de receitas do Estado pouco diversificadas	Base tributária alargada		X				Aplicação da lei tributária	50% dos problemas de mau funcionamento resolvidos até 2025

		aduaneiros.										
		Falta de sensibilização e aplicação das leis em matéria de finanças públicas	Sensibilização e aplicação de determinadas leis	Legislação aceitável	Legislação aceitável	Uniformização da legislação com a UEMOA		X			Adaptar as leis em matéria de finanças com a UEMOA	Nível de desempenho elevado em matéria de administração dos impostos e dos direitos aduaneiros
5.2. Administração pública	5.2.1. Gestão das finanças públicas e compras	Mau funcionamento da administração pública	A lei relativa à administração pública	Politização das nomeações	Politização das nomeações	Uma administração pública despolitizada	X				Melhorar as práticas ao nível dos recrutamentos na administração pública	Baixo nível de politização da administração pública até 2025
		Fraca produtividade	O regulamento interno da administração	Não aplicação do regulamento interno	Não aplicação do regulamento interno	Aplicação do regulamento		X			Adotar medidas com vista à aplicação do regulamento interno da administração pública	Nível de aplicação do regulamento interno da administração pública
		Insegurança social	Existência de uma instituição pública em matéria de segurança social para os funcionários públicos	Cobertura social dos recursos humanos	Não cobertura social dos recursos humanos	Nova aplicação	X				Aplicar as disposições legais em matéria de segurança social	90% dos funcionários públicos estão abrangidos pela Segurança Social até 2025
	5.2.2. Gestão dos recursos humanos	Falta de prestação de serviços	Eficiente prestação de serviços	Falta de capacitação dos recursos humanos	Falta de recursos humanos	Reforço constante das capacidades		X			Implementar um programa de capacitação dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
		Estagnação dos recursos humanos	Reforma da administração pública	Aplicação do quadro de carreira do pessoal	Não aplicação do quadro de carreira do pessoal	Aplicação do quadro de carreira do pessoal		X			Adotar medidas com vista à aplicação da lei em matéria de carreira do pessoal	Percentagem de renovação dos efetivos com base na lei

		Fraca produtividade	Reforma da administração pública	Motivação do pessoal	Falta de motivação pessoal	Uma administração pública eficaz		X				Instaurar um sistema com vista ao aumento da motivação do pessoal	Aumento em 40% da taxa de produtividade até 2025
		Inadequada prestação de serviços	Eficiente prestação de serviços	Falta de capacitação dos recursos humanos	Falta de capacitação dos recursos humanos	Continuação da capacitação dos recursos humanos		X				Implementar um programa de capacitação dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
	5.2.3. Responsabilidade, transparência e integridade na função pública	Desvio face à previsão standard (funcionamento normal da administração pública)	Ética e deontologia profissional	Responsabilidade de	Irresponsabilidade de absoluta	Administração responsável		X				Instaurar um sistema de avaliação do pessoal no seio da administração	A taxa de satisfação da população para com a administração
		Incoerência (falta de consolidação e coordenação dos esforços no aparelho de Estado)	A lei e o regulamento interno da administração	Integridade e ética profissional	Falta de integridade e ética profissional	A integridade e ética profissional		X				Implementar um programa de capacitação dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
		Falta de credibilidade da função pública	Credibilidade da função pública	Respeito do sigilo profissional	Violação do sigilo profissional	Uma função pública profissional		X				Implementar um programa de capacitação dos recursos humanos	80% dos recursos humanos formados até 2025
5.3. Fornecimento de serviços	5.3.1. Quadro regulamentar (papel do Estado no fornecimento de serviços)	Fragilidade do Estado	As leis do país	Existência da prestação de serviços	Rara prestação de serviços	Serviços públicos rentáveis		x				Implementar uma política de rentabilização de determinados serviços públicos	Taxa de crescimento das receitas públicas
		Desorganização do Estado	As leis do país	Presença do Estado na prestação de serviços	Ausência do Estado na prestação de serviços	Presença do Estado na prestação de serviços a nível nacional		X				Implementar reformas em matéria de prestação de serviços públicos	Taxa de crescimento das receitas públicas
		Baixa credibilidade do Estado	Existência de instituições estatais	Fiscalização da prestação dos serviços	Fiscalização insuficiente da prestação dos serviços	Fiscalização da prestação dos serviços		X				Realizar a reforma fiscal para que seja mais atrativa	Taxa de crescimento das receitas públicas
		Excesso de membros do pessoal não qualificados	Admissão na função pública através de concurso público	Bom funcionamento do aparelho do Estado	Corrupção no aparelho do Estado	Estado íntegro (governo)		X				Implementar medidas com vista ao reforço do sistema nacional de integridade	Redução de 40% da taxa de corrupção até 2025

5.3.2. Capacidade para o fornecimento de serviços	Ineficácia laboral	Existência de serviços públicos	Existência de meios logísticos	Fragilidades dos meios logísticos	Eficácia dos serviços públicos		X				Criar fundos especiais para os serviços públicos	Nível de financiamento dos serviços públicos
	Desconhecimento dos resultados	Conhecimento dos resultados	Respeito do plano de trabalho	Incumprimento do plano de trabalho	Produção de resultados concretos e relatórios mensais de atividade		X				Nova aplicação	60% dos problemas resolvidos até 2030
	Desorganização total	Lei relativa aos serviços públicos	Concurso públicos	Falta de concursos públicos	Eficácia dos serviços públicos		x				Retomar os concursos públicos	Taxa de avaliação da eficácia dos serviços públicos por parte da população
	Funcionamento deficiente	Controlos parlamentares	Não aplicação da parceria ministerial	Não aplicação da parceria ministerial	Execução da política interministerial						Operacionalizar o controlo parlamentar sobre o funcionamento dos serviços públicos	Aumento de 45% na eficácia dos serviços públicos até 2025
5.4.1. Saneamento ambiental	Esgotos insuficientes para o escoamento das águas residuais	Existência de uma política de saneamento	Saneamento precário	Saneamento precário	Cidades e aldeias com sistemas de saneamento		x				Aplicar a política nacional de saneamento	Redução da taxa de mortalidade associada ao paludismo
	Degradação das infraestruturas	Existência de serviços públicos	Saneamento eficaz	Saneamento deficiente	Infraestruturas funcionais		X				Disponibilizar recursos para o saneamento ambiental	Melhorar em 75% a funcionalidade das infraestruturas
	Fragilidade dos recursos	Controlos parlamentares	Capacidade de resposta	Incapacidade de resposta	Serviços de saneamento eficazes		X				Organizar controlos parlamentares dos serviços de saneamento	Taxa de satisfação da população com os serviços de saneamento
5.4.2. Comunicação e informação	Distorção das informações	Existência de um código de ética	Monopólio do Estado	Existência de alguns media privados	Pluralismo nos media		X				Instituir um organismo responsável pelo respeito deontológico no setor dos media	Redução do número de ações contra os media
	Falta de ética e deontologia profissional	Capacidade do pessoal ligado aos media	Falta de ética e deontologia profissional	Falta de ética e deontologia profissional	Jornalismo imparcial		x				Implementar um programa de reforço da capacidade técnica dos jornalistas	Taxa de satisfação da população com os jornalistas

5.4. Acesso e distribuição de serviços		Fraca produtividade	Mais produção	Falta de meios logísticos e financeiros	Falta de meios logísticos e financeiros	Mais meios logísticos e financeiros		X			Implementar um programa de reforço da capacidade logística dos media	Taxa de satisfação da população com os media do país
		Desinformação	Capacidade do pessoal ligado aos media	Falta de formação dos recursos humanos	Falta de formação dos recursos humanos	Quadros reciclados		X			Implementar um programa de capacitação dos jornalistas	Taxa de satisfação da população com os media do país
		Aumento da pobreza da população	Programa de alfabetização	Campanha de alfabetização	Campanha de alfabetização	Acesso à informação por parte da população		X			Conceder facilidades aos investimentos nos media nas regiões do país	Aumento da taxa de acesso à informação por parte da população
	5.4.3. Água potável	As catástrofes naturais	Medidas preventivas	Falta de canalização de água potável	Falta de canalização de água potável	Canalização de água potável	X				Melhorar as infraestruturas de distribuição	Taxa de acesso de 50% à água potável até 2025
		Desigualdades em matéria de acesso à água potável	Distribuição equitativa da água potável	Não desinfeção dos poços de água	Não desinfeção dos poços de água	Acesso universal à água		X			Melhorar os serviços de distribuição de água potável tanto nos meios urbanos como rurais	Taxa de acesso de 50% à água potável até 2025
		Falta de meios logísticos, financeiros e administrativos	Mais meios logísticos, financeiros e administrativos	Concentração da distribuição da água canalizada	Concentração da distribuição da água canalizada	Descentralização e distribuição da água potável			X		Implementar um programa de reforço da capacidade do serviço de distribuição de água potável	Taxa de redução das doenças transmitidas pela água
	5.4.4. Educação	Degradação social, cultural e ética	Restituição social, cultural e ética	Alfabetização	Alfabetização	Alfabetização da população		X			Reforçar o programa de alfabetização do país	Redução da taxa de analfabetismo
		Bloqueio político	Descentralização	Escassez de infraestruturas escolares	Falta de infraestruturas escolares	Mais infraestruturas escolares	X				Implementar um programa de reabilitação e/ou construção de infraestruturas escolares	Taxa de acesso à educação para os rapazes e as raparigas
		Elevada taxa de analfabetismo	Alfabetização	Reforma insuficiente no setor da educação	Reforma insuficiente no setor da educação	Reformas administrativas, estruturais e do corpo docente		X			Dar continuidade à reforma no setor da educação	Taxa de acesso à educação para os rapazes e as raparigas

	Má qualidade do ensino	Implementação da política educativa	Desenvolvimento contínuo de professores	Pouca formação de professores	Quadros competentes no ensino		X			Implementar um programa de reforço das capacidades dos quadros do setor da educação	Taxa de melhoria do nível de ensino
	Programas curriculares obsoletos	Reformar o ensino	Desenvolvimento de programas curriculares	Programas curriculares obsoletos	Atualização dos programas curriculares		X			Dar continuidade à reforma no setor da educação	Taxa de melhoria do nível de ensino
5.4.5. Energia (eletricidade)	Baixa produção	Potencial hidrológico	Fornecimento regular de energia elétrica	Falta de eletricidade	Fornecimento regular de energia		X			Aumentar a capacidade de produção de eletricidade	Taxa de acesso à celeridade por parte da população
	Desigualdade no acesso à eletricidade	Distribuição frequente de eletricidade	Descentralização da distribuição da rede elétrica	Concentração da rede elétrica	Melhoria do fornecimento de energia		X			Implementar a reforma do setor da energia	Taxa de acesso à celeridade por parte da população
	Falta de meios logísticos, financeiros e administrativos	Existência de um serviço público de distribuição de eletricidade	Corrente elétrica permanente	Cortes de energia frequentes	Distribuição equitativa			X		Implementar um programa de reforço da capacidade do serviço público de distribuição de eletricidade	Taxa de satisfação da população
5.4.6. Habitação	Desrespeito das normas em matéria de construção de infraestruturas	Plano de urbanização	Plano de urbanização bem organizado	Não aplicação do plano de urbanização	Aplicação do plano de urbanização		X			Implementação da política de habitação	Redução de 40% dos conflitos fundiários até 2025
	Construção de habitações em terrenos inadequados	A política de habitação existente	Construção de habitações em terrenos inadequados	Construção de habitações em terrenos inadequados	Implementação da política de infraestruturas		X			Dotar o país de um plano nacional de ordenamento do território	Taxa de novos investimentos em infraestruturas
	Falta de cultura social, recreação...	Implementação da política de infraestruturas	Espaços recreativos	Falta de espaços recreativos	Criação de espaços recreativos		X			Implementação do plano de urbanização	Taxa de novos investimentos em infraestruturas
	Más condições de saúde	Reforço das capacidades e Reforma	Medidas preventivas	Falta de medidas preventivas	Um melhor sistema de saúde		X			Implementar uma estratégia de mobilização de recursos para o reforço do setor da saúde	Taxa de cobertura sanitária do país

5.4.7. Saúde	Falta de meios logísticos e financeiros	Criar meios logísticos e financeiros	Meios financeiros e logísticos de qualidade	Falta de meios logísticos e financeiros	Mais meios logísticos e financeiros													Implementar um programa de reforço da capacidade logística das infraestruturas de saúde	Melhoria de 30% das infraestruturas de saúde até 2025
	Falta de profissionais de saúde	Programa de reforma do setor	Assistência médica regular	Negligência médica / reforço da capacidade	Assistência médica de qualidade	X												Implementar um programa de reforço das capacidades técnicas no setor da saúde	As condições de acesso aos cuidados de saúde melhoraram, no mínimo, 30%.
	Falta de conservação dos medicamentos e da respetiva inspeção	Reforço das capacidades e Reforma	Conservação dos medicamentos e respetiva inspeção	Falta de conservação dos medicamentos e da respetiva inspeção	Existência de inspeções e reservas adequadas	X												Implementar um programa de reforço da capacidade logística das infraestruturas de saúde	Melhoria de 30% das infraestruturas de saúde até 2025
5.4.8. Segurança alimentar	Alimentos não protegidos	Política de inspeções	Inspeções alimentares	Falta de inspeções	Inspeções de produtos alimentares		X											Implementar uma política de inspeção sistemática da qualidade dos alimentos	Garantir 100% da qualidade dos alimentos
	Distribuição de produtos sem qualidade e fora da validade	Política de inspeções	Seleção de produtos de qualidade e dentro da validade	Distribuição de produtos sem qualidade e fora da validade	Seleção rigorosa de produtos alimentares		X											Implementar uma política de inspeção sistemática da qualidade dos alimentos	Garantir 100% da qualidade dos alimentos
	Baixa produção local e falta de capacidade de inspeção da entidade responsável	O Governo faz alguns esforços destinados a controlar os produtos importados fora da validade e a aumentar o nível de produção local	Baixo nível de importação	Utilização de produtos importados sem qualidade	Medidas de proteção, aumento da produção e consumo dos produtos locais	X													Aumentar o orçamento para o setor agrícola

5.4.9. Transportes	Dificuldade de circulação	Criação de empresas transportes públicos	Existem empresas transportes públicos	Falta de transportes públicos	Mais transportes públicos		X			Promover o investimento privado no setor dos transportes	Número de empregos criados no setor dos transportes
	Desorganização total	Reformas	Falta de inspeção dos transportes públicos	Falta de inspeção dos transportes públicos	Política de inspeções			x		Implementar um serviço de inspeção dos transportes públicos	Taxa de redução do número de acidentes
	Falta de nacionalização dos transportes públicos	Política de sensibilização para a nacionalização dos transportes	Nacionalização dos transportes públicos	Falta de nacionalização dos transportes públicos	Política de inspeções			x		Política de sensibilização para a nacionalização dos transportes	50% dos problemas resolvidos até 2025

Anexo 2: Lista de documentos consultados

1. AFDB, Profil Genre Pays : Guinée-Bissau, ONU-Femmes/AFDB, Abidjan, 2015.
2. ANDRIANARISON, F., BALLON, P., Multidimensional poverty in Guinea - Bissau, UNDP, BISSAU, Dezembro 2015.
3. ANÓNIMO, Gouvernement de la République de Guinée-Bissau : Appui à la mise en œuvre du NEPAD-PDDAA, FAO, Bissau, Maio 2006.
4. ANÓNIMO, Perspectives économiques en Afrique 2016, AFDB/OCDE/UNDP, www.africaneconomicoutlook.org/fr, 2016.
5. ARVANITIS, Y., ANDRIANARISON, F.J., IE, I., Guinée-Bissau 2016, BAD, OCDE, PNUD, www.africaneconomicoutlook.org.
6. CEDEAO, Médiation de la CEDEAO sur la crise politique en Guinée-Bissau : Communiqué final, Conacri, 14 Outubro de 2016.
7. EMBALO, B., Guinée-Bissau: Conflict Analysis, Report, Bissau, 2015.
8. G7+, Guide pratique pour la mise en œuvre du New Deal, Dialogue International, Copenhaga, Março 2012.
9. INTERNATIONAL CRISIS GROUP, La réforme du secteur de la sécurité en Guinée-Bissau : une occasion à saisir, Briefing Afrique N°109, Dakar/Bruxelles, 19 Março de 2015.
10. INTERNATIONAL MONETARY FUND, Guinea-Bissau, IMF Country Report No. 16/384, Dezembro 2016.
11. INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES, Rapport sur la paix et la sécurité dans l'espace CEDEAO, In Numéro 8, Dakar, Abril 2014.
12. KAKPO Fiacre, Guinée-Bissau : l'économie a progressé de 5,6 % en 2016 contre 4,8% en 2015, in <http://www.agenceecofin.com/economie>, Yaoundé - Cotonou – Genève, Março 2017.
13. LGDL, Comunicado de imprensa, Bissau, 25 Maio de 2016.
14. MARC, A.; WEE, A., ROSS, S., REKSTEN, S., FOUCHER, V., Guinée-Bissau : Evaluation de la fragilité, WBG, Washington DC, 2015.
15. MARSHALL, M., Fragility, Instability, and the Failure of States: Assessing Sources of Systemic Risk, document de travail du Center for Preventive Action (New York : Council on Foreign Relations), Outubro 2008.
16. O'REGAN, D., TOMPSON, P., Progrès en matière de stabilité et de réconciliation en Guinée-Bissau : Enseignements tirés du premier narco-Etat d'Afrique, Centre d'études stratégiques de l'Afrique, Washington, D.C., Junho 2013.
17. OBSERVATOIRE DE L'AFRIQUE, Les Etats fragiles en Afrique: un paradigme utile pour l'action ?, Rapport de conférence, Johannesburg, Agosto 2008.
18. OCDE, Les Principes pour les Etats fragiles, Paris, 2011.
19. OLIVIER, M., Guinée-Bissau : l'éternelle médiation de la CEDEAO, <http://www.jeuneafrique.com>, 16 Dezembro de 2016.
20. PNUD, Rapport sur le développement humain en Afrique 2016, Bureau régional pour l'Afrique, New York, 2016.
21. POPULATION DATA., www.populationdata.net. Março 2017.
22. RAINFROY, C., Guinée-Bissau: 4 questions pour comprendre la crise politique, <http://www.jeuneafrique.com>, 25 Maio de 2016
23. REPÚBLICA DA GUINÉ_BISSAU, Plano Estratégico e Opeacional 2015-2020, Bissau, Fevereiro 2015.
24. UNIÃO EUROPEIA, Programa Indicativo Nacional decorrente do 11.º FED Guiné-Bissau 2014 – 2020, Guiné-Bissau – União Europeia, Bissau, 2014.
25. UZOECHINA, O. Gouvernance et réforme du secteur de la sécurité en Afrique de l'Ouest : du concept à la réalité, Centre pour le contrôle démocratique des forces armées, Genève, Fevereiro 2014.
26. VOZ DI PAZ: Roots of Conflicts in Guinea-Bissau: The voice of the people, Voz di Paz / Interpeace Bissau, 2010.
27. WFP, República da Guiné-Bissau: Résultats de l'enquête approfondie sur la sécurité alimentaire en milieu rural, WFP, Rome, Março 2011.
28. WFP, Programme de pays Guinée-Bissau 200846 (2016–2020), WFP, Rome, Fevereiro 2016.

Anexo 3: Lista de peritos

1. Comité de pilotagem

Antonio CO	Ponto Focal – New Deal, Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional / Ministério da Economia e Finanças
Bamba COTE	Ponto Focal – New Deal, Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional / Ministério da Economia e Finanças
Luca MONGE ROFFARELLO	Economista-Chefe / PNUD - Bissau
Inacio IE	Economista Nacional / PNUD - Bissau
Mafalda MARCHIORO	Chefe de Equipa – New Deal/ PNUD – Nova Iorque

2. Redação

Georges TSHIONZA MATA	Consultor Internacional
-----------------------	-------------------------

3. Comité Técnico

Antonio CO	Ponto Focal – New Deal, Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional / Ministério da Economia e Finanças
Bamab KOTE	Ponto Focal – New Deal, Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional / Ministério da Economia e Finanças
Ami Braz da SILVA	Perito, Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional / Ministério da Economia e Finanças
José Carlos Varela CASIMIRO	Coordenador do PSG 1
Filomena Mascarenhas TIPOTE	Coordenadora-Adjunta do PSG 1
Jorge Carlos Veríssimo BALDE	Coordenador do PSG 2
Heri MANE	Coordenador-Adjunto do PSG 2
Joãozinho MENDES	
Fodé MANE	Coordenador-Adjunto do PSG 3
Mussa SAMBI	Coordenador do PSG 4
Leonel Infamara MANE	
Caribi AFONSO	Coordenador do PSG 5
Malam DJASSI	
Rui GOMES	Coordenador do PSG 3
Undjon MANGO	
Ude FATI	Ponto Focal – New Deal, Sociedade Civil

4. Partes interessadas setoriais

(Lista disponível junto do PNUD/Bissau)

5. Sociedade Civil

(Lista disponível junto da Voz di Paz)

Anexo 4: Comunicado final do workshop de validação do relatório sobre a fragilidade na Guiné-Bissau



República da Guiné-Bissau
Ministério da Economia e Finanças
Secretaria de Estado do Plano e Integração Regional

Ação de validação técnica das Matrizes de Fragilidade pelas partes interessadas

COMUNICADO FINAL

Bissau, 10 de Fevereiro de 2017.

1. Teve lugar em Bissau, no Hotel AZALAI, esta sexta-feira, 10 de Fevereiro de 2017, uma ação técnica dedicada à validação das Matrizes de Fragilidade da República da Guiné-Bissau.
2. Sob os auspícios de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Plano e Integração Regional, estas jornadas contaram com a participação das seguintes partes interessadas: Ministérios setoriais do Governo, Serviços Técnicos do Estado, Parceiros Técnicos e Financeiros, Organizações da Sociedade Civil e do Setor Privado.
3. O principal objetivo da referida ação foi a validação das Matrizes de Fragilidade, mais especificamente, o enriquecimento e a validação das Matrizes de Fragilidade, nomeadamente do relatório.
4. Três foram os momentos nesta ação dignos de nota, a saber: a cerimónia de abertura oficial, a apresentação dos principais resultados da avaliação da fragilidade na Guiné-Bissau e a validação do relatório e das Matrizes de Fragilidade.
5. Neste primeiro momento houve duas intervenções: as palavras de circunstância da Representante-Residente do PNUD e o discurso de abertura de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Plano e Integração Regional
 - a) **As palavras de circunstância da Representante-Residente do PNUD.** A Coordenadora das Agências do Sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau incentivou as partes interessadas, em geral, e o Governo, em particular, a não considerarem a fragilidade como uma fatalidade. Tendo recomendado vivamente que o país aproveite os trunfos dos quais dispõe para incentivar uma dinâmica de resiliência integrando as ações prioritárias assim como os indicadores resultantes da avaliação da fragilidade no Plano Estratégico e Operacional (Terra Ranca) 2015-2025,

de modo a facilitar a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 assim como da Agenda 2063 da União Africana.

- b) O discurso de abertura de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Plano e Integração Regional** através do qual agradeceu penhoradamente ao PNUD pelo seu apoio na implementação deste processo. Seguidamente convidou os participantes a melhor descreverem a situação real do país evitando toda e qualquer expressão desadequada ao atual contexto da Guiné-Bissau.
6. **O segundo momento assinalável** foi o da apresentação do relatório de avaliação da fragilidade realizado entre Novembro de 2016 e Fevereiro de 2017. Apresentação composta por (i) uma visão geral do New Deal e dos respetivos conceitos chave; (ii) uma explicação da metodologia e do espectro de fragilidade, uma apresentação (iii) de uma série de resultados relacionados com as subdimensões e as dimensões da fragilidade (vii) e uma série de recomendações chave relacionadas com o desenvolvimento da resiliência.
7. **E, por fim, o terceiro momento assinalável: as reuniões paralelas;** que foram 5, de acordo com os PSG, que tinham por objetivo enriquecer as Matrizes de Fragilidade. Os resultados dos trabalhos de grupo foram apresentados em sessão plenária. Os intercâmbios em termos de enriquecimento conduziram à validação dos diferentes relatórios dos grupos.
8. Deve também salientar-se que as diferentes apresentações foram objeto de discussão o que permitiu salientar algumas preocupações e chegar às seguintes recomendações:
- (i) Traduzir para língua portuguesa o relatório de avaliação da fragilidade na Guiné-Bissau de modo a garantir uma melhor exploração pelas partes interessadas;
 - (ii) Solicitar ao Ponto Focal do Governo que efetue, em conjunto com a equipa técnica do New Deal, uma revisão do relatório para garantir um controlo da qualidade previamente à entrega oficial ao Governo e à respetiva divulgação;
 - (iii) Insistir no documento quanto ao anterior papel do exército de modo a compreender-se a razão pela qual se tornou um ator noutros aspetos da vida do país;
 - (iv) Implementar um quadro de diálogo entre os atores políticos, entre as mulheres e homens da Guiné-Bissau tendo em vista a criação de condições transformadoras e de desenvolvimento do país de modo a aliviar de forma duradoira o sofrimento da população;
 - (v) Implementar uma melhor estratégia de divulgação ao nível das Regiões e uma atualização permanente das Matrizes de fragilidade;
 - (vi) Concluir as diferentes reformas institucionais tendo em vista permitir ao país consolidar a paz e reforçar o Estado na sua vocação de poder público ao serviço da sua população.

Feito em Bissau, a 10 de Fevereiro de 2017.

OS PARTICIPANTES

